



Universidade Federal do Pará

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Pós-Graduação em História Social da Amazônia

Tunai Rehm Costa de Almeida

***Achsenmächte, Potenze dell'Asse, Sujikukoku na Amazônia: imagens, narrativas e representações da Quinta Coluna no Pará (1939-1945)***

Belém

2015

Tunai Rehm Costa de Almeida

***Achsenmächte, Potenze dell'Asse, Sujikukoku na Amazônia: imagens, narrativas e representações da Quinta Coluna no Pará (1939-1945)***

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo  
PPHIST/ UFPA – Orientador

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Franciane Gama Lacerda  
PPHIST/UFPA – Examinadora Externa

Prof. Dr. Denilson Botelho de Deus  
EFLCH/UNIFESP – Examinador Externo

Belém  
2015

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPa, Belém-PA)

---

**Almeida, Tunai Rehm Costa de**

*Achsenmächte, Potenze dell'Asse, Sujikukoku* na Amazônia: imagens, narrativas e representações da Quinta Coluna no Pará (1939-1945) / Tunai Rehm Costa de Almeida. - 2015.

Orientador (a): Aldrin Moura de Figueiredo

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2015.

1. Pará - História, 1939-1945. 2. Atividades subversivas - Pará. 3. Espionagem - Pará. 4. Guerra mundial, 1939-1945 - Pará. I. Título.

***CDD - 22. ed. 981.15***

---

Te lembrás dos tempos em que se falava na  
[Quinta-Coluna?  
Felizes tempos aqueles – porque eram tempos de guerra  
E a gente pensava que tudo ia melhorar depois...  
- Mas quando?!  
Apenas restou, entre nós, a Quinta-Coluna dos Poetas.  
Sim! Nós é que somos os verdadeiros visitantes do  
[Futuro  
- não esses que os ingênuos autores de FC andaram  
[espalhando por aí...  
E temos agora tantas, tantas coisas que denunciar neste  
[mundo louco  
-Mas a quem?!  
(Mario Quintana, Quinta Coluna)

## RESUMO

O presente trabalho pretende analisar as representações e significados criados sobre os chamados “quinta-colunistas”, no Pará. Este termo nasce durante a Guerra Civil espanhola, quando, naquele momento, o exército de quatro colunas lideradas pelo general Francisco Franco aproximava-se de Madri marchando contra o governo legalista de Azaña. A Quinta-Coluna se referiria a um grupo de espiões que passariam informações acerca de estratégias, organização e ações do grupo governista para o inimigo. Tal termo se disseminou pelo mundo sendo apropriado no período da Segunda Guerra Mundial designando aqueles que serviriam como espiões de Alemanha, Itália e Japão que ficaram conhecidos, naquele momento, como “Súditos do Eixo”. Estes foram constantemente alvos de hostilidades seja através das letras impressas dos jornais, como também, dos programas de rádio, dos filmes nos cinemas, da literatura ou ainda, do teatro. As fontes utilizadas para o trabalho foram principalmente os jornais *Folha do Norte*, *Folha Vespertina*, *O Estado do Pará* e *A Vanguarda*. Também foi utilizada a Legislação Federal e o Folheto de Cordel *O Brasil rompeu com eles*, de Zé Vicente.

**Palavras – Chave:** Quinta – Coluna; Súditos – do – Eixo; Representação

## ABSTRACT

This paper aims to analyze the representations and meanings created on so-called "quinta-colunistas" in the state of Para. This term was created during the Spanish Civil War, when, at that time, the army of four columns led by General Francisco Franco was approaching Madrid marching against the legalistic government of Azaña. Fifth-Column would refer to a group of spies who would report about strategies, organization and actions of the ruling group to the enemy. This term was spread around the world being appropriated during World War II to designate those who would serve as spies for Germany, Italy and Japan that were known, at that time, as "subjects of the Axis". They were constantly harassed through the printed letters from newspapers, or through the radio programs, movies, literature or even the theater. The sources used for the study were mainly newspapers such as *Folha do Norte*, *Folha Vespertina*, *O Estado do Pará* e *A Vanguarda*. Federal legislation was also used, as well as the Cordel Brochure *O Brasil rompeu com eles*, from Zé Vicente.

**Keywords:** Fifth-Column – subjects of the Axis – Representation .

## AGRADECIMENTOS

Difícil momento é esse de ter que citar nomes. A quem eu poderia agradecer pela conclusão desta dissertação? São tantas as pessoas a ser grato e tão as variadas formas que de uma maneira ou de outra contribuíram para a produção deste trabalho.

Ao terminar a última linha, fiquei refletindo quem seriam aqueles a quem eu poderia me reportar para agradecer. Correndo o risco de ser injusto ou ingrato, prefiro citar alguns nomes que se circunscrevem hoje nos meus círculos mais diretos de amizade e discussões.

Primeiramente, devo agradecer à minha família. Meu pai, Helinho, minha mãe Walteiza, aos meus irmãos Tainá e Taion. O amor de vocês é essencial em minha vida.

Aos meus tios e tias. A madrinha especialíssima, Waléria, e tia Wanda. Ao tio Ley, Valteir e Valter pelo apoio. E pelas discussões, pelo apoio, pelo carinho e inspiração, meu tio Wilson, o Pipico.

Às primas Aina, Naiara, Camila, Jô, Leela, que de um modo ou de outro, contribuíram para meus sorrisos e reflexões. Aos primos mais distantes, Laurinha e Fernando cujo o amor sincero eu sinto em cada abraço.

Às amigas Erita e Luiza, figuras lindas que tive a honra de ser presenteado com suas amizades.

Aos amigos de sempre Tiago, Murillo, Nivaldinho, André “Chaves”, Alex, Tafarel, Leo, Ramon, Master. Agradecimento pelo apoio e amizade.

Ao amigo Juan, cuja amizade e discussões me fazem refletir todas as vezes em que nossas posições se chocam, ou ainda, quando convergem. À minha adorada “sogra” Ana Thereza pelo carinho, sinceridade e sorrisos que sempre me deixam mais feliz.

Aos amigos do mestrado, Amilson, Alex, Marcus, Marina, Tati, Luiza, Marília, Marcelo, Ivanilson pelas discussões que por vezes acaloradas, mas, sem dúvida, foram fundamentais para compreender melhor minhas próprias problematizações.

Agradeço ao meu orientador, Aldrin Figueiredo, que sem suas ideias e orientações provavelmente esse seria somente mais um trabalho qualquer. Além disso, a paciência e as críticas no momento certo foram fundamentais para que eu concluísse este trabalho.

À minha querida amiga Sara Suliman, pela qual tenho grande carinho e admiração. A Mariazinha que mesmo morando tão distante vive no meu coração. Ao grande amigo, Clayton, que sempre demonstrou ser dos mais honestos e fiéis amigos que alguém pode ter. A figura linda, do iluminado, Elielton Gomes. E ao amigo Edivando, pela ajuda, pelo

companheirismo, pelo emprego e não bastasse tudo isso, ainda me deu a honra de ser padrinho de seu casamento com Simone e ver brotar dessa relação criatura mais linda e singela que é seu filho, Murilo.

Por fim, agradeço a Laís Albuquerque, namorada de todos os momentos. Provavelmente nunca aprendi tanto com alguém. Com ela, aprendi muito acerca dos machismos, do aborto, da convivência entre as pessoas, enfim. Mas o mais importante, com ela eu aprendi o amor.

A todos os citados e aqueles quem inoportunamente esqueci, eu agradeço com todo meu carinho. Esse trabalho é para todos vocês!



**LISTA DE IMAGENS**

<b>Imagem 1.</b> O Quinta Colunistas ouve, atento, a conversa.....	20
<b>Imagem 2.</b> Edifício Bern.....	58
<b>Imagem 3.</b> <i>Folha Vespertina</i> , 03 de Setembro de 1943.p.3.....	70
<b>Imagem 4.</b> Jornal <i>Folha do Norte</i> . 15 de Julho de 1942.....	75
<b>Imagem 5.</b> <i>Folha Vespertina</i> , 26 de Março de 1943, p.2.....	88
<b>Imagem 6.</b> Jornal <i>Folha Vespertina</i> , dia 17 de Julho de 1942.....	107

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: QUANTAS SÃO AS COLUNAS? .....</b>	<b>16</b>
1.1. Os Alemães .....	30
1.2. Os Italianos.....	33
1.3. Os Japoneses.....	39
1.4. Os Integralistas.....	43
<b>CAPITULO 2: “ESSES ELEMENTOS NEFASTOS DA ESPIONAGEM DO EIXO ESTÃO AQUI”.....</b>	<b>50</b>
2.1. Espiões em Belém do Pará? Acusações de quintacolonismo na capital.....	55
2.2 Em Resposta à Quinta-Coluna.....	68
<b>CAPITULO 3 – COISAS DA QUINTA-COLUNA.....</b>	<b>78</b>
3.1. Alemães, Japoneses e Italianos: a construção do inimigo em versos.....	89
3.1.2. A Literatura de Cordel.....	90
3.1.3. Lindolfo Mesquita, o Zé Vicente;.....	93
3.1.4. Repentes e o inimigo: a representação dos Quintacolonistas.....	96
3.2. O Teatro e representação do inimigo.....	101
3.2.1. Divaldo Ribeiro, o artista popular.....	104
3.2.2. O Inimigo representado na Ribalta: “Coisas da Quinta-Coluna”.....	105
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>

## INTRODUÇÃO

Ninguém quer mais ter negocio  
Com quem e totalitário  
É ser quinta-colunista  
Quem pretender o contrario  
Quem infringir esta norma  
E cabra muito ordinário<sup>1</sup>

A Estrofe acima foi produzida em meio a Segunda Guerra Mundial e faz referência ao momento em que o Brasil rompeu os laços diplomáticos com as nações do Eixo. Este era formado por Alemanha, Itália e Japão. Devido à pressão norte-americana imposta desde o encontro dos chanceleres no Rio de Janeiro, em Janeiro de 1942, o Brasil decide por fim ao contato estabelecido até então com os países chamados de totalitários.

Eric Hobsbawm em *A Era dos Extremos* evidencia as alianças formuladas no período da guerra e dentre elas a improvável união de forças entre Estados Unidos e União Soviética contra a Alemanha que, acabou como consequência direta envolvendo o Brasil. Para o historiador, o que gerou tal apoio anômalo “foi o fato de que não se tratava apenas de Estado-Nação com razões para sentir-se descontente com sua situação, mas de um Estado cuja política e ambições eram determinadas por sua ideologia”<sup>2</sup>. O fim do vínculo com as nações do eixo representará, naquele momento, um marco no conflito, pois, foi a partir do rompimento dessas relações que iniciaram as acusações contra suspeitos de agirem em favor dos países do eixo no Brasil, o inimigo interno, os chamados quintacolonistas.

Nos versos acima, o cordel *O Brasil rompeu com eles*, de Lindolfo Mesquita, o então diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, de pseudônimo Zé Vicente, escreve e denuncia de maneira jocosa por meio dos seus repentes, o fim da diplomacia com os países totalitários. Após esse processo, manter relações com estrangeiros oriundos dessas nações representava um claro sinal de traição à pátria, de ser “cabra muito ordinário”.

Esta dissertação teve como ponto inicial uma reflexão feita sobre meu próprio seio familiar. Desde os tempos de graduação a temática da Segunda Guerra Mundial me agradava. Pouco antes de eclodir a guerra, no mundo, meu bisavô, o Sr. Andreas Rehm, foi enviado pelo pai para o Brasil devido à discordância com o regime nazista que estava em vigência na Alemanha. Chegando ao país, foi levado a um Campo de Concentração, em Santos, recluso da

<sup>1</sup> VICENTE, Zé. **O Brasil rompeu com eles**. Guajarina: Belém, 1943, p.4.

<sup>2</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: Um breve século XX: 1914 – 1991**. Companhia das Letras. 1995, p.145

sociedade – Aqui fica uma dúvida, se ele foi a um campo de concentração ou ficou em colônia agrícola. Meu pai sempre relatava esse caso como um motivo de orgulho, afinal, o avô com quem conviveu e por quem foi educado, não aceitou o regime nazista.

Visando a pesquisa acadêmica, fui à busca de trabalhos produzidos em tendo a temática da Segunda Guerra, como por exemplo, monografias que haviam sido feitas na Faculdade de História da Universidade Federal do Pará. Por meio das produções acadêmicas, pude atentar que a Quinta- Coluna era sempre citada em trabalhos sobre a temática e, também, foi alvo de algumas pesquisas. Apesar de não possuir muitas publicações, no Pará, sobre o tema, ainda assim, há um bom número de trabalhos monográficos sobre o assunto.

Meu objeto estava definido, a Quinta-Coluna, os chamados quintacolonistas. Contudo, para melhor entender como atuavam os supostos espões, fui ao Arquivo Público do Estado do Pará, ao Centro de Memória da Amazônia e, infelizmente, não encontrei documentos que disponibilizassem inquéritos ou investigações reais sobre esses sujeitos. Comecei então a refletir e perceber que as fontes apontavam muito mais uma representação do que a existência concreta de pessoas que estariam a serviço de Alemanha, Itália e Japão – inimigos do Brasil, no contexto da guerra. Para isso, me apropriei do conceito de “Representação”, elaborado por Roger Chartier, compreendendo-a como o símbolo de um objeto ausente, a noção de inimigo, sugere que o imaginário produzido pelas autoridades políticas - por meio de seus discursos e práticas – se efetive na dada realidade e na construção do mundo social<sup>3</sup>. De tal forma que, sem comprovações concretas acerca da atuação de espões no estado paraense, restou-me buscar compreender como fora construída e reproduzida a imagem dos chamados súditos do Eixo, acusados de espionagem no cenário beligerante.

Sem a documentação que me possibilitaria rastrear os sujeitos que, de fato, poderiam ter atuado como espões, passei a pensar a representação que foi criada sobre eles. Para isso, descobri nas páginas dos jornais da daquele período, uma série de acusações, discursos de intelectuais, colunas de jornalistas, e propagandas que orientaram um percurso que me ajudaria a compreender a complexidade do discurso acerca dos quintacolonistas naquele momento. Os jornais que circulavam na Belém da década de 1940 estão disponibilizados na Biblioteca Pública Arthur Vianna. Lá tive a oportunidade de manusear os jornais impressos *A Vanguarda* e a *Folha Vespertina*. Outro jornal impresso da época, *O Estado do Pará*, infelizmente está em período de restauro e apesar de não poder ser pesquisado, contei com a

---

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. pp.20 – 21.

ajuda do amigo Rafael Pantoja que também estuda o período e compartilhou algumas de suas fontes que foram de grande valia para essa pesquisa. Na área de microfilmagem, tive acesso ao periódico *Folha do Norte*.

#### Os jornais na capital

Meu recorte cronológico corresponde ao período da guerra, isto é, de 1939 - 1945. Por mais que somente a partir do ano de 1942 é que as denúncias nos meios de comunicação comecem a fazer parte do cotidiano da população, ainda assim, é importante evidenciar a visão anterior e a que se formou término de relações entre Brasil e países do eixo.

A partir da leitura e invasão do campo literário, fui desvelando o conhecimento acerca da Quinta-Coluna e do posicionamento dos jornais. A leitura de Robert Darnton foi fundamental para perceber que o jornal possui uma lógica própria e uma linha editorial. Em *O Beijo de Lamourette*, ele apresenta a complexidade das salas editoriais onde as notícias são produzidas<sup>4</sup>. E foi invadindo o campo dos periódicos que notei o tom agressivo que era usado contra os estrangeiros oriundos dos países do eixo, mas também, com os integralistas brasileiros.

Assim, o primeiro capítulo ficou caracterizado por uma preocupação em elucidar o surgimento do termo Quinta-Coluna e a forma como ele aí ser difundido no mundo e reproduzido no Pará, durante a Segunda Guerra Mundial. Tão importante era compreender o porquê das acusações e a representação que ganhou. Percebendo que cada grupo possuía uma história e um tratamento diferente, intentei elucidá-los nas especificidades das migrações e de sua vivência no estado. Alemães não são vistos da mesma maneira que os italianos ou japoneses, tampouco, o tratamento dado a um é igual com o outro. Ainda me aprofundando nos periódicos, percebi no discurso propalado uma associação direta entre Quinta-Coluna e o integralismo. Por isso, não bastava compreender como eram vistos os súditos do eixo acusados de espionagem, era necessário perceber como os seguidores do sigma poderiam ser vistos como quintacolunitas.

Apesar dos aspectos gerais serem da Quinta-Coluna serem escritos em prosas e versos, os periódicos ainda oferecem em meio ao seu corpo textual uma narrativa visual. Seja através da estereotipação da atuação do quinta-coluna ou até mesmo fotografias acerca de manifestações contra as nações do eixo, as imagens utilizadas neste trabalho foram pensadas para um momento específico sem perder de vista qual sua significação no dado contexto<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução; São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>5</sup> BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

Através dos periódicos paraenses, notei a dimensão que a guerra tomava. As acusações eram feitas e alguns casos começavam a surgir na capital paraense. Enfatizo o que intitulei Bern/Heilborn provocado de uma contenda por meio da imprensa quando, *A Vanguarda* e *O Estado do Pará* farão acusações aos dois de estar enviando fotografias de estratégias de defesa paraense, durante o processo de Defesa Passiva Anti-Aérea, o que era terminantemente proibido pelo governo. Segundo as acusações, essas fotos seriam possivelmente destinadas ao governo de Adolf Hitler, na Alemanha. No entanto, a *Folha do Norte* abrirá espaço para que o empresário possa se defender das acusações.

É possível perceber que mesmo sem comprovações concretas, no estado, por mais que as acusações permeassem o campo especulativo, havia uma suspeita sobre ele. Para compreender a essa situação recorri ao conceito de “Inimigo objetivo” traçado por Hannah Arendt. Esse se constitui como um oponente líquido, de maneira que ele muda de acordo com as intenções ou a necessidade daquele que o cria. Para ser identificado não precisa necessariamente demonstrar interesse em derrubar o regime, basta que ele exista como se fosse portador de uma doença. Na Alemanha Nazista, Hitler já prevendo o extermínio dos judeus, começava a se preparar para liquidar os poloneses. Intencionava criar para eles a mesma propaganda e medidas restritivas que haviam sido impostas aos judeus<sup>6</sup>. No Brasil, o inimigo do Estado varguista inicialmente, na década de 1930, eram os comunistas, em seguida os integralistas passaram a ser inseridos nessa lógica, após uma tentativa de golpe e, quando o contexto da guerra se fez presente, a Quinta-Coluna tornou-se o alvo principal.

Nesse capítulo, foram inseridas outras fontes como, por exemplo, a legislação federal do período através dos Decretos-Lei que podem ser encontrados através da internet. Tais medidas são importantes à medida que seus discursos mostram uma clara posição contrária a alemães, japoneses e italianos. Elas cercearam o campo de atuação dos súditos do eixo não permitindo, inclusive, que não pudessem comercializar rádios, transmissores ou receptores ou ainda acessórios<sup>7</sup>.

Seguindo na trilha dos jornais, descobri uma quantidade significativa de filmes, programas de rádio e até mesmo peça de teatro que incorporavam o espírito da guerra. Refletindo sobre isso, percebi que em um momento de centralização administrativa, as políticas culturais deveriam ser pensadas como uma forma de compreender os mecanismos utilizados e apoiados pelo Estado que visavam fomentar produções que seguissem a cartilha

---

<sup>6</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. pp.564-6

<sup>7</sup> Decreto – lei nº 4701 de 17 de Setembro de 1942

do Departamento de Imprensa e Propaganda. Nessa toada, Lia Calabre serve como aporte teórico para pensar as políticas no campo da cultura. Esas devem ser analisadas como um conjunto de ações pensadas e elaboradas articulada com as instituições civis ou entidades privadas e grupos comunitários que intencionavam atingir o público<sup>8</sup>.

É nesse caminho que apporto no terceiro capítulo buscando descobrir novas terras onde a Quinta-Coluna será desvelada. Intencionei compreender o papel do rádio e do cinema para a construção do cenário da guerra e do inimigo, ainda assim, acabei fazendo a escolha de enfatizar o papel da literatura de cordel com o folheto *O Brasil rompeu com eles*, de Zé Vicente e, principalmente, a peça teatral *Coisas da Quinta Coluna*, de Divaldo Ribeiro, por compreender que foge das análises já propostas e cria um novo espaço para investigações futuras.

---

<sup>8</sup> CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 12.

## Capítulo 1

### Quantas são as Colunas?

Quinta – Coluna foi um termo cunhado durante a Guerra Civil Espanhola. Na guerra, havia o exército formado por quatro colunas de batalha lideradas pelo general Francisco Franco. Em meio ao conflito, os soldados franquistas marchavam rumo a capital, Madri, a fim de tomar o poder do governo legalista de Azaña. Nesse momento, surge aquilo que seria o diferencial para a conquista da autoridade política espanhola, uma Quinta-Coluna. Esta fazia referência a um grupo formado por espiões instalados na capital que passariam informações acerca de estratégias, organização e ações do grupo governista. Não é à toa que o escritor Ernest Hemingway, vivente do conflito espanhol, o utilizou para escrever a peça teatral *A Quinta Coluna*. Tal termo acabou sendo disseminado e utilizado em outros contextos, como por exemplo, o foco deste trabalho, durante a Segunda Guerra Mundial. Neste período, o termo foi apropriado designando aqueles que seriam suspeitos de servir como espiões de Alemanha, Itália e Japão, os chamados “Súditos do Eixo”, relativos às “Potências do Eixo”, em alemão: Achsenmächte, em italiano: Potenze dell'Asse, em japonês: 枢軸国 *Sūjikukoku*. Estes foram constantemente hostilizados pela imprensa, e também, por brasileiros mais exaltados colocando, por vezes, em xeque a sua permanência em paraenses.

Em *A Quinta Coluna*, Hemingway, inspirado em sua experiência real da Guerra Civil espanhola, relata a história de Philip, homem que servia ao governo espanhol e atuava no serviço de contra-espionagem, isto é, tinha como dever encontrar aqueles que buscavam se camuflar e atuar como espiões de Francisco Franco, fascista que tentava subir ao poder. A caracterização desses espiões, o autor deixa a cargo da personagem Petra, serviçal do hotel onde ocorre grande parte da trama. Ela conta a companheira amorosa de Philip, Dorothy, que “o pessoal da quinta coluna” é a “gente que luta contra nós dentro da própria cidade”. Além disso, para ela “são nossos inimigos”. Explica que não possuem escrúpulos para vencer a guerra, afinal, ela diz: “se eu fosse morta, eles ficariam felizes. Pensariam que era uma pessoa a menos pertencente à classe trabalhadora”<sup>9</sup>.

Um período de Guerra não pode ser pensado como um momento comum. Ele não o é. Nesta perspectiva são desenvolvidas em momentos beligerantes estratégias de guerra, de

---

<sup>9</sup> HEMINGWAY, Ernest. **A quinta coluna**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986. Pp. 79 – 80.



sobrevivência, de vida e de morte. A violência nesse momento não deve ser percebida como mera agressão. A ótica dos sujeitos que vivenciam a guerra é pensar que a agressão não representa um ataque, mas sim uma defesa. Sim, uma defesa. Num campo de batalha, por exemplo, os homens perdem os seus pudores, o seu racionalismo e agem instintivamente buscando sobreviver. Caso ele não mate, será morto. Assim, aquele sujeito que em outra situação qualquer representaria meramente um desconhecido, em um conflito ele pode ser um inimigo.

Mesmo antes do Brasil entrar na Segunda Guerra, a imagem do chamado quintacolonista já era propalada pela imprensa brasileira. Quando a base naval de Pearl Harbor, situada no Hawaii é atacada, o Estado Norte-americano, na figura do diplomata Summer Welles, relata que o ocorrido fora um plano engendrado pela Quinta Coluna na América<sup>10</sup>. Neste caso, os quintacolonistas estavam representados na figura dos japoneses. A data ficou conhecida nos Estados Unidos como “O dia da Infâmia” e foi o estopim para a entrada do país na guerra ao lado dos países Aliados<sup>11</sup>.

A fala do diplomata fora retirada após sua participação na Conferência dos Chanceleres, ocorrida no Rio de Janeiro, em Janeiro de 1942. Neste mesmo dia, foi definido que oficialmente o Brasil rompia laços com os países do Eixo (formado por Alemanha, Itália e Japão). Tacitamente, um recado estava sendo dado aos brasileiros: se os japoneses foram capazes de fazer o que fizeram com os Estados Unidos, por conta de sanções econômicas, agora com o fim das relações diplomáticas com o Brasil, este poderia ser o próximo.

Dois dias após o fim das relações diplomáticas, em outro jornal da cidade, no periódico *Folha do Norte*, era noticiada a possível “Consequência do rompimento de relações diplomáticas do Brasil com as potências do Eixo”<sup>12</sup>. O Jornal enumera uma série de medidas de austeridade tomadas pelo governo brasileiro a fim de cercear o campo de atuação dos estrangeiros oriundos desses países. Desta feita, noticia que “Os consulados da Alemanha,

---

<sup>10</sup> Cf. *A Obsessão da Quinta Coluna, Folha do Norte*, 29 de Janeiro de 1942. Na notícia, conta-se que na convenção que reuniu os Chanceleres de diferentes países americanos, Summer Welles, o diplomata americano, põe os Estados Unidos como uma vítima da Quinta-Coluna acusando espiões japoneses infiltrados na América de repassar informações que serviriam para promover o ataque a Pearl Harbor, base marítima localizada no Hawaii. Tal base fora atacada por aviões japoneses e fez o país entrar efetivamente na guerra contra os países do Eixo. p.3.

<sup>11</sup> Eric Hobsbawm revela que as conquistas imperialistas japonesas no pacífico feriam o interesse estadunidense o que provocou uma ação enérgica dos Estados Unidos através de embargos comerciais e congelamentos dos bens de nipônicos em seu território. Em resposta, os japoneses atacaram e destruíram a base naval norte-americana. Cf. HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: um breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 47 – 8.

<sup>12</sup> *Folha do Norte*, 30 de Janeiro de 1942, p.3.

Itália e Japão, desde ontem, estão guardados, severamente, pela policia, não sendo permitida a entrada e saída de pessoa alguma, com exceção dos funcionários”<sup>13</sup>.

O jornal divulga ainda um comunicado assinado pelo prefeito Abelardo Conduru e o Chefe de Polícia da capital, Salvador Borborema. Nele deixa claro que serão mantidos, até segunda ordem, os direitos individuais dos estrangeiros dos países do Eixo possuidores de algum negócio na capital que contribuía para o desenvolvimento da região. O Estado tinha o interesse de defender os direitos daqueles que possuíam atividades consideradas proveitosas para a economia brasileira. Em contrapartida, esperava-se dos súditos do eixo que soubessem corresponder ao “tratamento que lhes damos em obediência aos princípios jurídicos, de humanidade e tradicional espírito cristão, que nos regem e nos orientam como povo livre e cioso da sua soberania”. E para isso, o governo brasileiro estaria atento promovendo a mais absoluta vigilância para garantir “ordem e tranquilidades publicas”<sup>14</sup>.

Mesmo inicialmente fazendo uma política amistosa por meio da mídia com os estrangeiros oriundos do eixo, com o passar o decorrer do embate, ocorrerá uma mudança nessa perspectiva. Após o fim dos laços diplomáticos, começou uma intensiva represália contra o Brasil, sendo a Alemanha responsável pelo torpedeamento de navios que circulavam pela costa brasileira. Nos dias 15 e 18 de Fevereiro foram dois: o Buarque e Olinda, respectivamente. A partir de então, é promovida uma intensa ofensiva seja através de notícias nos jornais ou outros meios midiáticos. O Estado também irá agir. Medida que atesta isso, o Decreto-Lei nº 4.166 de março de 1942, constituiu a obrigatoriedade de responder aos cidadãos brasileiros residentes no país pelos prejuízos causados aos bens e direitos do que “resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália”<sup>15</sup>. Na prática, a medida representou um imposto adicional aos “súditos do eixo” que possuíam moradia no Brasil. Diante da preocupação da existência de espões estrangeiros, como fora noticiado em outros lugares, a exemplo dos Estados Unidos, passa-se a fiscalizar toda e qualquer possibilidade de ameaça ao Brasil.

Ganha força, mais uma vez, no Brasil, uma política já existente e implementada pelo Estado Vargasista desde a década de 1930, a governança pelo medo. Esta fará com que seja mais uma vez formulada a imagem de um inimigo e(i)minente. Este é utilizado para promover uma política de controle social. Na década de 1930, os inimigos do Estado brasileiro foram os comunistas e após a Intentona Integralista os dois passam a ser vistos da mesma forma pelo

---

<sup>13</sup> Idem, p.3.

<sup>14</sup> *Folha do Norte*, 01 de Fevereiro de 1942, p.2.

<sup>15</sup> BRASIL, Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de Março de 1942.

governo. Com a guerra, torna-se imperioso tomar cuidados dentro do próprio território. O auto-policimento com relação ao que se diz em público, o cuidado com quem se relaciona, nesse caso, evitar o contato com estrangeiros dos países eixistas eram medidas que veladamente contribuía para manter a imagem resguardada de acusações relacionadas a traição ou quintacolonismo. A construção imagética de um inimigo é formulada e faz-se necessário caracterizar o chamado Quinta-Coluna. Nessa medida, é preciso compreender como age, por onde anda, como identifica-lo?

Nesse momento, os jornais vão ser utilizados como uma peça fundamental no quebra-cabeça que juntará os pedaços para a construção das feições do inimigo do Brasil. O tão propalado quintacolonista, mais do que um rosto, ganhará os contornos do seu caráter e, através dos mais diferentes discursos, é possível identificar quem supostamente são os sujeitos que insistem em atuar contra o país. Os periódicos da capital paraense aparecem aqui como foco de análise. O interesse com este capítulo é perceber qual o quadro, que imagem seria desenhada pelas letras e iconografias nos periódicos paraenses e quais seus significados. Além disso, perceber as diferenças na forma e no tratamento dado para alemães, italianos, japoneses e brasileiros taxados de Quinta-Coluna. A seguir, uma imagem reproduzida pelo jornal *Folha do Norte*, que intenciona alertar a população ao mesmo passo em que apresenta a população como atua o espião contraventor.

## O QUINTA COLUNISTA OUVE, ATENTO, A CONVERSA...



*Em toda parte ele está. É o maior inimigo da nossa tranquilidade. Age entre cortinas, procurando, com um sorriso amável ou um jornal posto à frente do rosto, disfarçar a miséria do seu caráter. Ele anda em toda parte: nas repartições, nas escolas, nas igrejas, nos campos de futebol, nos casinos, nos salões de bailes, nos cafés e nos bondes. Dentro da nossa casa, até, pretextando uma visita de amigo. Nos bondes e nos cafés, porém, é onde ele melhor pôde agir. Nesses lugares, a gente se sente mais à vontade e costuma bater "um papo". É o seu preferido campo de ação. O clichê acima atesta nossa assertiva. É um exemplo. E ninguém desconhece o que tem sido de desgraçado para muitos povos e de terrível para várias nações o procedimento dos inimigos da pátria. Devemos, conseqüentemente, como bons brasileiros, vivendo numa terra em que o espírito de concordia sempre dominou nossas iniciativas, denunciá-los às autoridades competentes. Não esqueçamos jamais a ação desses miseráveis dentro do Estado do Amazonas, quando o Olímpico F. C. expulsou de seu seio todos os descendentes dos países do Eixo, e o rádio de Berlim, 2 horas depois, espalhava a notícia no mundo inteiro. A estação transmissora, graças à energia da Polícia, foi apreendida. Mas haverá outras? Quantos inimigos ainda não cruzam pernas por aí, cumprindo, com um sorriso sêco espartilhado nos lábios, a ignomínia do seu mistér? Apontemo-los ao poder público e fechemos a eles, perversos e insensíveis, todas as portas e janelas da nossa consideração e da nossa tolerância.*

Imagem 1. Jornal *Folha do Norte*, 22 de Maio de 1942, p.2

A imagem acima visa retratar alguns aspectos criados acerca dos chamados quinta colonistas. A imagem traz uma narrativa, isso implica dizer, seus personagens, o cenário, seu pano de fundo, contam uma história, ou seja, em sua representação trazem uma informação. A imagem deve ser compreendida dentro de um campo onde ela possui a capacidade de produzir efeitos, provocar e sustentar formas de sociabilidade, transformar em prática a intencionalidade presente no conteúdo reportado<sup>16</sup>. Busquei analisar alguns aspectos que

<sup>16</sup> MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. **Fontes visuais, cultura visual, história visual.** Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V.23, nº 45. 2003, p.15

podem ou devem ser compreendidos para entender qual o interesse do jornal com tal reprodução e sua perspectiva em relação ao público. Ou seja, de que maneira esperava atingir os leitores.

Acerca do Quinta-Coluna, é possível vê-lo caracterizado como um rapaz trajado, ao que parece, com vestimenta comum à época. Em sua representação, um hábito comum, a leitura do jornal – no caso, usado para esconder sua identidade - em banco de praça. É importante observar que seus olhos que poderiam estar voltados para as páginas em suas mãos, na verdade, estão direcionados ao casal ao lado.

O olhar concentrado tenta visualizar o comportamento e as informações que estariam sendo contadas pelo agente de oficialidade. Segundo a legenda, nos lugares onde se fica mais a vontade para “bater um ‘papo’” é que os quintacolonistas costumam agir<sup>17</sup>. Daí então o alerta. A propaganda dava a entender que entre galanteios e vantagens, o militar poderia contar à moça o que seus superiores, ou caso fosse ele um agente superior, acerca das estratégias para a defesa da pátria ou ações no combate ao que representava o mal totalitário. Portanto, ao que a imagem permite inferir, seria oportuno e propício à arrecadação de informação pelo representante da Quinta Coluna em um ambiente onde aparentemente estaria totalmente camuflado.

Contudo, não são apenas os olhos que podem ser apresentados como um recurso de captação de possíveis estratégias. Como toda caricatura, são enfatizadas características do objeto do desenho. A ênfase aqui é notoriamente ao tamanho das orelhas. É evidente que ao autor interessava dar vazão a imaginação das pessoas realçando o que de mais significativo teria a imagem para passar sua mensagem. Afinal, os ouvidos deveriam estar atentos e se agigantariam a fim de ter maior precisão em sua busca incessante por informação.

Para além, e tão importante, é necessário ver quem estaria sendo representado na figura. O jornal reproduz a própria figura de Hitler disfarçado e sentado, ao que parece ser um banco de praça. A imagem do *fuhrer* já era conhecida no mundo inteiro na época, suas ações e sua imponência no cenário internacional tornaram-no conhecido há tempos. A pergunta que pode ser feita é por que Hitler? Por que não, Mussolini ou Hiroito que também faziam parte do grupo de países do Eixo? A resposta é simples. Adolf Hitler era a maior representação de um mal totalitário, de uma afronta a democracia. Além disso, para os Aliados, a Alemanha

---

<sup>17</sup> *Folha do Norte* 22 de Maio de 1942, p.2



seria o grande adversário a ser batido. Essa não foi a primeira vez que o estadista alemão tornou-se caricatura, em vários lugares ele foi alvo da sátira<sup>18</sup>.

O Oficial naquele momento representa um símbolo de patriotismo e luta contra os inimigos do Brasil. Em representação, tem papel importante na imagem se compreendermos que ele seria um representante do Estado, e mais do que isso, detentor de conhecimento das ações do governo. Entre notícias de jornais, apresentações em peças de teatro ou homenagens feitas a eles, o nome dos militares de diferentes patentes eram sempre ornamentados de adjetivações lisonjeiras. Somando-se a isso, ele seria portador de um *status* social em que, teoricamente, sua figura estaria livre de toda e qualquer desconfiança<sup>19</sup>.

Diferentemente do arquétipo caboclo e feições indígenas, a mulher representada na imagem é uma *pin-up*. Modelo de beleza, padrão hollywoodiano que foi amplamente difundido nos Estados Unidos e que chegou no Brasil. Na década de 1940 já era possível verifica-las em propagandas e em capas de revistas<sup>20</sup>. Naquele momento, as *pin-ups* representavam um modelo de beleza estereotipada que misturava inocência e malícia, criando um ar misterioso e sedutor para os olhares masculinos. Segundo Priscilla Carvalho e Maria Irene Souza, o sucesso das *pin-ups* se deu pela imagem estimulante de fantasias: força e delicadeza, malícia e candura<sup>21</sup>. Com o jeito meigo e inocente, mas, ao mesmo tempo provocante, a imagem utilizada pelo jornal reforça o estereótipo e a coloca num contexto próprio para compreender a cena. O flerte do militar e o ar misterioso sobre uma moça cândida revela um momento de tranquilidade em que informações importantes sobre estratégias específicas da guerra poderiam ser contadas. Por esse motivo, o Quinta-Coluna permanecia atento a qualquer informação.

O cenário escolhido seria o banco, provavelmente de uma praça pública, onde as pessoas se encontrariam para conversar. Nesse caso, também, seria prática oportuna ler o jornal no sossego de um banco de praça e próximo a natureza, ambiente esse que marca a

<sup>18</sup> Cf. PANTOJA, Rafael de Amorim. **Na Guerra só resta rir**: o humor jornalístico e as representações do conflito mundial na imprensa de Belém do Pará (1942 – 1945). Monografia. Ufpa. Belém, 2015; Ver também: SILVA, Marcelo Almeida. Os traços do *fuhrer* sob a ótica das charges cariocas durante a Segunda Guerra Mundial. *Anais do XVIII Encontro Regional da Anpuh –MG*. Mariana, 2012.

<sup>19</sup> Exemplo dessa ideia pode ser encontrado no discurso do ex-pracinha, Antonio Batista de Miranda. Ao escrever livro em que relata suas memórias no período da guerra, alerta aos mais exigentes leitores que não encontrarão no livro uma nova tese sobre a Segunda Guerra Mundial, no entanto, uma “declaração de um grande amor à pátria, e uma inabalável crença na liberdade, na democracia e no Brasil”. Cf. MIRANDA, Antonio Batista de. **Guerra**: memórias-destino. Belém: A.B. Miranda, 1998. Op. Cit. .p.5

<sup>20</sup> Cf. Azevedo, Paola Z & Giuliano, Carla P. A Influência da *Pin-up* americana no estereótipo feminino da revista “O Cruzeiro”. *VIII Colóquio de Moda – 5º Congresso Internacional*. 2012.

<sup>21</sup> CARVALHO, Priscilla de Affonso & SOUZA, Maria Irene Pellegrino de Oliveira. *Pin-ups*: fotografias que encantam e seduzem. *discursos fotográficos*, Londrina, v.6, n.8, p.119-144, jan./jun. 2010. p.129

paisagem da capital paraense. O espião se naturalizaria com o meio tornando-se uma figura oculta, em que os olhares alheios pouco ou nada atentariam para a proximidade do inimigo e, tampouco, para a periculosidade das informações que poderiam estar sendo repassadas, por mais que em um momento de lazer como o desfruto do banco.

A iconografia, conjugada a sua legenda, traz um aterrorizador quadro onde o quintacolunista se mostra onipresente. Além disso, usa o disfarce de pessoa comum, como um espião, o que impossibilita o apontamento e acusação certa de quem ele era efetivamente. Pensando essa representação reproduzida no jornal, é possível conjecturar que esses discursos produziram uma nova representação. Essa outra seria apropriada pelos leitores e dela criadas novas percepções. Segundo Roger Chartier, a apropriação do discurso visa uma história social dos usos e das interpretações e suas determinações fundamentais inscritas em práticas específicas. Logo, os discursos ao serem proferidos possuem um objetivo próprio e, além disso, as apropriações feitas também são diferentes, possuem uma singularidade própria das intencionalidades e da própria capacidade cognitiva de quem os recebe e os reconstrói<sup>22</sup>.

Em 29 de Maio de 1942, era anunciado no jornal que um escritor paranaense estava produzindo uma obra para denunciar a atuação da Quinta - Coluna em seu estado. O livro intitulava-se *A Atividade da Quinta-Coluna no Paraná*<sup>23</sup>. Já dava mostras de investigações que estavam sendo feitas contra homens que defendiam a bandeira de um país do bloco do eixo. Ainda no mesmo ano, o tenente Coronel e Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, Aurélio da Silva Py, escreveu uma obra fruto da investigação sobre a comunidade teuta existente em seu Estado, *A Quinta Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Ele pesquisou uma realidade microcômica do Sul do país, entretanto, tal obra teve um significado muito mais amplo e sua representação, num campo imagético, foi de grande repercussão e valia em outras regiões do país, a exemplo, o Pará<sup>24</sup>.

O autor apresenta um suposto plano de Hitler acerca da dominação da América do Sul. Defende que desde os anos derradeiros do século XIX, alemães já arquitetavam a dominação da América do Sul, dentro da lógica do chamado pangermanismo. No Brasil, estas ideias começaram a chegar conforme ocorria a migração para, segundo ele, lugares estratégicos no país. Estes foram os estados que tiveram uma migração alemã significativa como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo o Chefe de Polícia, foi a partir do ano

<sup>22</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, vol.5, n.11, 1991.

<sup>23</sup> *A Vanguarda*, dia 29 de Maio de 1942. p.1.

<sup>24</sup> PY, Aurélio da Silva. **A 5ª. coluna no Brasil: A conspiração nazi no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Livraria do Globo, 1942.

de 1937, após Hitler delimitar o valor de 262 milhões de marcos para a ação Nacional-Socialista no estrangeiro que a organização teria começado a atuar de maneira efetiva<sup>25</sup>.

Ao longo da primeira metade do século XX, é possível ver surgir instituições de caráter autoritário no Brasil. Por exemplo, o Partido Nazista, no Pará, é possível dizer, já atuava em Belém desde a década de 1930, como bem nos revela Ana Maria Dietrich. Segundo a historiadora, na década de 30 e 40 cerca de 186 alemães viviam em terras paraenses, sendo destes, 27 adeptos dos ideais Nazistas<sup>26</sup>. Contudo, não é possível afirmar de maneira peremptória que esses sujeitos trabalharam como espiões a mando de Hitler. Além disso, ele não foi o primeiro núcleo autoritário a surgir no estado. Na década de 1920, é possível ver surgir na capital associações de caráter fascista. Por exemplo, no Pará, já no ano de 1924 foi formado em Belém a associação *Fascio del Pará*, como representação de parte dos italianos que moravam na capital. Este mesmo partido será fechado no ano de 1942 por conta da Segunda Guerra Mundial, mas, é preciso atentar que, enquanto não havia hostilidades entre as duas nações, o partido existiu e, inclusive, financiou escolas e clubes<sup>27</sup>.

Quando eclode a guerra e, em meio à disputa, o Brasil se desalicia aos países do eixo e diversas denúncias passam a dar conta da atuação da Quinta-Coluna no Brasil. É preciso lembrar que o quintacolonismo não se referia somente a alemães, mas também, italianos, japoneses e todos aqueles que de alguma forma defendiam o totalitarismo. Nesse sentido, surgem manchetes nas páginas dos periódicos como “os jornais da Bahia denunciam os quinta-colunistas”<sup>28</sup>; “a rede de espionagem do Eixo estende-se em todo o Brasil e é preciso esfacela-la o quanto antes!”<sup>29</sup>; “Os japoneses em todo o Brasil estão organizados militarmente: A conquista de S.Paulo pelo Japão – O Brasileiro, quando atacado, corre – dizem os nipões encarregados de conquistar o nosso país”<sup>30</sup>; “a espionagem nazista em ação no Pará”<sup>31</sup>. Todas elas fazem referência ao processo de organização e atuação da Quinta-Coluna no Brasil..

A política varguista do medo associado à guerra e a noção do inimigo irão gerar a representação do chamado Quinta-Coluna. Enquanto eram lançados livros, notícias nos

<sup>25</sup> PY, Aurélio da Silva. Op. Cit. Pp.11 – 21.

<sup>26</sup> DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical?** O partido nazista no Brasil. Tese. USP. São Paulo, 2007. p.121.

<sup>27</sup> EMMI, Marília Ferreira. **Italianos na Amazônia (1870 – 1950):** pioneirismo econômico e identidade. Belém: NAEA, 2008, pp.234-239.

<sup>28</sup> *A Vanguarda*, dia 20 de Fevereiro de 1942, p.1.

<sup>29</sup> *A Vanguarda*, 21 de Março de 1942, p.1

<sup>30</sup> *Folha do Norte*, 22 de Março de 1942,p.1/3

<sup>31</sup> *Folha do Norte*, 13 de Junho de 1943, p.1



jornais, nas rádios, enfim, por meio de diversos veículos de comunicação vai se moldando e se construindo a imagem do espião, do traidor, do inimigo do Brasil.

Em 15 de Julho de 1942, em coluna intitulada *quintacolonismo*, é lançado na seção Gazetilhas da *Folha do Norte* os argumentos que reforçam quem são os sujeitos que atuavam como Quinta-Coluna. Caracteriza-os como ingratos que apunhalam no coração daqueles que oferecem o Brasil como abrigo, quando não, se são nacionais, renegam a Pátria e promovem um verdadeiro desserviço a democracia, liberdade e “a própria dignidade humana”. Contudo, ele não se limita somente a isso, também é quintacolonista aquele que “daqui ou de algures que se vale de todos os meios para servir os seus próprios interesses, em detrimento da causa pública, ou se aproveita de determinadas posições, embora aleatórios, para transmitir inverdades por via telegráfica ou aéro-postal”<sup>32</sup>.

Através da coluna é possível visualizar o norte de quem constrói o texto. Viviam-se no Brasil um sistema político autoritário, o Estado Novo, defendido como democracia pelas classes dirigentes. Nessa ditadura varguista, não havia espaço para individualidades, deveria se viver em prol do Estado e não de interesses próprios. Somado a isso, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) funcionava como um órgão censor, controlador da produção cultural brasileira e com departamentos estaduais que atuavam sobre periódicos pressionando-os e regulando-os. Provavelmente, essa lógica nem tenha se feito necessária já que num momento de guerra, é comum o discurso patriótico, mesmo que sejam oriundos de grupos de oposição política no Estado. Ainda assim, no jornal o editor escreve seguindo a lógica de ser um traidor aquele que age em favor de seus próprios interesses ao invés de pensar primeiro na pátria. Em seguida, denuncia pessoas que estariam transmitindo informações falsas por meios de postais a fim de desarticular ou confundir a inteligência brasileira<sup>33</sup>. Provavelmente essa foi uma das motivações que, intencionando evitar o desencontro de informações, levará o Estado a promulgar em Setembro do mesmo ano, o Decreto-Lei nº 4.701, que, “considerando a necessidade de acautelar os interesses da Segurança Nacional”, veda a possibilidade da troca comercial entre “comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios” com súditos do eixo<sup>34</sup>.

O governo usou os veículos de comunicação para manter um controle social. Era preciso prender os veículos de comunicação sejam eles de massa ou não para manter-se estável em um momento de um possível descontrole. Assim como no governo totalitário

---

<sup>32</sup> *Folha do Norte*, 15 de Julho de 1942, p.2

<sup>33</sup> *Idem*.

<sup>34</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 4701 de 17 de Setembro de 1942.

alemão, a propaganda neste momento ganha caráter essencial para apresentar a necessidade de cooperação em tempos beligerantes. Dessa forma, o uso da informação e das mídias voltou-se para a construção de um ideário acerca da obrigação do povo para com sua pátria. A guerra acaba por ser um instrumento de convencimento e controle da sociedade objetivando seus interesses. Por meio dessa análise, Karl Schuster Leão em sua dissertação revela como o “Regime, apoiado por grande parte da imprensa, buscou disciplinar a sociedade pernambucana para manter-se estável num momento em que uma guerra desestabilizou seus interesses primeiros”<sup>35</sup>.

Por sinal, o uso dos jornais que circulavam no estado, foi muito comum para disseminar os ideais contrários ao totalitarismo, para promover lisonjas à democracia, para denunciar possíveis atividades da Quinta-Coluna, mas também serviu como um espaço de defesa daqueles que se sentiam injustiçados por aquilo que poderia ser classificado como acusações infundadas. Dentro dessa lógica, é necessário esclarecer quais órgãos de imprensa ganhavam destaque naquele momento. *O Estado do Pará*, jornal que muitas vezes funcionou como um veículo de defesa dos ideais governistas, que na capital representou, por algum tempo, os interesses do grupo do Interventor Magalhães Barata<sup>36</sup>. Em trabalho monográfico, Adrialva Simões o aponta como o jornal responsável pelo propagandeamento da guerra no estado<sup>37</sup>. No entanto, existia a circulação de outros periódicos, como, por exemplo a *Folha do Norte*, pertencente a Paulo Maranhão, adversário de longa data de Magalhães Barata.

Todo jornal possui uma linha editorial o que nos permite inferir que cada um segue uma determinada forma de pensar. Isso implica dizer que a ideia de uma imprensa imparcial inexistente. Os dois jornais atuaram de maneira diferente e parecida ao mesmo tempo, no período da guerra. A impressão que fica é que ao mesmo tempo em que havia denúncias nos dois jornais, também publicavam declarações de pessoas se defendendo de acusações ou declarações acerca do patriotismo brasileiro. No entanto, *O Estado do Pará*, parece ser mais incisivo em suas acusações. Enquanto isso, a *Folha do Norte*, abre mais espaço para defesa do

<sup>35</sup> LEÃO, Karl Schurster. V. **A guerra como metáfora**: aspectos da propaganda do estado novo em Pernambuco (1942-1945). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2008.

<sup>36</sup> Em trabalho monográfico, Luiz dos Santos mostra a atuação do jornal *O Estado do Pará* durante o período da Segunda Guerra Mundial. Apresenta o papel do jornal fazendo denúncias, revelando acontecimentos e atuando ativamente na construção da guerra através de suas páginas colaborando com a política perpetrada pelo Estado através do Departamento de Imprensa e Propaganda. Cf. SANTOS, Luiz dos. **“Inimigos Íntimos”**: italianos, japoneses e alemães no estado do Pará durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Monografia. Ufpa: Belém, 2003; Ver também: SILVA, Cícero Alves da. **Notícias do front**: A Segunda Guerra Mundial na Imprensa do Pará – 1939/1945. Monografia. Ufpa: Belém, 2005

<sup>37</sup> SIMÕES, Adrialva. **De pé pela honra do Brasil**: o paraense na divulgação da Segunda Guerra Mundial (1942 – 1945). Monografia. Ufpa. Belém, 1993.

nome de sujeitos envolvidos em supostas delações como é o caso Bern/Heilborn, evidenciado no segundo capítulo.

É preciso deixar claro que tais impressões são feitas a partir de uma limitação nas fontes. O jornal *O Estado do Pará* foi percebido mais por trabalhos que investigaram os possíveis espiões eixistas e utilizaram o referido periódico como fonte, do que um contato direto com tal documentação. Já em relação ao *Folha do Norte* foi possível ter contato direto com seu material, inclusive publicação do mesmo grupo em outro horário e de tamanho reduzido que foi denominado de *Folha Vespertina*.

Mas a imprensa governista não era uma prerrogativa paraense. Philonila Cordeiro afirma que em Pernambuco, o Interventor Agamenon Magalhães criou o jornal *Folha da Manhã*, tornando-se interlocutor direto dos ideais Estado-novistas. Ela destaca a figura de Mário Mello, jornalista muito conhecido e influente na época. Através de sua coluna destilava acidas críticas contra o comunismo e os “súditos do eixo”. Por meio do periódico, o jornalista passa a receber cartas dos leitores que delatavam uns aos outros sobre práticas ou ações de defesa ao ideal totalitário. O discurso nacionalista era tão forte em suas palavras que um leitor envia por correspondência uma carta reclamando contra o fato de tocar música estrangeira na rádio. No pensamento de quem acusa, o fato da valorização da música produzida fora do país é motivo de indignação, pois, ia contra os sentimentos patrióticos brasileiros<sup>38</sup>.

Com fins de construir uma representação sobre sujeitos que supostamente estariam atuando ou defendendo os valores totalitários, são lançadas nas páginas do jornais paraenses acusações contra possíveis elementos nocivos a sociedade. Aqui intenciono mostrar que as acusações contra suspeitos de quintacolonismo foram comuns nos periódicos paraenses. Tal política partia de uma premissa do Estado que, em minha compreensão, via na propagação desse tipo de notícia meio de mostrar à sociedade o inimigo e como ele atuava. É importante lembrar que, os jornais brasileiros no período do Estado Novo, eram amplamente censurados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e seus núcleos estaduais. Fato esse que levou ao jornal, *Folha do Norte*, não poucas vezes, reivindicar maior liberdade de expressão em suas páginas<sup>39</sup>.

A Política do medo para atingir o controle social então era utilizada. Uma petição foi publicada em *Folha do Norte* de autoria do comerciante, Ricardo Silva, sob o título “Em

<sup>38</sup> CORDEIRO, Philonila Maria Nogueira. Guerra de Palavras: a construção do inimigo “Quinta-Coluna” pela imprensa pernambucana durante a Segunda Guerra Mundial. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 6. Ano VI. Nº 1. 2009.

<sup>39</sup> Cf. COSTA, João Eduardo Bonatto. **Censura, repressão e propaganda: o Estado Novo no Pará**. Monografia. Ufpa. Belém, 2009.

Defesa de Meu Nome”. Brasileiro, defendia-se ao Chefe de Polícia das acusações propostas pela notícia propalada em *O Estado do Pará*: “Atividade da Quinta-Coluna no Pará”. Segundo o jornal, Ricardo estava atuando como espião para a Alemanha. Em sua defesa, o acusado conta sua trajetória de vida. Nascido em Recife, Pernambuco, no ano de 1902, teve a oportunidade de estudar na Alemanha e depois voltou para o Brasil. Chegou ao estado do Pará no ano 1927 e desde lá abriu negócio com seu irmão, Roberto Silva, também brasileiro. Desde que chegou, atuou em Belém na área comercial de importação e varejo. Depois de algum tempo, o parceiro rumou em direção a São Paulo, firmando residência. Enquanto isso, ele permaneceu morando e trabalhando na capital paraense<sup>40</sup>.

O peticionário afirma que sempre fora contrário a forma de governança do regime nazista e, por isso, quando do ano de 1936 e 1937 ele resolveu por fim a vínculos representativos que possuía com comércios alemães. Ele atribui essa ruptura a denúncias de espionagem nazista que estava sendo feita no país. Aqui parece haver um equívoco em seu discurso à medida que, o governo brasileiro sabia da existência do partido nazista no país e seus núcleos espalhados pelo Brasil, no entanto permitia seu funcionamento. Ao longo da década de 1930, por mais que o governo brasileiro soubesse da atuação do partido, onde muitos membros viviam do comércio, por possuir boas relações diplomáticas com a Alemanha, permanecia atento, mas não impedia a atuação dos seus membros<sup>41</sup>. Com a instauração do Estado Novo há a proibição dos Partidos políticos, mais do que isso em 1942, com o fim dos laços diplomáticos com a Alemanha, a política do Estado com estes estrangeiros ganha novo formato. Ao invés do mero conhecimento sem medidas enérgicas, partia para a ação concreta prendendo acusados e colocando suspeitos sob vigilância. Ainda assim, o argumento de Ricardo Silva intencionava dar mostras que de modo algum se vincularia aos países do eixo ou serviria como um quintacolonista. Contudo, utiliza-se de uma lógica daquele momento para criar um álibi e livrar-se de qualquer suspeita. Por fim, o jornal, em recado do acusado, escreve que “o sr. Ricardo Silva pede à culta sociedade e ao comercio

<sup>40</sup> *Folha do Norte*, 01 de Outubro de 1942. p. 4

<sup>41</sup> Como exemplo, Ana Maria Dietrich conta o caso de Hans Henning von Cossel. O alemão chega ao Brasil na década de 1930, em Santos, com o objetivo de organizar o partido nazista no Brasil. Em 1935, por meio de Ofício de Vicente Ráo, Ministro da Justiça e Negócios Interiores para o Interventor do Estado de São Paulo, é possível inferir que o governo descobriu o agente nazista e sua “missão”, mesmo assim, nada o fez. Ainda que possuísse o conhecimento do endereço desse alto funcionário, o governo nada o fez, nem o manteve sob vigilância tampouco o identificou como suspeito. Cf. DIETRICH, Ana Maria. **Caça às suásticas**: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial, Fapesp, 2007. pp. 158 – 162.

paraense que aguardem a decisão das autoridades competentes sobre o caso que é objeto dessa petição”<sup>42</sup>.

Esse não foi o único caso de alguém que vai ao jornal fazer uma declaração para defender-se de possíveis suspeitas. Até mesmo estrangeiros não oriundos dos países do eixo buscaram precaver-se de possíveis ataques futuros. Manuel de Sá Seixas, português, morador do município de Afuá, por exemplo, declarou, por meio da *Folha do Norte*, aos seus amigos e aqueles que o conhecem “que não tem nem e nunca teve relações com partidários do Eixo”. Além disso, faz questão de evidenciar que “qualquer afirmação ao contrário, será pura intriga de seus inimigos”<sup>43</sup>. É surpreendente perceber que até mesmo um homem de nacionalidade portuguesa sentia-se amedrontado com a hipótese de ser taxado Quinta-Coluna. É bem verdade que em Portugal se vivia o governo autoritário de Salazar, ainda assim, não identifico nas fontes pesquisadas ou na bibliografia lida hostilidades com relação aos portugueses. Pelo contrário, Fabio Koifman defende que desde a instauração do Estado Novo, no Brasil, houve uma política migratória que funcionou de maneira impositiva e seletiva. Nesse contexto, havia uma aceitação maior quanto aos lusitanos. Na opinião do governo, eles seriam sujeitos humildes com limitada instrução técnica e cultural e vinham de uma linha política similar, o Estado Novo salazarista. Para além, inseriam-se dentro da lógica do branqueamento da sociedade e, conjugado a esse fator, devido à proximidade cultural, não teriam dificuldades com a assimilação da cultura brasileira. Isso é importante pois o governo vinha tendo problema com a formação de quistos étnicos<sup>44</sup>. Por isso, a política restritiva na concessão de seus vistos foi mais branda. Mesmo quando houve a tentativa de enquadrá-los nessa lógica restritiva, o presidente vetou a ideia. Portanto, para Vargas, o português representava o imigrante ideal<sup>45</sup>.

Tal como existiam os imigrantes ideais, também é possível considerar um grupo de estrangeiros indesejáveis pelo Estado varguista. Orientais, negros, indígenas, judeus e todos os considerados “não-brancos”, além dos portadores de deficiências físicas congênitas ou hereditárias, os doentes físicos ou mentais e os homens e mulheres fora da idade reprodutiva. A esses, era endereçado todo o rigor da lei e em alguns casos, o não reconhecimento de

<sup>42</sup> *Folha do Norte*, 01 de Outubro de 1942, p.4.

<sup>43</sup> *Folha do Norte*, 04 de Novembro de 1942, p. 4.

<sup>44</sup> Para compreender a política de combate aos chamados “quistos étnicos” ou “quistos raciais”. Cf. GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política migratória no Estado Novo. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1 p. 171-187, 2009.

<sup>45</sup> KOIFMAN, Fabio. **Imigrante Ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada dos estrangeiros no Brasil (1941 – 1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2012. pp. 30 – 35.

direitos líquidos e certos<sup>46</sup>. Mas, além desses, existe um grupo em especial que representavam sujeitos indesejáveis, os estrangeiros súditos do eixo. Com a alcunha de Quinta-Coluna foi construída uma representação diferenciada acerca de Alemães, italianos e japoneses. Para cada um, uma imagem distinta.

### 1.1 – Os alemães

Desde os anos de 1930, Magalhães Barata, então governador do estado do Pará, intencionava trazer de volta os ares de modernização que teriam sido perdidos na segunda década do século XX. Através de medidas paliativas e superficiais, deu um pontapé inicial com uma série de ações implementadas que dentre elas é possível listar: a ampliação, abertura e pavimentação de ruas; urbanização de antigos bairros, ou ainda, criação de novas edificações que somente contemplavam a área central da cidade. Esse processo de modernização, então, se baseou na reestruturação da atividade comercial a partir da Avenida 15 de Agosto, trecho fundamental que conectava o centro comercial aos bairros em crescimento. Esta representava um ponto estratégico, afinal, além de promover a expansão do centro, também se beneficiava da proximidade ao porto e uma rampa que serviu de pista para os chamados hidro aviões<sup>47</sup>.

Esse processo de urbanização e verticalização contava com o percalço da falta de mão de obra especializada na capital paraense. Para isso, era necessário atrair estrangeiros interessados em ganhar dinheiro em Belém. Oswald Massler, por exemplo, arquiteto alemão, trabalhou na capital durante as décadas de 1930 e 1940 obtendo relativo sucesso quando da feitura do desenho dos edifícios comerciais da empresa *Booth Line* e Associação Comercial do Pará, ambas localizadas no início da Avenida 15 de Agosto, atual Presidente Vargas. Apesar de ter participado de maneira ativa na construção de edifícios importantes para a época, devido sua nacionalidade alemã, o jornal carioca *A Noite* reproduz reportagem do periódico *O Estado do Pará*, em que é tachado como “chefe do NSDAP” e acusado de possuir balas “dum-dum” (balas de revólver calibre 38) na sua residência. O jornal expõe após a investigação da polícia, um documento onde deixa evidenciado uma discussão, ao que parece, com um membro do partido nazista em Belém. No fim do documento faz a saudação típica

---

<sup>46</sup> Ibidem, pp. 39 – 41.

<sup>47</sup> VIDAL, Celma Chaves Pont. **Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém**. 2008. Online.

dos nazistas: “Heil Hitler!”<sup>48</sup>. Isso foi o suficiente para considera-lo um perigo iminente para a sociedade paraense.

Após quatro dias, foi noticiado na *Folha do Norte* que ele, somado a outros alemães e um japonês, foram levados a Delegacia Especial sob suspeita de atividades nazistas no Pará<sup>49</sup>. O governo brasileiro sentia a necessidade de ter o controle dos estrangeiros oriundos das nações inimigas. Não surpreende que pouco tempo depois do ocorrido, o referido periódico publica o nome do arquiteto novamente como alvo da polícia paraense. É propalado que ele junto com outros alemães e japoneses foram levados a um Campo de Concentração situado no interior do estado, no município de Tomé-Açu<sup>50</sup>. O caso foi utilizado para servir de exemplo. Percebe-se que pelo texto redigido, igual em todos os jornais onde a matéria foi publicada, que o DEIP o fez intencionando que o caso viesse reforçar o controle a partir do medo.

Mas o caso de Oswald Massler não foi o único nem em Belém, nem no Brasil. O arquiteto não foi uma exceção à regra. Na década de 1940, no contexto da guerra, em Belém era comum a associação entre alemães e o nazismo, quando não, acusações de praticar espionagem a favor de Hitler. A presença dos alemães podia ser sentida na capital e desde a década de 1930, a filial do Partido Nazista em Belém já estava atuando.

O partido nazista se espalhou por todo o território brasileiro. Apesar da historiografia concentrar seus estudos relativos às colônias alemãs no Sul do Brasil, havia grupos germânicos espalhados por todo o país em números significativos nos estados de Pernambuco, Mato Grosso, Goiás, Pará e Bahia<sup>51</sup>. O Pará aparece como um dos primeiros grupos do partido no país. Desde o ano de 1933, quando o nazismo chega ao poder na Alemanha com Adolf Hitler, já é possível encontrar núcleo em Belém. Assim, para os partido a regra era: em todo território brasileiro, nas regiões onde houvesse colônias rurais de alemães, havia também representantes do partido nazista<sup>52</sup>.

Nesse momento não somente o ideal totalitário já conhecido no Pará, mas também, os próprios alemães apareceram. No ano de 1935 aportou em Belém o pesquisador alemão Otto Schulz-Kampfhengel, ele possuía o intuito de percorrer o rio Jari até a fronteira com a Guiana Francesa. Definia como objetivos centrais a pesquisa de animais da região, reconhecimento etnológico do rio e seus afluentes e, também, estudo geográfico da paisagem, registro

<sup>48</sup> *A Noite*, 5 de Outubro de 1942. p.3

<sup>49</sup> *Folha do Norte*, 09 de Outubro de 1942, p.1.

<sup>50</sup> *Folha do Norte*, 18 de Outubro de 1942, p.3 ; *O Estado do Pará*, 18 de Outubro de 1942, p.4; *Folha Vespertina* 18 de Outubro de 1942, p.2.

<sup>51</sup> DIETRICH. Ana. 2007. Op. Cit. 120-1.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p.159/ 169.

cartográfico e de possíveis afluentes que poderiam vir a ser descobertos. Na capital, Schulz e seu grupo foram recebidos pelo general Daltro Filho, comandante da 8ª região Militar<sup>53</sup>. Em sua estadia ficaram no Grande hotel, lugar de suntuosa beleza arquitetônica. Para reverenciá-los, as paredes do hotel foram decoradas com suásticas e a população apareceu em número significativo para conhecê-los<sup>54</sup>.

Apesar do furor provocado, havia uma desconfiança acerca das reais intenções dos alemães. A imprensa carioca suspeitava pois não se acreditava que aviadores jovens pudessem ser também cientistas. Mesmo assim, a expedição ocorreu. Em passagem por Breves, conta Cristovão Lins que havia uma serraria alemã onde tremulava a bandeira brasileira e a alemã nazista lado a lado. Isso implica dizer que, provavelmente, aquela não havia sido a primeira passagem de alemães pela região. A expedição ainda contou com o auxílio de populares da região que contribuíram como guias, além de ajudar no transporte de materiais, puxar corda nas corredeiras e o que mais foi preciso. Como herança, foi deixada uma cruz com a inscrição em alemão “Joseph Greiner faleceu aqui em 21.1.36 de febre, em serviço alemão de exploração. Expedição alemã – Amazonas – Jary 1935-37”, representando a sepultura de um dos pesquisadores<sup>55</sup>.

Anos mais tarde, outros nazistas também apareceram em Belém. Devido o contexto da Segunda Guerra Mundial, estes não tiveram a mesma recepção dos anteriores, pelo contrário, atuavam como espões. Entraram e saíram do estado sendo percebidos somente depois, quando da denuncia nos jornais.

No ano de 1942, o agente nazista Julius Von Heyer visitou a capital paraense. No Brasil, o alemão ficou primeiramente em Recife, entre os dias 4 e 12 de Julho para em seguida passar por Belém onde teria ficado até o dia 16. Completou sua viagem seguindo rumo ao Rio de Janeiro<sup>56</sup>. Philonila Cordeiro aponta que Heyer fazia parte de uma das equipes do Alto Comando das Forças Armadas na Alemanha (ABWEHR) e tinha como chefe Wilhelm Canaris. Essa equipe da qual contribuiu desenvolveu um grande sistema de espionagem no Brasil. O Serviço consistia em infiltrar-se em indústrias, comércio, embaixada, etc.

---

<sup>53</sup> DIETRICH, Ana. 2007. Op. Cit. p. 272.

<sup>54</sup> VERIANO, Pedro Veriano. **Fazendo Fitas**: memórias do cinema paraense. Belém: EDUFPA, 2006. p.67.

<sup>55</sup> LINS, Cristovão. **A Jari e a Amazonia**. DATAFORMA. Almeirim, 1997, pp.44 – 48. Para saber mais sobre a expedição nazista no Pará ver: LIMA, Simone Quaresma. **A expedição de Otto Schulz-Kampfhenkel ao Jari (1935 – 1937)**. Monografia. UFPA, 2011.

<sup>56</sup> *A Vanguarda*, 21 de Março de 1942 p.1



objetivando arrecadar o maior número possível de informações que auxiliassem as operações da Alemanha no Brasil durante a Guerra<sup>57</sup>.

A Equipe de espionagem era encabeçada Gustav Engel e Nils Christensen. Para manter o disfarce e não serem reconhecidos enquanto elementos do Estado Nazista deveriam utilizar condinomes. Estes deveriam ser nomes bem comuns no Brasil que possibilitariam manter suas identidades reais elipsadas enquanto estivessem no país. O primeiro respondia por “Alfredo” e o segundo por “Lucas”. Julius von Heyer chegou ao Recife em 1941, e utilizou como codinome “Humberto”. Seu objetivo era o de fazer recrutamento dos chamados “colaboradores”. Estes tinham o papel de repassar informações importantes de acontecimentos no Brasil<sup>58</sup>. Por isso, provavelmente, as acusações contra alemães ou sujeitos que estivessem a serviço de Hitler foram constantes na capital paraense.

Desde o fim dos laços diplomáticos, alemães passam a estar diretamente associados ao nazismo. Não importava se ele concordasse ou não com o Estado totalitário de Hitler, o alemão representava um perigo a sociedade brasileira. Por isso era tão comum abrir as páginas dos jornais, naquele momento, e encontrar declarações dos acusados negando sua afinidade aos ideais totalitários e afirmando amor à pátria brasileira. Alguns alemães, inclusive nomes importantes da indústria nacional, como os Lundgren, por exemplo, farão parte deste grupo<sup>59</sup>.

## 1.2 – Os italianos

A construção da imagem dos italianos enquanto inimigos do Brasil foi, sem dúvida, diferente das dos demais estrangeiros oriundos dos países do eixo. O número de notícias relacionadas ao perigo de italianos são bem reduzidas se comparadas aos outros dois grupos. Enquanto os alemães são vistos como nazistas, totalitários, inescrupulosos ; japoneses - que sempre tiveram uma aceitação questionada no Brasil – vistos como abomináveis e de uma índole questionável; os italianos não possuem a mesma caracterização. Apesar de também ter

---

<sup>57</sup> CORDEIRO, Philonila. **Ascensão das ideias nazistas em Pernambuco**. Dissertação. UFPE. Recife, 2005. p.98-99. Para compreender melhor acerca do Serviço Militar de Informações do Reich Alemão e de seus agentes como “Alfredo” ou “Lucas” ver: HILTON, Stanley E. **Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil 1939 – 1944**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1977.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Os Lundgren eram donos das redes de lojas *A Pernambucana* espalhadas pelo país e possuíam uma indústria de tecidos na cidade de Paulista, em Pernambuco. Devido grande influencia que passaram a ter na região onde se alojaram, no período da guerra, começam a ser questionados acerca de sua posição política. Cf. LEWIS, Susan. **Indesejáveis e Perigosos na arena política: Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1930 – 1945)**. Tese de Doutorado. UFPE. Recife, 2005; ALMEIDA, Tunai Rehm Costa de. **Nazistas no Pará? Acusações contra alemães na capital durante a Segunda Guerra**. *Anais/IX Semana de História Política/VI Seminário Nacional de História: Cultura & Sociedade*, Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2014. pp. 3239 – 3249.

sofrido com sanções, leis restritivas, com imposições do governo e coerções culturais, na mídia é tratado de maneira mais branda e por vezes sendo defendidos.

Algumas notícias propaladas na imprensa paraense irão dar mostras do tratamento mais terno dado aos italianos em meio à guerra. No dia 09 de Abril do ano de 1942, a *Folha Vespertina* lançava como principal manchete: “‘Negros, bêbedos e famintos’... Como nos trata o Radio Italiano!”. A reportagem fazia referência a uma rádio italiana que havia destinado palavras injuriosas para caracterizar o povo brasileiro. Conta a reportagem que (provavelmente, João Maranhão, o editor) estava no dia anterior escutando uma rádio de Roma em audição que seria especial para a América do Sul. Conta ele que a o radialista, após passar pela américa latina para observar a situação de seus conterrâneos, denunciava na rádio que os italianos que naquele momento residiam no Brasil “estavam sendo vítimas das mais atroz perseguições, que iam desde as detenções policiais sem motivo, até o assalto e ao saque de seus domicílios pelo populacho, acirrado por certa imprensa a soldo de Washington”. Mas, não para por ai, o radialista continua com ofensas ao se referir aos festejos de sábado de aleluia. Segundo a reportagem, ele não teria gostado da sátira da população com a criação de bonecos que usavam máscaras de Mussolini, Hitler e Hiroito. A partir dai começam as ofensas caracterizando os brasileiros como “*negritos, borrachos e hambrientos*”<sup>60</sup>. A relação entre as nações não era a mesma. Assim, não é de se estranhar que em tal circunstância manifestações ocorressem no país.

Apesar das declarações feitas em relação aos brasileiros, o jornal da família maranhão continua defendendo os italianos. No dia seguinte às ofensas transmitidas através das ondas do rádio, em coluna não assinada intitulada “Fatos e Comentários”, escreve que “os italianos que aqui vivem, muitos deles amigos sinceros do Brasil – assim o acreditamos”. É válido perceber que na visão do periódico, apesar do fim dos laços comerciais e políticos entre as nações, os italianos continuam amigos sinceros do Brasil. Demonstrando boa fé nos italianos que vivem em terras brasileiros, ao mesmo tempo em que defende o governo das acusações propostas pela rádio italiana, afirma que as medidas de caráter policial contra alguns estrangeiros taxados de quintacolonistas “não passam de meras medidas de precaução”, além disso, “pouco tem atingido o elemento italiano, sendo raros os adeptos e compatriotas de Mussolini que tem sido detidos como agentes ostensivos do Eixo”. De fato, através das fontes, o números de italianos perseguidos ou levados a campos de concentração são irrisórios se

---

<sup>60</sup> *Folha Vespertina*, 09 de Abril de 1942, p.4

comparados a alemães e japoneses<sup>61</sup>. Segundo Fábio Bertonha, havia-se a certeza da existência de espiões italianos no Brasil, contudo, há um consenso geral que aponta esse sistema de espionagem como imensamente inferior ao montado pelos alemães<sup>62</sup>.

Na reportagem, “A Maioria dos italianos residentes na America é, por índole, contraria ao fascismo”, o presidente do comitê italiano Livre na Argentina, Roberto Pecorini, afirma que na América viviam cerca de 14 milhões de italianos e a imensa maioria deles e seus descendentes estavam perfeitamente adaptados nos países em que viviam e compactuavam com os ideais políticos e sociais vigentes<sup>63</sup>. Por mais que deva relativizar essas afinidades políticas em suas contradições - no Brasil, por exemplo, vivia-se uma ditadura, contudo no discurso da Imprensa controlada pelo governo através do DIP, classificava-se a situação política como democracia -, mais importante é compreender o que o discurso visava reproduzir. Uma notícia como essa intenciona identificar o italiano não como um fascista, mas, como adepto da lógica política que vivia no país para o qual migrou, ou seja, identificado com valores nacionais dos Estados americanos.

De fato, no Brasil, os imigrantes italianos possuíram uma boa adaptação e convívio pacífico com os brasileiros desde sua introdução no país. Tal relação nos reporta a segunda metade do século XIX quando se vivia, na Europa, um processo de aumento crescente da taxa de natalidade e baixa mortalidade, que aumentou a taxa demográfica do país e, também, a chamada Segunda Revolução Industrial que gerou um mecanismo pra troca progressiva da mão-de-obra humana pelo maquinário. Estes fatores contribuirão para ocasionar um processo de transição demográfica de países europeus para a América<sup>64</sup>.

Em terras brasileiras vivia-se um processo de incentivo a migração europeia que se baseava essencialmente em teorias raciais e culturais. Os europeus eram vistos como povos civilizados, desenvolvidos e com uma economia moderna. Apesar disso, havia diferenciação entre cada um. Existiam aqueles ideais, de miscigenação (outros termos eram utilizados como “caldeamento”, “assimilação” e “mistura”), que levava em conta o processo do branqueamento da sociedade além de culturas que pudessem ser mais facilmente assimiladas no Brasil, tal como, o seu conhecimento técnico mais aprimorado contribuiria para o fortalecimento do setor produtivo nacional. O italiano visto como um imigrante de fácil

<sup>61</sup> *Folha Vespertina*, 10 de Abril de 1942, p.2

<sup>62</sup> BERTONHA, Joao Fabio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943 *Rev. Bras. Polít. Int.* 40 (2): 1997, p.120.

<sup>63</sup> *Folha do Norte*, 30 de Abril de 1942, p.2

<sup>64</sup> EMMI, Marília Ferreira. Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos italianos. IN: ARAGÓN, Luis E. (Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p.263

assimilação iria auxiliar o processo da formação de um tipo brasileiro, um elemento de unidade nacional. Trata-se, portanto, de uma formação racial, pois, na teoria daquele momento, a nacionalidade brasileira já possuía sua cultura, sua língua e sua religião<sup>65</sup>.

Apesar de possuir uma contextualização, um lugar no tempo e no espaço que nos indicam um caminho de análise, ainda assim, é necessário esclarecer que as motivações que levam a movimentação dos migrantes são particulares. Ao analisar as especificidades da migração italiana para a Amazônia, Amanda Paracampo, demonstra que a migração italiana para o Pará difere do processo consolidado no Sul do país. A tendência em Belém foi de grupos italianos que se interessavam em migrar para centros urbanos periféricos. Além disso, enfatiza que a motivação desses esteve relacionada mais a aspectos culturais – como a religião preponderante do catolicismo e certa similitude quanto ao idioma – do que propriamente econômicos e sociais. Ela argumenta que mesmo após o período de apogeu econômico vivido com a economia da Borracha, em fins de século XIX e início do XX, a migração ainda perdurou<sup>66</sup>.

Em censo demográfico do Pará é possível atestar que a população italiana na década de 1920, viva em número de 1114 italianos, no Brasil esse número girava em torno de 558.000. Na década de 1940, moravam cerca de 726 Italianos no Pará e 325.283, no país<sup>67</sup>. Dessa forma, é possível perceber que o número desses migrantes não caiu somente no Pará, mas, no Brasil como um todo houve uma diminuição do número de imigrantes italianos.

Quando migravam de sua terra natal, muitos já possuíam alguma especialidade e trouxeram seu conhecimento para áreas produtivas. Aportaram em terras paraenses sapateiros, maquinistas ou mecânicos, ferreiros, galvanizadores ou serralheiros, alfaiates ou costureiros, ourives ou marceneiros. Isso os possibilitará abrir leque de relações com pessoas dos mais variados setores da sociedade o que leva conseqüentemente a uma integração ao meio social da cidade. Não à toa, através dos casamentos sejam os noivos ou suas testemunhas, é possível notar uma rede de sociabilidade que extrapola a comunidade italiana e há assim uma adaptação e encaixe dos mesmos ao meio que os recebeu<sup>68</sup>.

---

<sup>65</sup> SEYFERTH, Giralda. “Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. IN: MAIO, Marcos Chor et. al. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: CCB, 1996. p.41-58.

<sup>66</sup> PARACAMPO, Amanda Brito. **Italianos: imigração e casamento civil em Belém**. Monografia. Ufpa. Belém, 2013, p.55.

<sup>67</sup> EMMI, Marília Ferreira. **Italianos na Amazônia (1870 – 1950): pioneirismo econômico e identidade**. Belém: NAEA, 2008.p.106

<sup>68</sup> PARACAMPO, Amanda. Op. Cit. p.39 – 55.

Apesar da interação da comunidade italiana com a sociedade local, é possível perceber que ao mesmo tempo em que vivenciavam um realidade brasileira, construíram formas de “preservar sua cultura através das associações, da imprensa, da sintonia com os da política italiana, das comemorações festivas que congregavam a comunidade, entre outras”<sup>69</sup>.

A primeira associação a ser criada por italianos no estado foi a *Società Italiana di Beneficenza*, fundada com apoio de um grupo de imigrantes por Clodomiro Paquale Pandolfi, em 12 de Abril de 1912. Passado algum tempo, é fundada em 21 de Abril de 1919, a *Unione Italiana D’Istruzione e Mutuo Soccorso* por um grupo de comerciantes italianos. Na década de 1920 vão surgir novas agremiações em Belém. No plano esportivo, o *Itália Sport Club*; No plano político, *Fascio del Pará e Fascio Italiano de Obidos*. Na educação, a *Società Italiana di Beneficenza* irá criar a Escola Dante Alighieri, suas aulas eram ministradas em italiano e somente descendentes poderiam frequentar as aulas. No ano de 1933 houve a fusão entre a *Società Italiana di Beneficenza* e *Unione Italiana D’Istruzione* surgindo a *Società di Assistenza per gli Italiani di Belém*. Em 1938, sob orientação fascista, passou a ser denominada Associação Civil Casa da Itália Pará Brasil<sup>70</sup>.

Ao longo da primeira metade do século XX, principalmente no período anterior a Segunda Guerra Mundial, surgem associações, clubes que possuem caráter fascista. Fato este não impediu sua existência tampouco reclusão daqueles que os integravam. Com a política nacionalista de Vargas, houve a nacionalização das instituições. Assim, “O primeiro ato de nacionalização atingiu o sistema do ensino em língua estrangeira: a nova legislação obrigou as chamadas ‘escolas estrangeiras’ a modificar seus currículos e dispensar os professores ‘desnacionalizados’”<sup>71</sup>. A Escola Dante Alighieri ainda resistiu até o ano de 1942, quando suas atividades tiveram de ser encerradas devido às perseguições processadas em decorrência da postura brasileira diante da Segunda Guerra Mundial.

Com a entrada efetiva na guerra, por mais que houvesse um abrandamento em relação aos italianos, se comparados a alemães e japoneses, ainda assim, houve o fechamento de portas de instituições como, por exemplo, o *Itália Sport Club*. Mas, o *Itália* não foi o único a sofrer intervenção do Estado brasileiro. Em São Paulo, por exemplo, O *Palestra Itália* teve de mudar seu nome após algumas tumultuadas reuniões passando a se chamar Sociedade Esportiva Palmeiras, um nome mais brasileiro. Mais do que o nome, a diretoria foi renovada para que seguisse preceitos identificados na legislação que obrigava a nacionalização dos

---

<sup>69</sup> EMMI, Marília. 2008, Op. Cit. p.229

<sup>70</sup> Ibidem. pp.229 - 239

<sup>71</sup> SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana* [online]. 1997, p. 96.

clubes. Em Belo Horizonte, o *Palestra Itália*, em 1940, transformou-se em Palestra Mineiro. Contudo, devido a fortes pressões, no ano de 1943, trocava de nome para Cruzeiro Esporte Clube<sup>72</sup>.

Havia um outro grupo ainda que passou por grandes dificuldades no Brasil no momento da guerra. Diferentemente dos italianos, os japoneses – desde o início do seu processo migratório para o Pará - vão ser alvos de ofensivas críticas nos jornais por jornalistas e intelectuais formadores de opinião.

### 1.3 – Os japoneses

No dia 01 de Abril de 1942, o editorial da *Folha Vespertina* traz notícia acerca da atuação da polícia paraense contra a espionagem dos países do eixo no estado. Segundo a coluna, a polícia estava atenta à ação do “quinta-colunismo traiçoeiro”. Dessa forma, conseguiu capturar dois suspeitos “súditos do Mikado”, um deles possuidor de insígnias que o identificavam como membro ativo da marinha japonesa, enquanto com o outro, foi encontrado um caderno contendo uma relação entre palavras que em português significavam “tenente, quartel, vaso de guerra, aeródromo, comando, metralhadora, etc”<sup>73</sup>. Não era difícil arranjar formas de usar motivos diversos para construir uma imagem negativa dos nipônicos. No mês anterior, os japoneses já haviam sido acusados de práticas contrárias aos hábitos e cultura brasileira. Ferindo o nacionalismo brasileiro e fugindo a legislação nacional, surge a acusação da *Folha Vespertina* de que os nipônicos haviam se casado seguindo a cultura japonesa.

A manchete ocupava parte significativa na página do periódico, relatava o caso de um comerciante indignado com a falta de respeito com as leis nacionais brasileiras. Ele intencionava levar à público e às autoridades competentes o conhecimento do caso. Segundo conta o comerciante paraense, que assim foi identificado, um juiz e um escrivão japoneses haviam realizado dois casamentos, em Outeiro, pelas leis japonesas e não brasileiras. Segundo a notícia, após confirmar o caso com testemunha, ela pede a atenção das autoridades que, segundo o periódico, “nehuma dificuldade terão em esclarecer essa denuncia, que esta desafiando o civismo de nosso povo”<sup>74</sup>. Esse caso é elucidativo para compreender a política

<sup>72</sup> SALUN, Alfredo Oscar. **Palestra Itália e Corinthians: Quinta Coluna ou tudo Buona Gente?** [Tese]: Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007. Pp.107 – 124.

<sup>73</sup> *Folha Vespertina*, 01 de Abril de 1942, p.1.

<sup>74</sup> *Folha Vespertina*, 14 de Março de 1942, p.4

nacionalista de Vargas que, desde o ano de 1938, proibiu “o uso da língua estrangeira em público ou em qualquer outro espaço comunitário. Sob a máscara do nacionalismo e da xenofobia, deu-se crédito às delações” assim, “todos aqueles que desrespeitassem as leis de nacionalização corriam o risco de serem presos”. Marcia Takeuchi revela que, em São Paulo, japoneses foram presos, até mesmo, por falar sua língua em público, ou ainda, por falar japonês na escola. Tal ação feria a constituição nacionalista que proibia o uso de outras línguas no Brasil<sup>75</sup>.

Nas palavras de Roney Cytrynowicz “Nenhum outro grupo de imigrantes como os japoneses e seus descendentes foi tão intensamente atingido com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados”<sup>76</sup>. Apesar de afirmar que as comunidades italianas e alemãs também tiveram seus problemas com as definições diplomáticas do governo – restrições como falar língua que não o português em público, ou ainda, confiscos e desapropriações –, ainda assim, os japoneses sofreram mais com a guerra do que outros grupos imigrantes. Pelo menos em São Paulo, essa foi uma realidade. Para defender o seu ponto de vista, ele relata acerca da ideia de “invasão japonesa” que foi disseminada pela cidade ao longo da guerra, ou ainda, o discurso racista de Francisco Campos, encarregado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores quando afirmou que “nem os alemães, nem os italianos constituem um perigo comparável com o da colonização japonesa, cuja capacidade de adaptação é infinitamente mais precária, para não dizer nula”<sup>77</sup>. Apesar disso, essa não foi a primeira vez que discurso como esse foi declarado acerca dos nipônicos. No Pará, essa história não foi muito diferente. Mesmo antes da chegada em terras brasileiras, já havia desconfiança sobre quem eram e o que representava a entrada dos japoneses no país.

A Migração Nipônica no Pará teve como início o ano de 1929. Em 17 de Setembro chegou ao Porto de Belém a primeira embarcação promovendo a imigração, o *Manila Maru*. Para as autoridades paraenses, ela viria a sanar os problemas da Amazônia pós-decadência da economia da borracha. A intenção era povoar as regiões desabitadas e implementar uma incipiente produção agrícola, tais questões sem solução desde o século XIX. No entanto, a migração dos filhos da terra do sol nascente não era uma unanimidade. Foi necessário o debate e, mesmo assim, com uma ferrenha oposição, para que houvesse o início do processo migratório para o estado.

<sup>75</sup> TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo em tempos de guerra, 1939 – 1945**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.22.

<sup>76</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. Geração Editorial: Edusp: São Paulo, 2000, p.139

<sup>77</sup> Ibidem. p.150

O então governador do estado, Dionísio Bentes, em Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, se justificava favorável à utilização da mão-de-obra asiática afirmando que durante todo o período de seu mandato intencionou firmar o acordo que já se processava há algum tempo. Tendo como referência os resultados obtidos com o que foi realizado em São Paulo, ele caracteriza os japoneses como uma “corrente de raça inteligente e laboriosa”<sup>78</sup>. Se a fala do agente do Estado é enfática em afirmar esforços para contar com o trabalho de um povo com tais virtudes, em contrapartida, haviam sujeitos em Belém que, mesmo antes da confirmação da chegada dos asiáticos demonstravam total aversão a essa política migratória. Estes ficaram conhecidos como os “amarellophobos”. Augusto Meira, S. Torres Videla e Padre Dubois representavam Intelectuais eivados de conceitos racistas. Consideravam a miscigenação com os nipônicos algo grave e prejudicial à formação da raça brasileira, promoveria sua degeneração<sup>79</sup>.

O pensamento anti-nipônico já circulava desde o início do século XX. Valia-se de argumentos generalizados para legitimar o racismo contra os orientais. Exemplo disso são os argumentos da degeneração racial e que o Japão possuía características imperialistas, devido sua política na Ásia, pelo menos desde 1910<sup>80</sup>. Apesar dos ataques que sofrem por meio dos veículos de comunicação, em Belém, no ano de 1929, quando irá ocorrer a chegada do primeiro navio vindo do Japão, o jornal *Folha do Norte* avalia de maneira positiva a chegada dos imigrantes<sup>81</sup>. No ano de 1934, por meio do discurso e uma política de práticas nacionalistas começa o período do fim de livre imigração. O governo brasileiro estabelece um sistema de cotas por nacionalidade além de outras mudanças na legislação intencionando diminuir ou, até mesmo, excluir os japoneses do país. Eram considerados de difícil assimilação<sup>82</sup>. Após o ataque a Pearl Harbor e, principalmente, após o rompimento das relações entre Brasil e os países do Eixo, sem dúvida as relações entre governo, polícia, imprensa e japoneses se tornará mais tensa. Se antes, o japonês era o perigo pela difícil assimilação da cultura brasileira, a partir de então, torna-se um elemento nocivo, um perigo

---

<sup>78</sup> PARÁ, Congresso Legislativo. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solene de abertura 13ª legislatura, a 7 de Setembro de 1928, pelo governador do Estado de Dyonisio Ausiar Bentes**. Belém: Officina Graphica do Instituto Lauro Sodré, 1928. p.130

<sup>79</sup> ISHIZU, Tatsuo. **Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre – 1926 – 1962**. Dissertação. Ufpa. Belém, 2007, p.23.

<sup>80</sup> TAKEUCHI, Marcia Yumi. Op. Cit.,p.14

<sup>81</sup> Para comemorar a chegada dos japoneses ao Pará, foi oferecida um banquete pelo comandante do navio aos convidados da sociedade local e aos diretores da companhia de navegação e àqueles que intermediavam as negociações para a efetiva vinda desses imigrantes. Cf. SILVA NETO, Francisco Rodrigues da. **Os japoneses no Pará: um estudo sobre a formação de identidades**. Dissertação. UFPA. Belém, 2007, p.49

<sup>82</sup> KOIFMAN, Fabio. Op. Cit. p. 160



iminente, representava um espião, um traidor da pátria que lhe acolheu (mesmo que com tanta recusa).

Ainda que o fim dos laços diplomáticos com as potências do eixo somente viesse a se consolidar no dia 28 de Janeiro de 1942, dias antes – desde 16 de Janeiro - já era possível perceber a insegurança e o receio das autoridades nipônicas acerca das decisões futuras do governo brasileiro. Por meio de um aviso no jornal *O Estado do Pará*, o consulado japonês, representado na figura do consul interino, Nobumasa Sato, aconselha aos japoneses residentes em terras paraenses que em face da “situação internacional do Império Japonês” – fazendo clara referência à aliança com Itália e Alemanha e a guerra com Estados Unidos -, eles deviam “continuar dedicados aos trabalhos com a mesma serenidade e espírito de ordem que sempre demonstram, mantendo a mais absoluta confiança nas leis e autoridades brasileiras”. Isso implica dizer que era necessário manter o “respeito e acatamento ao Brasil, aos brasileiros e suas dignas autoridades” para enfim acabar com os “impertinentes boatos de deslealdade que lhe são atribuídos”. Desde sempre houve desconfiança sobre os japoneses e seu processo migratório, mas, o que parece, a partir das fontes é que com o ataque a Pearl Harbor os adjetivos que foram atribuídos tornaram-se cada vez mais ofensivos. Na mesma carta, o consul pede precaução. Deveriam, portanto, “abster-se de discussões sobre política ou assuntos de guerra com os cidadãos das potências políticas em confronto armado com o Japão”. Como quem tem interesse em zelar pela saúde e bem estar de seu povo, a nota evidencia uma preocupação acerca das ações tomadas pelo governo brasileiro e parecia prever uma mudança de perspectiva nos rumos da guerra<sup>83</sup>.

Pouco mais de um mês após a quebra dos laços de amizade entre o Brasil e os países do eixo, o jornal *A Vanguarda* já reproduzia em Belém, coluna carioca afirmando que “a rede de espionagem do eixo estende-se por todo o Brasil e é preciso esfacela-la o quanto antes”. Nas linhas propaladas pelo periódico vão sendo apresentadas as prisões de súditos-do-eixo efetuadas no país. Os sujeitos envolvidos com a espionagem vão de generais até bispos, ou seja, desde alto posto militar até mesmo a religiosos. Ao longo do artigo vai revelando as estratégias utilizadas pelos inimigos, como o caso de um oficial do Exército japonês travestido de trapeiro. Segundo revela o periódico, o sujeito seria um agente do Japão que viveria rondando o quartel recolhendo rascunhos e ouvindo conversas, a fim de enviar informações para seus superiores. Por algum tempo ele conseguiu dar seguimento ao plano, entretanto, foi descoberto. É difícil identificar a veracidade da história, mas, mais importante

---

<sup>83</sup> *O Estado do Pará*, 16 de Janeiro de 1942, p.3

do que compreender o que é o real e o que é imaginário, é a significação que foi atribuída a essas ações publicadas. Afinal, a reportagem não para por aí, ela continua e revela a existência de uma complexa rede articulada da espionagem japonesa no Brasil. Por esse motivo, os japoneses acabam recebendo a alcunha de “fanáticos”, “perversos”, “inescrupulosos”, sendo que, “em cada um desses amarelos deve ter um perigo a afastar e um inimigo a vigiar e combater”<sup>84</sup>. Perceba que, apesar da reportagem ter sido enviada do Rio de Janeiro, as acusações são feitas de maneira genérica, não especificando o lugar do ocorrido. Essa é uma clara estratégia para criar um tom generalizante e fazer parecer que casos como esses podem estar ocorrendo em todo o território nacional, contribuindo para a política do medo e a criação do inimigo espião, o Quinta-Coluna.

Não à toa os japoneses serão novamente alvo de ataques da imprensa. Dessa vez, o editor se responsabiliza pela notícia já que ela não foi assinada formalmente. Após o caso do suspeito travestido de “trapeiro”, em Belém é denunciado que “deve Haver oficiais do Eixo disfarçados até de mendigos!”. Segundo conta o relator, não é possível que no Pará não exista oficiais do exército e da marinha japonesa disfarçados em colonos. Semelhante ao que foi noticiado em dias anteriores. O estado estaria envolto por um “anel de nipônicos” que viveram em colônias agrícolas. Nelas, “nada fizeram, nada plantaram, nada realizaram (...). As construções que eles fizeram foram palhoças e nada mais”, provavelmente leva em consideração que desde o ano de 1935, a colônia entra em processo de decadência abrindo falência e diminuindo sua produção para custear gastos. Esses colonos são acusados de serem quintacolonistas e estarem a serviço dos países em conflito com o Brasil. As acusações incidem na desconfiança que, é tratada como certeza que “esses ‘núcleos’ eram centros de espionagem e de localização de soldados nipônicos”<sup>85</sup>. Não por menos, devido às desconfianças surgidas em relação (mas não somente) aos japoneses, essas colônias agrícolas são transformadas em campos de concentração. Estes acabam servindo para acolher os suspeitos de espionagem ou apoio aos ideais totalitários eixistas.

Há tempos os japoneses eram vistos como uma raça degeneradora, sujeitos possuidores de uma cultura de difícil assimilação que mais atrapalharia do que contribuiriam com os paraenses para rumar em direção à civilização e ao progresso. Por mais que tivessem durante algum tempo o apoio de autoridades políticas, com o desenrolar da guerra os filhos da terra do sol nascente vão sendo hostilizados seja pela população – delatora

---

<sup>84</sup> *A Vanguarda*, dia 21 de Março de 1942, p. 1

<sup>85</sup> *A Vanguarda*, dia 25 de Março de 1942, p.1.

de ações suspeitas ou que feriam a constituição nacionalista -, pelas ações coercitivas do Estado – formação de campos de concentração em áreas que anteriormente seriam colônias agrícolas -, ou pela própria imprensa que usa termos pejorativos para enquadrá-los como inimigos do Brasil<sup>86</sup>. Devido a intensa migração existente e sua colonização afastada do grande centro, havia o medo daquele ainda desconhecido. As políticas de fundo homogeneizador não contribuíram para a desconstrução de estereótipos ligados aos japoneses, pelo contrário, reforçaram. São esses motivos que promovem uma desconfiança e a crença por parte de alguns que se a “polícia agir com inteligência e energia aparecerão oficiais que andam escondidos nas roupas de horteleiros, agricultores, comerciantes, engraxates, mendigos, etc”<sup>87</sup>.

Como é possível perceber através das fontes, havia uma política do medo criada pelo Estado ainda na década de 1930 e que se acentuou quando da instauração do Estado Novo e depois com as vicissitudes da Guerra. A linha política estava estabelecida e a imagem do inimigo era criada e adaptada conforme o as circunstâncias se construía. Se na década de 1930, o inimigo eram os comunistas, com a instauração da ditadura varguista, somaram-se a eles os integralistas e, com a guerra, formou-se a imagem do quintacolonistas. Em essência, os representantes da Quinta-Coluna seriam espiões de origem alemã, italiana e japonesa. Contudo, para criar o controle social, todo aquele que fosse adepto ou partidário dos ideais dos países do eixo, seriam taxados de traidores da pátria. Por sua aproximação com os ideais fascistas, mas, preponderantemente por suas divergências políticas, o governo varguista apoiado da imprensa cria a imagem do (ex-)integralista (afinal, no momento de ruptura de laços diplomáticos com os países do eixo, os partidos políticos atuavam apenas de maneira clandestina) que passou a ser associada a do inimigo do Brasil.

#### 1.4 – Os Integralistas

Em notícia de 02 de Outubro do ano de 1942, o jornal *Folha do Norte* traz em manchete um alerta ao povo brasileiro e paraense. Aqueles que anteriormente consideravam-se integralistas passaram a atuar como espiões dos países do Eixo. Retirando o trecho de uma entrevista dada ao “Diário de Notícias” por Aben-Athar Neto, caracterizado no periódico

---

<sup>86</sup> Francisco da Silva Neto utiliza da obra do intelectual Edward Said e sua tese sobre o orientalismo para analisar que a imagem construída no Brasil sobre o oriental, provavelmente foi construída a partir de uma forte influência europeia. Isso implica dizer, devido representar o diferente a cultura japonesa acaba sendo caracterizada como exótica. Cf. SILVA NETO, Francisco. Op. Cit. p.44

<sup>87</sup> *A Vanguarda*, dia 25 de Março de 1942, p..1

como um “ex líder universitário integralista”, ele informava que “não podia pertencer a um partido nazista, fascista, racista, anti-cristão e anti-democrático”<sup>88</sup>, portanto, não poderia mais fazer parte do partido.

O Integralismo surge enquanto instituição através da Ação Integralista Brasileira (AIB) no ano de 1932, contudo, o conjunto de ideias que gerou o movimento integralista já existia desde o ano de 1926, quando é lançado o seu primeiro manifesto. Segundo Natalia dos Reis Cruz, pode-se definir basicamente três períodos que são marcadas por escritos dos líderes integralistas. Conta a historiadora que a primeira etapa vai do ano de 1926 a 1932, fase de gestação através dos ideais de Plínio Salgado; A segunda vai até 1937, momento de organização em partido e vivência na legalidade, época que atinge grande influencia e máximos poderes; e uma terceira fase correspondente ao ano de 1938 a 1945, quando Plínio Salgado deixa o Brasil em Junho de 1939<sup>89</sup>.

O exílio de Salgado pode ser explicado pelo próprio contexto da instauração do Estado Novo. A essa época vigorou o chamado *Estado Intervencionista*, que atribuía como suas as responsabilidades dos variados campos da administração pública. Através de sua política ditatorial, estava a seu encargo também as próprias ações do povo, ou seja, aquilo que caberia a ele fazer ou não, cerceando o livre arbítrio. Segundo Maria Celina D’araújo, o presidente passou a atuar como ditador e, em nome de um projeto que julgava ser o melhor para o país, fechou o congresso, reprimiu as liberdades públicas, isolou os descontentes, perseguiu inimigos, cooptou possíveis opositores, impôs-se como chefe de Estado e projetou-se como líder popular, como populista e como estadista.<sup>90</sup>

Inicialmente, no ano de 1937 quando da instauração do Estado Novo, os integralistas declararam apoio ao presidente Getúlio Vargas, entretanto, no ano seguinte, por duas vezes fizeram atentados ao palácio da Guanabara que levou centenas de militantes presos. Por mais contraditório que seja, no ano de 1941, Gustavo Barroso, um dos líderes integralistas, negociou novamente um cargo nos ministérios do governo<sup>91</sup>. Apesar disso, desde o ano de 1939, Plínio Salgado já estava exilado em Portugal.

<sup>88</sup> *Folha do Norte* 02 de Outubro de 1942, p.2

<sup>89</sup> CRUZ, Natalia dos Reis. *Ação Integralista Brasileira (AIB)*. Nacionalismo, Antissemitismo e Fascismo. IN: \_\_\_\_\_. (Org). **Ideias e práticas fascistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.45.

<sup>90</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. Moderna: São Paulo, 2004. p. 28.

<sup>91</sup> CYTRYNOWICZ, Roney & MAIO, Marcos Chor. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938)*. IN: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 48

Eliana Dutra escreve que ao longo da década de 1930, no Brasil, através do regime varguista viveu-se um período de fascisticização da sociedade - não somente representado pelas similaridades ao discurso integralista – que revelam pressupostos da formação de uma sociedade com pressupostos totalitários. Essa época fora construída a partir de maniqueísmos antitéticos – formados a partir, principalmente, do que seriam os valores comunistas - a fim de construir uma identidade e um corpo uno. Dessa maneira, deveriam ser rechaçados elementos que representariam uma oposição aos ideais varguistas que se sustentariam essencialmente em quatro pilares: anti-comunismo, trabalho, pátria e moral<sup>92</sup>.

Nesse contexto, os integralistas estariam inclusos no projeto do governo. Contudo, após a instauração do regime ditatorial varguista e, principalmente, após a Intentona Integralista, o céu claro de nuvens brancas torna-se cinzento, pesado e nebuloso para os seguidores de Plínio Salgado que passam a ser tratados como subversivos da ordem e conspiradores.

Os discursos pós 1937 coloca-nos no mesmo patamar de comunistas. Após ataque de 1938, a Intentona Comunista e Integralista representam a mesma coisa. Para Giselda Silva, no discurso varguista, a Intentona Integralista representou a total subversão dos preceitos dos quais partiam, ou seja, fizeram totalmente o contrário do que pregava nos dizeres “Deus, Pátria e Família”, a ação contra eles estava justificada e legitimada<sup>93</sup>.

No período de estouro mundial da guerra e, principalmente quando o Brasil rompe os laços diplomáticos com os países do chamado Eixo, o movimento começa a ganhar caráter traidor. Aqueles que antes defenderiam a pátria sofriam, a partir de então, uma severa desconfiança por parte de homens públicos, militares e boa parte da imprensa nacional. Naquele momento eram acusados de trabalhar em investigações para o repasse de informações do Brasil aos países inimigos. Segundo Cytrynowicz e Maio, os mesmos “se destacavam (...) por ter serviços de espionagem e articulações com os países do eixo nazifascista que suscitavam receios dentro do governo”.<sup>94</sup> Tal citação permite criar certa plausibilidade, com restrições, ao discurso do ex-pracinha, Antonio Miranda, quando afirma que “no Brasil, o integralismo já vivia na clandestinidade, já estava a serviço do quintacolonismo nazista”<sup>95</sup>. A afirmação baseia-se no fato de os partidos políticos terem sido

<sup>92</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.24

<sup>93</sup> SILVA, Giselda Brito. Uma proposta de análise interdisciplinar para os estudos do integralismo. *Revista de História Regional* 7(2). 2002. Pp. 80- 83.

<sup>94</sup> Idem

<sup>95</sup> MIRANDA, Antonio Batista. Op. Cit.: p. 11.

proibidos durante a ditadura varguista e, portanto, caberia somente aos integralistas com seus ideais fascistas atrelar-se ao inimigo de maneira clandestina através da espionagem.

Não é a toa que em Maio do ano de 1942 é lançado no periódico *A Vanguarda* nota oficial da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, indústria e comércio naquilo que foi considerado pelo próprio jornal como “a primeira medida eficiente contra os quintacolonistas, antigos integralistas, que infestam o nosso meio”. Através da Nota, Ernesto E. P. Pinto “recomenda aos Sindicatos locais, a rigorosa exclusão, de seu seio, de todos aqueles que – ao tempo da existência do partido político denominado Integralismo, felizmente em boa hora, dissolvido pela ação clarividente e enérgica do Governo da Nação”. E ainda os aponta como personagens que “fizeram parte do movimento tão provavelmente filiado aos interesses nazistas”<sup>96</sup>.

Essa associação aos nazistas foi feita à época pelas similaridades com concepções fascistas, a exemplo de: O controle exclusivo do exercício de representação política mediante um partido único de massa, caracterizado por uma forte estrutura hierárquica; O culto a uma liderança política; Nacionalismo exacerbado; Anti-liberalismo e Anti-comunismo; Domínio Absoluto do Estado sobre informações, especialmente dos meios de comunicação de massa.

É possível perceber aproximações entre as duas formas de pensamento e, portanto, compreender a vinculação natural que se propôs naquele momento. Exemplo disso foi o advogado Abel Martins, em Belém, escreveu uma coluna na *Folha do Norte* onde promoveu uma associação entre o Nazismo e o Integralismo. Para ele, os dois representam forças que tiram do sujeito o seu papel de ator pensante na sociedade, sua autonomia e independência. Enquanto o nazismo corrompeu a cultura do povo alemão, o integralismo havia inserido a cizânia na família brasileira. Em suas palavras, “um e outro escravizam, degradam, inferiorizam; pelo terror e pela violência o nazismo; pelo suborno e pela corrupção, o integralismo”. Os seguidores do totalitarismo não suportam as limitações existentes no Estado democrático, são defensores de uma onipotência estatal<sup>97</sup>. Autores como Héglio Trindade, Marilena Chauí ou Ricardo Araújo analisaram o movimento Integralista como uma mímeses dos Ideais fascistas, quando não, totalitários<sup>98</sup>.

<sup>96</sup> *A Vanguarda*, 08 de Maio de 1942.

<sup>97</sup> *Folha do Norte*, 27 de Setembro de 1942, p.8.

<sup>98</sup> Cf. ARAÚJO, Ricardo B. **Totalitarismo e Revolução**. O Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987; CHAUI, Marilena. *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira*. IN: CHAUI, Marilena & CARVALHO FRANCO, Maria Sylvania de. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec 1978; TRINDADE, Héglio. **Integralismo**. O fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

Já a historiadora Natalia Cruz, apesar de admitir similitudes com regimes de caráter autoritário europeus, ela mostra que o integralismo possui valores espiritualistas e cristãos que os aproxima mais a um regime de “conservadorismo clerical”, especificando casos como Franquismo – Espanha – e Salazarismo – Portugal. Acrescentando, a historiadora diz que a própria estrutura agrária brasileira impossibilitaria o movimento fascista já que ele somente ocorreria em Estados industrializados<sup>99</sup>.

Nazismo e Integralismo coexistiram no Brasil. Eles não possuíam a mesma ideologia, tampouco, os nazistas apoiavam os integralistas. René Gertz aponta que, apesar de considerarem uma ideologia irmã, os nazistas possuíam interesse em estabelecer relações econômicas com o Brasil, porém, quem estava no poder era Getúlio Vargas, não Plínio Salgado. Além disso, tinha receio dos Integralistas chegarem ao presidência no Brasil devido sua teoria ter fundo católico e lusitano, o que não seria interessante para os germanistas<sup>100</sup>.

Fato é que, com a guerra, muito se vincula entre Integralismo e a Quinta-coluna. Aqueles que anteriormente seguiam a Sigma entram na ilegalidade por determinações de Vargas e, desse modo, com a guerra, enquanto fato consumado, passaram a defender os interesses do Eixo.

Em coluna escrita para a *Folha Vespertina*, G.G. Maciel define que “o inimigo n.1, agora, da Democracia, segundo o consenso universal do país, são os integralistas”. Essas figuras, “às ordens de Roma ou Berlim, bebidos da ideologia autoritária, submissos a seus amos, genuflexos ante seus bonzos, os sigmados plinianos, sabidórios que só eles” influenciaram inúmeros “burgueses menos lúcidos” a seguir a sua ideologia criando preponderância perante os movimentos intelectuais da época. Segundo ele, utilizando o seu poder de convencimento conseguiu cooptar diversas mentes “fracas” para o movimento<sup>101</sup>.

Os integralistas na imprensa são execrados e, apesar de brasileiros, são tratados como agente do nazismo, ou à serviço dos regimes fascistas. Se durante a guerra sua imagem foi completa deteriorada, na década anterior sua história foi um pouco diferente. Cytrynowicz & Maio revelam que desde o 1º Congresso da Ação Integralista Brasileira no ano de 1934, em Vitória, o movimento se propagou por vários outros estados do Brasil como Minas Gerais,

---

<sup>99</sup> CRUZ, Natalia. Op. Cit.: pp. 50-52.

<sup>100</sup> GERTZ, René E. Integralismo, nazifascismo e “neonazismo” no Sul do Brasil. Online. <http://renegertz.com/publicacoes/textos/17-textos/95-integralismo-nazifascismo-neonazismo-sul-brasil>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2015

<sup>101</sup> MACIEL, G. G. Integralismo e Quintacolonismo: uma só e mesma coisa. *Folha Vespertina* 20 de Agosto de 1942.p.1

Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco<sup>102</sup>. A AIB foi o primeiro partido político brasileiro de massa com implantação nacional e sua popularidade foi tamanha que chegou a contar com cerca de 500 mil adeptos<sup>103</sup>.

Segundo acusações do editorial de *A Vanguarda* uma de suas formas de atuação seria por meio da propagação do pessimismo. O plano era travestir-se de cidadão patriota e apelar para que o Brasil “ficasse silencioso”, e ainda, disseminando de rendição pois não adiantava lutar, o que restava ao povo brasileiro seria “usar a camisa verde [em referencia aos integralistas] e entregar o país aos alemães!”<sup>104</sup>. Tal atitude teria o intuito, evidente de fazer com que a população não resistisse aos ataques nazistas, que não houvesse resposta aos torpedeamentos alemães e os brasileiros simplesmente se curvassem perante a soberania do III Reich.

A associação ao integralismo gerava certo mal-estar. Ser considerado um integralista era símbolo de traição a pátria e anti-patriotismo. Acusações são feitas nos veículos de comunicação da capital. Manuel Clovis Cassiano foi citado em reportagem de *O Estado do Pará*, do dia 6 de Outubro de 1942, classificando-o como um integralista. Através de uma “declaração necessária” reproduzida na *Folha do Norte* Manuel não desmente o fato de ter sido um adepto da doutrina integralista, contudo, esclarece que “sempre foi de inteiro acatamento aos poderes constituídos” e jamais deu motivos para ser considerado um rebelde.

Em sua defesa apresenta os documentos como “caderneta de praça e reservista da nossa gloriosa Armada Nacional” por onde serviu ao longo de seis anos e oito meses lutando ao lado do governo constituído, que atestariam assim sua empatia com o regime democrático brasileiro. Para que não restasse dúvida alguma quanto a sua total dissociação ao integralismo, Manuel Cassiano, afirma que deixou de “fazer parte dessa facção desde que o impoluto dr. Getúlio Vargas, eminente presidente da República, achou que esse partido era hostil aos interesses da nação”<sup>105</sup>. Com a resposta, por mais que possa ser verdade o seu nacionalismo, ainda assim, utiliza do jornal para fugir de complicações maiores, como ser suspeito de traição aos interesses do país.

. Com o início da Guerra e o aliançamento entre Brasil e Aliados, permanecem como inimigos e por pregarem ideais que se assemelhavam aos fascistas são tratados como espões a serviço do inimigo, isto é, são chamados de Quintacolonistas. A Partir do momento em que

---

<sup>102</sup> CYTRYNOWICZ & MAIO, Op. Cit. p. 42

<sup>103</sup> TRINDADE, op.cit.,p.9 *Apud* CRUZ, Natália. Op. Cit. p.9

<sup>104</sup> *A Vanguarda*, 20 de Agosto de 1942, p .2

<sup>105</sup> *Folha do Norte*, 29 de Outubro de 1942.



passam a ganhar a alcunha referida, sofrem com as taxações do que representava ser integralista. Mais importante que isso, a representação da Quinta-Coluna fez com que o momento de Guerra no Brasil reservasse um lugar especial aos integralistas, inimigos da Pátria.

## Capítulo 2

### “Esses elementos nefastos da espionagem do eixo estão aqui”

O Quintacolonismo representou para nacionalistas um mal que deveria ser visto com atenção e cuidado por todos os populares. A Guerra na qual o Brasil entrou possuía inimigos poderosos e traiçoeiros que inevitavelmente abraçariam a causa da vitória e para isso fariam de um tudo. Esses quintacolonistas representaram a espionagem dos países inimigos em território Aliado se enquadrando nada mais nada menos, como uma estratégia previsível no contexto do maior quadro beligerante do mundo, a Segunda Guerra Mundial. Os estratagemas dos Estados nacionais seriam cada vez mais pretensiosos o que os fariam buscar o máximo de informações sobre seus inimigos.

O Brasil passa a fazer parte da Segunda Grande Guerra, de fato, no ano de 1942 quando há o fim dos laços diplomáticos com os países Eixo. Como consequência, diversos navios brasileiros serão torpedeados por submarinos alemães. Tal fato mostrava ao mesmo tempo a capacidade bélica dos teutos e o interesse em pressionar o Brasil. Com o fim da diplomacia e ação autoritária dos agora inimigos, irá se construir cada vez mais a imagem do adversário, aqueles que supostamente atuavam como espiões, os membros da Quinta-Coluna<sup>106</sup>.

Os jornais já noticiavam a atuação dos espiões eixistas em outros países aliados, como exemplo, nos Estados Unidos. Na convenção dos Chanceleres ocorria no Rio de Janeiro, Summer Welles, o diplomata norte-americano, põe os Estados Unidos como uma vítima da Quinta-Coluna. Acusava ele que espiões japoneses infiltrados na América a fim de repassar informações que serviram para promover o ataque a Pearl Harbor, base marítima localizada no Hawai. Tal base fora atacada por aviões japoneses e fez o país entrar efetivamente na guerra contra as nações do Eixo<sup>107</sup>.

<sup>106</sup> Por mais que houvesse certa desconfiança em relação ao “outro” antes da guerra, os torpedeamentos de navios brasileiros foi fator primordial para provocar uma desconfiança coletiva em torno dos descendentes dos países do eixo. Cf. CRUZ, Luiz Antonio Pinto. “A Guerra já chegou entre nós!”: o cotidiano da guerra submarina (1942 – 1945), Dissertação. UFBA, Salvador, 2012.

<sup>107</sup>Cf. HERNANDEZ, Jesús. **Breve história da Segunda Guerra Mundial: Normandia, Pearl Harbor, el Alamein, Stalingrado...** São Paulo: Madras, 2010. p. 91 - 103; Ver também: TOTA, Pedro. Segunda Guerra Mundial. IN: MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**, 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. p.372; HOBBSAWM, Eric. **A Era Extremos: o breve século xx: 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp.47-8; Cf. GILLON, Steven M. Pearl Harbor. New York : Basic Books, 2011; KOTANI, Ken. *Japanese Intelligence in World War II*. Oxford: Osprey Publishing, 2009;

A notícia tem como função ao fundo apresentar a população do estado um pouco acerca dos espões dos países beligerantes ao Brasil. O fato de estar atuando para prejudicar os Estados Unidos, para quebrar sua defesa, para atingi-los e mostrar suas fragilidades seria uma das estratégias dos inimigos eixistas. Tal como os norte-americanos, os brasileiros, a partir do fim dos laços com os Estados totalitários estavam sujeitos a sofrer com esse tipo de infiltração no país.

Como forma de dar o exemplo, os EUA, que já haviam promovido uma política hostil em relação aos descendentes japoneses em território norte-americano, resolve por dar novas linhas à imposição. Após o fatídico ataque a Pearl Harbor, “O dia da Infâmia” como ficou conhecido, o país resolve tomar ações contra os suspeitos de serem Quintacolonistas<sup>108</sup>. A partir de 19 de Fevereiro de 1942, é decretada através da ordem Executiva 9066, em que os Nipo-norte-americanos foram levados à “Campos de Confinamento”<sup>109</sup>, similares aos futuros Campos de Concentração criados no Pará, na área de Tomé-Açu.

Minha proposta neste capítulo pauta-se na percepção de que, o estereótipo reforçado pelo Estado e pelos meios de comunicação, é criada uma representação acerca de sujeitos que serão acusados de atuarem como quintacolonistas. Através dos jornais da época, buscarei compreender de que modo as páginas dos periódicos foram utilizadas para propalar acusações contra estrangeiros de países do eixo contribuindo para a explicação do modo como atuavam defensores da causa do eixo em terras paraenses. Devido as supostas constatações da real existência de uma Quinta-Coluna atuante no Pará, o Estado tomará decisões para punir os suspeitos – caso da criação dos campos de concentração no interior do Pará -, assim como, parte da população paraense irá se manifestar através de passeatas para protestar contra os nazistas e seus asseclas.

Dessa forma, a imagem construída suscita questionamentos sobre as ações do Quinta-coluna. Como estaria atuando, quem seria esse sujeito que parecia ser onipresente na sociedade? Afinal, que ações poderiam estar tomando?

Um crime corriqueiro como furto poderia ser pensado como ação da Quinta-Coluna. Em Agosto de 1942, sai na *Folha do Norte* “será obra da 5ª Coluna ou simplesmente furto?”. Segundo o noticiário, a polícia teria descoberto um desvio de combustível (gasolina) em Val

<sup>108</sup> Nesse momento, além de japoneses, também é descoberta a atuação de alemães nazistas no território norte-americano. Ver: DEPARTMENT OF THE NAVY. "German Espionage and Sabotage Against the United States" *O.N.I. Review* [Office of Naval Intelligence] 1, no.3 (Jan. 1946): 33-38.

<sup>109</sup> HERNANDEZ, Jesús. Op. Cit. p.103; Uma bibliografia norte-americana também pode ser visitada, a exemplo de KASHIMA, Tetsuden. *Judgment without trial: japanese american imprisonment during World War II*. Seattle. University of Washington Press. 2002; MIYAKE, Lika C. *Forsaken and Forgotten: The U.S. Internment of Japanese Peruvians During World War II*, 9 *Asian Am. L.J.* 2002.

de Cans, dos tanques existentes no aeroporto da Panair do Brasil. Tal combustível seria especial para os motores de aviões. Como forma de buscar informações sobre o paradeiro das figuras que estariam por trás do sumiço, foram presos e levados a Central de polícia “três profissionais do guidon”. Em seguida surgia o questionamento: “Para onde teriam levado o preciosíssimo inflamável?”<sup>110</sup>.

Bom, infelizmente essa pergunta permanecerá com um vazio como resposta. Através da perscrutação das fontes não foi possível identificar o destino a que era levado o combustível. Tampouco se os acusados eram de fato culpados. Contudo, importante é imaginar o sentido da associação entre o ocorrido e a Quinta-Coluna proposta pela coluna no jornal.

Mesmo sem comprovação ou qualquer indício de associação do crime com a prática de quintacolonismo, o jornal lança sua manchete. É exatamente nesse sentido que intenciono pensar essa pesquisa. Meu objetivo com ela é apresentar um contexto de grandes ações beligerantes que efetivamente mexeu e transformou de alguma forma a sociedade brasileira e paraense. A construção do imaginário, dessa representação de uma Quinta-Coluna levava a governantes, jornalistas, intelectuais, poetas e a sociedade a tomar medidas para proteger-se daqueles que estariam a serviço dos países do Eixo.

Não muito tempo após o relatado, um caso chamou a atenção.

Eduardo Krakestein, alemão, branco de 45 anos, solteiro fotógrafo e residente do Palácio das Musas; Bruno Widekind Bendell, alemão, branco, solteiro de 50 anos, comerciante, residente do Edifício Vesúvio na então avenida 15 de Agosto (atual Avenida Presidente Vargas); Alberto Osvaldo Massler, alemão, branco, casado, 48 anos, arquiteto residente à Avenida Tito Franco, 117; Matuite Guemba, japonês naturalizado brasileiro, comerciário, casado, de 45 anos, residente a avenida Alcindo Cacela, 614. Seus nomes foram divulgados num importante veículo de comunicação da Capital, o jornal *Folha do Norte*. Segundo o mesmo, foram todos estes homens levados a Delegacia Especial, e uma importante informação, estavam todos “sob rigorosa incomunicabilidade”.<sup>111</sup>

Alguns pontos necessitam ficar melhor esclarecidos nesse momento. Primeiramente, todos os réus são alemães ou japoneses, tal fato é interessante à medida que esses sujeitos serão taxados como espiões durante a guerra. Em Segundo lugar, as práticas as quais são

---

<sup>110</sup> *Folha do Norte*, 09 de Agosto 1942, p.1.

<sup>111</sup> *Folha do Norte*, 09 de Outubro de 1942, p.1.

moldadas pela representação da Quinta-Coluna não foram perpetradas pelos réus, mas sim pelos agentes públicos que, receoso da atuação daqueles, os levou à prisão.

Um terceiro aspecto de fundamental importância é o trecho em que define a total incomunicabilidade dos acusados, representado assim, um perigo e(i)minente pois poderiam repassar informações do cotidiano de Belém, ou de qualquer aspecto da planta da cidade, que serviria como ponto estratégico para a atuação dos seus compatriotas.<sup>112</sup> Para ilustrar tal preocupação, o próprio Estado já se fazia compreender pouco tempo antes através da legislação. O Decreto-Lei nº 4701 dispunha sobre “o comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios e dá outras providências”. A partir de então, evidencia uma clara preocupação do Estado brasileiro em controlar os meios de comunicação e, como corolário, manter as informações que eram reproduzidas na sociedade em seu cabresto.<sup>113</sup>

Como forma de “acautelar os interesses de Segurança Nacional, sem que o comércio legítimo venha a sofrer restrições em suas transações normais” o Estado vedava, através do Art. 2º da referida lei, aos comerciantes a transação de rádios transmissores ou receptores, seus pertences ou acessórios com súditos alemães, italianos ou japoneses, pessoas físicas ou jurídicas, nem mesmo sob a forma de doação ou permuta. O contato que poderiam estabelecer com seus compatriotas, ou até mesmo seus parentes, poderia representar um perigo a saúde e bem-estar da sociedade brasileira, paraense. Para esse crime, a pena seria o confisco da mercadoria e o responsável ficaria sujeito a reclusão de cinco a dez meses. Segundo o decreto, o material que estivesse sob a posse de alemães, italianos ou japoneses seja de pessoa física ou jurídica, poderia ser fiscalizado pela autoridade competente, confiscado de imediato<sup>114</sup>.

Não é de impressionar que no ano seguinte, é emitida uma nota no jornal, com o aviso a “todos os súditos do Eixo – ALEMÃES, ITALIANOS e JAPONESES” que deveriam imediatamente registrar na Delegacia de Especial de Segurança Política e Social todos “os

---

<sup>112</sup> Fato é que mesmo fora do Pará, para os descendentes dos países do Eixo foram criados Campos de concentração onde passariam a viver com grandes restrições. A comunicação com o meio fora dos campos era difícil, vivia-se sob uma intensa fiscalização do Estado. Tal como em São Paulo, Cf. TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo em tempos de guerra. 1939 – 1945**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2002; Curitiba Cf. LIMA, Solange de. **O “Perigo alemão”**: a comunidade teuta e a Dops em Curitiba. Monografia. Ufpr, 2009; No Vale do Itajaí, Giralda Seyferth relata que mesmo antes da guerra já existiam colônias de alemães, italianos e poloneses que sofriam com a política nacionalista de Vargas. Progressivamente “prisões arbitrárias, policiamento ostensivo, humilhações públicas como castigo pelo uso de língua estrangeira, cerceamento das atividades produtivas, associações esportivas requisitadas para uso militar etc. marcaram o cotidiano tenso de algumas regiões”. Cf. SEYFERTH, Giralda. A Assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Maná*. 1997, p. 98.

<sup>113</sup> BRASIL, Decreto-Lei nº 4701, de 17 de Setembro de 1942.

<sup>114</sup> Idem

instrumentos de ótica e fotografia em seu poder” a fim de ter controle acerca dos equipamentos nocivos que poderiam portar os estrangeiros destes países <sup>115</sup>.

O grau de comunicação é fundamental para compreender até que ponto o conhecimento acerca de estratégias e estruturas brasileiras poderiam influir nos rumos da guerra e nas ações perpetradas contra o Estado e a nação brasileira. Foi assim que o alemão J. Fichter tornou-se um suspeito da polícia paraense. Em declaração publicada no jornal *Folha do Norte*, ele se defende das acusações feitas contra ele por outro periódico chamado *O Estado do Pará*. Para este, seria o acusado portador de um radiotransmissor em sua residência. E Por representar um perigo devido à possibilidade do envio de informações ao Estado Nazista, era necessário precaver-se do seu uso pelos súditos-do-eixo <sup>116</sup>.

Segundo o alemão, no mesmo dia em que foram propaladas as denúncias, a polícia visitou sua residência situada na Avenida José Bonifácio investigando minuciosamente seus pertences em busca de algo que pudesse caracterizá-lo como um elemento nocivo. Ele afirma que “o único aparelho receptor de rádio que possuía funcionando foi autorizado pela Repartição dos Correios e Telegrafos, conforme o talão n.140, de 16 de Janeiro” de 1942. E ainda, no dia seguinte, procurou o Chefe de Polícia Salvador Borborema para ir a público desmentir a notícia <sup>117</sup>.

Se a representação dos súditos-do-eixo gerava certo receio por parte do Estado, a tensão em relação a esses sujeitos em Belém gerava uma resposta por parte dos ascendentes desses países. Caso emblemático é o do fotógrafo Paulo Levinthal que, através de uma declaração no jornal *Folha do Norte*, intencionava deixar claro o seu apoio à causa brasileira e que nada tinha a ver com o regime nazista alemão.- Durante o período da guerra, desde a entrada do país, eria muito comum ver nos jornais declarações de defesa do regime brasileiro e críticas aos regimes totalitários.

Segundo relatos do fotógrafo, aportou em terras brasileiras no ano de 1904 quando morou por algum tempo em Manaus, no Amazonas. Lá, inicialmente viveu como comerciante até o ano de 1920, quando se mudou para a capital paraense. Desde então nunca mais retornou a Europa, o que representaria sua completa entrega à vida e aos valores nacionais brasileiros. Como forma de tornar pública e notória sua simpatia ao Brasil, no ano de 1938, requereu as autoridades competentes a sua naturalização e a de sua esposa <sup>118</sup>.

---

<sup>115</sup> *Folha Vespertina*, 12 de Julho de 1943, p.2.

<sup>116</sup> *Folha do Norte*, 25 de Agosto de 1942, p.2.

<sup>117</sup> Idem

<sup>118</sup> *Folha do Norte*, 25 de Agosto de 1942, p.2.

Primeiro, apresentava o seu sentimento sobre o Brasil, em seguida, necessitava, evidentemente, deixar clara sua completa aversão à política dos Estados Totalitários e mais especificamente ao nazismo. Este, Levinthal caracterizava como “responsável pela horrenda hecatombe que desabou sobre a Europa e se alastra pelo resto do mundo”. Em seu discurso declara sempre ter sido contrário aos “princípios desumanos pregados e postos em práticas pelos seus chefes”. Inclusive, ele mesmo já teria tido o desprazer de possuir familiares residentes na Alemanha nazista e esses foram perseguidos e até aquele momento, residiam “neste país [Brasil] de liberdade”<sup>119</sup>.

Paulo Levinthal, um fotógrafo, um estrangeiro judeu, homem que trabalharia com um recurso para captar imagens, provavelmente percebido como um perigo iminente. Para aqueles que suspeitavam de suas crenças política, por mais que fosse judeu e tendo familiares perseguidos, isso não implicava dizer que não pudesse se associar ao Estado Nazista. Não é à toa que o mesmo foi levado às páginas de um periódico de grande circulação na capital, na tentativa de manter o seu nome limpo faz uma apologia ao regime vivido no Brasil e uma ferrenha crítica ao autoritarismo.

Mas afinal, seria demais pensar que a polícia estava observando alguém que possuísse uma câmera fotográfica? Ao que tudo indica, a câmera na mão de um súdito-do-eixo representava um perigo e possivelmente, a constatação do quintacolonismo. Há pouco tempo os jornais relataram, em grande medida, em suas páginas o caso do dono de um edifício no centro da Cidade, William Bern. Numa verdadeira contenda estabelecida entre jornais da capital, é clara a preocupação do poder público que mesmo sem provas materiais e concretas acusam o empresário de quintacolonismo, que aos poucos é levado a desfazer-se dos seus bens e ir aos jornais declarar seu sentimento pelo país.

## **2.1 – Espiões em Belém do Pará? Acusações de quintacolonismo na capital**

Ao raiar a manhã do dia doze de Junho no ano de 1942, em Belém do Pará, é foi estampada como uma das manchetes do jornal O Estado do Pará, “A Espionagem Nazista em ação no Pará”. Esta seria a primeira de algumas notícias que seriam postas nos jornais acerca de dois personagens que supostamente estariam a serviço de Hitler, Fritz Heilborn e William Bern. O Brasil vivia a Segunda Guerra Mundial e o então momento era de cautela e uma necessidade da população prezar pelo cuidado com sua pátria, fazer da terra em que vivia um

---

<sup>119</sup> Idem

lugar de paz e tranquilidade, pelo menos, longe das disputas bélicas que estavam estourando na Europa.

Em terras tropicais paraenses, os ânimos estavam exaltados, seja de autoridades políticas, militares ou por parte de populares. Os estudantes continuavam frequentando as aulas na escola ou faculdade, mulheres e homens trabalhando em casa ou na rua, assim como indigentes pedindo esmolas. Enfim, apesar da guerra que se alastrava, dos bombardeios nas capitais europeias, dos navios brasileiros, havia o receio do que poderia ocorrer na capital com quintacolonistas a solta e os bombardeios às embarcações brasileiras.

Eram tempos difíceis e Belém vivia constantes racionamentos, o período da guerra trouxe uma escassez de produtos no mercado. Por conta dos torpedeamentos sofridos na costa brasileira, muitas embarcações por percalço deixaram de fazer o trajeto até a capital paraense. Armando Mendes afirmava que “em certo momento durante a Guerra, o porto de Belém chegou a ficar três meses sem receber um só cargueiro (...) e o transporte aéreo, especialmente para cargas pesadas, ainda era incipente”<sup>120</sup>. A situação se consolidava como da total ausência e da busca pela superação das dificuldades que se somavam.

Os produtos tornavam-se cada vez mais escassos. O açúcar, por exemplo, sumiu. Somente São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco o produziam. Para adocicar o café, então, passou-se a utilizar do caldo de cana. E quando o produto em escassez era o café? O jeito era a substituição pelo chá de erva-doce. Outro produto que rareou, o pão por muitas vezes desapareceu da mesa do cidadão sendo trocado por batata-doce e cuscuz<sup>121</sup>.

O governador do Estado, Magalhães Barata, em relatório enviado ao presidente alertava acerca que “o problema do abastecimento deste Estado tem a sua solução condicionada à regularidade dos transportes da cabotagem nacional”. Evidenciava-se essa situação muito porque “o bloqueio das nossas costas veio criar para nós, na intermitência dos carregamentos e na insuficiência das tonelagens disponíveis, uma carência alimentar sem precedentes na história”<sup>122</sup>. Ou seja, acusava-se a interferência e os torpedeamentos dos navios na costa brasileira pela ausência dos alimentos que eram produzidos no sul do país.

<sup>120</sup> MENDES, Armando Dias. **A Cidade transitiva**: rascunho de recordância e recorte da saudade da Belém do meio do século. Belém, Imprensa Oficial do Estado, 1998, p. 40-1. Ver também: MENEZES, Murilo. **A Capital do El Dorado**: Crônica sentimental de Belém, e comentários sobre alguns de seus problemas. Imprensa Oficial: Belém, 1954.

<sup>121</sup> FONTES, Edilza. **O Pão nosso de cada dia**: trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhista em Belém (1940 – 1945). Belém: Paka-Tatu, 2002.

<sup>122</sup> PARÁ. Interventor Federal, 1943 – 1945 (Joaquim de Magalhães Barata). **Relatório apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas em 1944**. Belém, 1944. p. 7.



Devido ao real racionamento vivido por Belém, que sofria com a indisponibilidade de alimentos, interferindo no cotidiano da população de maneira efetiva, levou o próprio governo a criar medidas para controlar a situação dos alimentos. Política similar foi engendrada em São Paulo onde também houve um racionamento de produtos. Contudo, essa política posta em prática pelo estado paulista não refletia uma ausência no mercado, mas sim, uma política do governo que intencionava estabelecer um maior controle social. Para isso, o discurso da guerra, da ocupação da costa brasileira por embarcações inimigas criou uma sensação de insegurança que facilitou a aceitação do discurso estatal sobre o controle dos alimentos<sup>123</sup>.

De fato, os torpedeamentos dos navios mercantes brasileiros por submarinos alemães provocaram uma diminuição substancial no tráfego pela costa do litoral brasileiro. Como essa era a principal rota comercial de produtos norte-sul do país, a carência alimentar tornava-se sensível. Ao mesmo tempo, inflamava o sentimento patriótico da população e, cada vez mais, aumentava sua aversão aos nazistas. Nesse caso, o Estado entendia como necessária a criação de medidas que visassem à proteção do território nacional e da população. É nesse sentido que é foi criado a chamada Defesa Passiva Anti-Aérea.

A Defesa representava um exercício promovido pelo Estado a fim de evitar um improvável, porém, noticiado como possível, ataque aéreo que poderiam sofrer as cidades brasileiras. Nele, as luzes das cidades eram completamente apagadas (o *black-out*, como ficou conhecido) e as pessoas deveriam se resguardar em suas casas enquanto os aviões faziam a defesa do território. O governo brasileiro, em parceria com os estados, criou uma série de exigências para que a população seguisse durante a efetivação do momento de defesa.

Em Belém, provavelmente essa simulação ganhou contornos ainda mais eficientes. Basta imaginar uma cidade praticamente isolada do resto do país por conta dos processos de fechamento das principais vias de comunicação devido aos acontecimentos da guerra. Fato é, que pouco antes da primeira experiência na capital paraense o em nota o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda alertava que o “Sangue frio acima de tudo deve ser mantido por quantos ouças as sirenas de alarme, prevenindo a possibilidade do deflagrar das bombas e do troar das metralhadoras”<sup>124</sup>.

O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda lançava notas alertando para o perigo iminente de um bombardeio sobre a capital paraense. No dia 11 de Junho de 1942, o general Zenóbio da Costa vai aos jornais fazer um alerta a população. Segundo informa o

<sup>123</sup> CYTRYNOWICZ, 2000. Op. Cit. pp. 51 – 98.

<sup>124</sup> A *Vanguarda*, dia 05 de Junho de 1942, p. 4.

noticiário, o militar acredita que a cidade de Belém não estava livre de um ataque aéreo do inimigo. Tal afirmação se dá no contexto pós primeiro ensaio da Defesa Passiva Anti-aérea<sup>125</sup>.

A preocupação do general já havia sido compartilhada em nota do DEIP lançada nos jornais dias antes. As letras correntes afirmavam que a chegada de uma guerra de invasão poderia estar próxima as terras brasileiras. Para proteger o território nacional e os patricios somente uma bem articulada Defesa Passiva Anti-Aérea. Talvez, fosse possível defender a cidade, atenuar os efeitos dos bombardeios “livrando-a do pânico, do nervosismo, do terror da morte”<sup>126</sup>.

A primeira noite de Defesa Passiva ocorreu no dia 10 de Junho de 1942. Segundo o que destaca a manchete dos jornais no dia seguinte, tudo ocorreu de maneira positiva e em boas condições para proporcionar a defesa do território paraense. Apesar das manifestações lisonjeiras em relação aos procedimentos realizados, o jornal *O Estado do Pará* denuncia uma suposta ação de um agente a serviço da Alemanha nazista. Ele teria deliberadamente ferido as ordens dadas por conta da simulação da noite anterior.



**Imagem 2.** Edifício Bern –s/d - sem autor. IN: <http://fauufpa.org/2012/05/02/edificio-bern-presidente-vargas-com-o-de-almeida/>

No dia doze de Junho, uma sexta-feira, foi estampada em primeira página do jornal *A Vanguarda* “A prisão do espião alemão no edifício Bern”. A notícia referenciava a figura de Fritz Heilborn, um estrangeiro judeu e alemão que estaria atuando em Belém a favor da quinta coluna. Segundo a reportagem, esse “perigoso espião alemão que se intitulava judeu para melhor despistar” teria aportado no Rio de Janeiro no ano de 1940 e há pouco teria chegado a terras paraenses. É caracterizado como um *bon vivant*, “insinuando-se em varias rodas, gastava a larga, fazendo amizades e andando em companhia de outros estrangeiros suspeitos”.

<sup>125</sup> *A Vanguarda*, 11 de Junho de 1942, p.1.

<sup>126</sup> *A Vanguarda*, 11 de Junho de 1942, p.1.

Neste caso, o estrangeiro suspeito seria William Bern, empresário que atuava em Belém. Segundo a acusação, Heilborn estaria se aproveitando da chamada Defesa Passiva Anti-Aérea para tirar fotografias e entregar a “seu amo de Berlim a fim de que se inteirem como fazemos os ataques e como o povo se abriga!”<sup>127</sup>.

Acima, é possível ver o edifício Bern, lugar de onde teriam sido tiradas diversas fotografias por Heilborn. O prédio comercial pertencia a William Bern e fora construído durante as décadas de 1930 e 1940. Possuía um estilo arquitetônico arrojado e destacava-se como sendo a primeira edificação da cidade que possuiria elevadores<sup>128</sup>. É preciso atentar que na década de 1940, Belém do Pará ainda estava passando por um incipiente processo de verticalização, os atuais prédios, arranha-céus e cada vez mais suntuosos edifícios que ornamentam o horizonte da capital paraense de hoje, ainda não haviam sido construídos.

Na fotografia também é possível perceber que se alguém tomasse posto na área superior do edifício, teria acesso a uma ampla visão da cidade de Belém, sem existir muitos muros que atrapalhassem sua visão. O prédio situava-se na chamada Avenida 15 de Agosto, atual Presidente Vargas. Esta representa um lugar central na cidade onde a observação sobre a movimentação de populares, ou ainda, sobre as manobras que a Força Aérea Paraense estava fazendo em prol da Defesa Passiva Anti-Aérea, poderia ser realizada de maneira eficaz.

Em *A Vanguarda*, informações foram veiculadas sobre o réu, trazendo o acusado como autointitulado judeu a fim de conseguir trabalhar mais tranquilo e coletar informações que seriam enviadas para Hitler, na Alemanha. É interessante notar que o fato de ser judeu, para o periódico, não torna controversa a acusação de atividades para o Reich alemão. Afinal, “religião não é raça e quando muito os judeus alemães não deixam de ser alemães e prestar serviços a sua pátria”. No entanto, a afirmação entra em contradição quando o mesmo conta que, por vezes, o judeu tornava-se “um inimigo político de Hitler porque o nazismo, que é uma doutrina, não os suporta”<sup>129</sup>. Tal contraste revela a necessidade de se estabelecer claramente um inimigo, de acusar um potencial suspeito, revelando também como a mera nacionalidade alemã poderia influenciar no cotidiano das pessoas em Belém do Pará naquele momento. Ocorre a transformação do real e constrói-se um imaginário acerca da guerra e do inimigo.

<sup>127</sup> *A Vanguarda*, 12 de Junho de 1942, p.1.

<sup>128</sup> Cf. CHAVES, Túlio Augusto. **Isto não é para nós!:** um estudo sobre a verticalização e modernidade em Belém entre as décadas de 1940 e 1950. Dissertação. Ufpa Belém. 2011. p.45.

<sup>129</sup> *A Vanguarda*, 12 de Junho de 1942, p.1.

Apesar de declarar-se judeu, Heilborn foi acusado de aliado de Hitler. Mais do que isso, a reportagem mostra através do seu discurso, pouco se importar com a etnia ou procedência cultural do réu. Fritz Heilborn veio da Alemanha no ano de 1940, se refugiando das ações nazistas. Recentemente uma série de leis havia provocado o cerceamento da vivência de Judeus na Alemanha, além de terem contribuído com a saída de muitos do país para outros lugares do mundo. As leis de Nuremberg, por exemplo, dentre outras medidas impossibilitaram aos judeus a cidadania alemã além de proibir o seu casamento ou manter relações sexuais com quem fosse alemão ou de sangue alemão, ou ainda, impediram que pudessem votar ou ocupar um cargo público<sup>130</sup>.

No ano de 1938, houve a chamada “noite dos cristais” em que cerca de 7500 lojas foram quebradas, sinagogas incendiadas e 20 mil judeus foram levados a campos de concentração. Tal processo iniciará uma nova fase de perseguição aos judeus quando eles serão reunidos em guetos e separados do restante da população alemã<sup>131</sup>.

No Brasil, por mais que nas décadas de 1930 e 40 existissem grupos - como os integralistas - que defendiam o antissemitismo, não é possível afirmar que esse sentimento fizesse parte da população brasileira<sup>132</sup>. Durante os anos de 1937 e 1945, as comunidades judaicas em São Paulo ou no Rio de Janeiro viveram uma intensa vida pública e institucional que possibilitaram um *boom* de atividades e organizações, contando com o papel de judeus sionistas e comunistas<sup>133</sup>.

Mesmo que não houvesse claramente, por parte da mídia do governo ou mesmo da população, um sentimento contrário aos judeus e sua vivência no Brasil, ainda assim, a imigração de seus pares, no período do Estado Novo brasileiro, foi vista com restrições. O Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, em documento reservado enviado ao Ministro Francisco Campos, pontuava a proibição da entrada de judeus no país como assunto urgente que exigia providências do governo. Nas forças armadas, a linha de pensamento também era essa. Para elas, os judeus representavam um povo sem pátria e sem grandes credenciais para o exercício militar<sup>134</sup>.

Apesar das conquistas pelos empresários judeus no país, a imagem do povo judeu ainda era estereotipada. Mesmo com o fim dos laços com os países do Eixo e a aliança com os

<sup>130</sup> Enciclopédia do Holocausto. Online: <http://www.ushmm.org/ptbr>. Acesso em 25 de Janeiro de 2015.

<sup>131</sup> ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras. 199, p.51

<sup>132</sup> CRUZ, Natalia dos Reis. A Imigração Judaica e o anti-semitismo no discurso das elites. *Política e Sociedade*. Vol. 8. Nº 15, 2009. p.232.

<sup>133</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v.22, n.º44,. 2002. pp.393 – 423.

<sup>134</sup> KOIFMAN, Op. Cit. p.178 - 9

Estados Unidos, “nenhuma distinção foi feita para os judeus alemães ou italianos, vítimas do nazifascismo. Como judeus, haviam sido considerados estrangeiros na própria pátria; e agora, no Brasil, voltavam a ser discriminados”<sup>135</sup>. Tal contextualização nos ajuda a compreender os motivos que contribuíram para que Heilborn fosse, mesmo judeu, suspeito de atividade nazista no Pará<sup>136</sup>. Assim não é de se surpreender que *A Vanguarda* tenha ainda reiterado que, apesar de surgir quem negasse ter sido Fritz Heilborn quem realmente bateu as “chapas”, ainda assim, pode “assegurar que as chapas foram batidas de lá mesmo, estando pessoas de categoria bem informadas disso”<sup>137</sup>. A referência a “pessoas de categoria” servia para dar credibilidade à informação posta, contudo, os nomes das testemunhas não foram denunciados pelo periódico.

As informações acerca do caso vão se diluindo e se perdendo nos jornais, ao mesmo tempo, as acusações sobre a figura de Heilborn também deixam de ser veiculadas quando sua suposta participação no caso foi colocada em cheque. É possível conjecturar que, por conta da contenda criada, o homem precisou mudar-se para o Rio de Janeiro. Fato é que logo após a Segunda Guerra Mundial, em 12 de Dezembro de 1946, faz um pedido ao Estado requerendo sua permanência definitiva no Brasil. Em Janeiro do ano seguinte esse pedido saiu no Diário Oficial da União, apontando que ele e sua esposa eram residentes na Capital Federal, até então o Rio de Janeiro. Em seguida, seu pedido foi deferido e aceito pelas autoridades brasileiras possibilitando a ele que, permaneça legalmente no país<sup>138</sup>.

O caso relatado nos jornais também contempla outro acusado, William Bern. Personagem que conseguiu enriquecer no país através da venda de couros de Jacaré. Mudou-se para Belém enriquecendo na profissão e onde construiu um edifício comercial, o qual levou o nome de seu proprietário, *Bern*. Em reportagem de *A Vanguarda*, Bern foi retratado como alguém que desperta desconfiança, “sobretudo porque a fortuna (...) foi feita rapidamente, dizendo ele que a conseguiu com couros de jacaré” entretanto, o jornal contestava o seu enriquecimento, afinal

<sup>135</sup> CAMPAGNANO, Anna Rosa. *In Difesa della Razza: Os Judeus Italianos Refugiados do Fascismo e o Antissemitismo do Governo Vargas, 1938 – 1945*. São Paulo: Edusp, 2011.p.220.

<sup>136</sup> No período do Estado Novo, havia uma política nacionalista varguista, apesar de não existir institucionalmente, o antissemitismo esteve presente na história brasileira inclusive na vida pública. Nesse sentido, foram descobertas circulares secretas que evidenciavam o antissemitismo de uma figura notória na época, Oswaldo Aranha, e a restrição da imigração judaica no Brasil a partir de 1937, com o Estado Novo de Getúlio Vargas. Cf. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**,. São Paulo, Brasiliense, 1988; MAIO, Marcos Chor. Qual o antissemitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999; CRUZ, Natália dos Reis. A imigração judaica no Brasil e o antissemitismo no discurso das elites. *Política e Sociedade*. Volume 8, nº 15, 2009.

<sup>137</sup> *A Vanguarda*, 13 de Junho de 1942, p.1.

<sup>138</sup> Diário Oficial da União (DOU) de 07 de Janeiro de 1947, p. 17. Seção 1.

de contas, como poderia “num meio como o nosso de poucas possibilidades, enquanto outros curtumes em dificuldade com matéria prima muito mais vendável!”<sup>139</sup>.

A imprensa no Pará teve papel fundamental nesse momento fazendo, não somente, a divulgação da guerra, como também, criando em seus noticiários espaços para informações acerca de possíveis quintacolonistas, os espiões a serviço do eixo. O fundamental não estava somente identificar o inimigo, mas divulgá-lo, “daí a importância da imprensa no papel da construção, controle e repressão social dos considerados suspeitos de inimigos em potencial da pátria”<sup>140</sup>.

Na capital paraense, diferentemente do que a atual circulação possa suscitar, haviam diversos jornais sendo comercializados. A *Folha do Norte*, tal como, a *Folha Vespertina* era dirigida pela família Maranhão. Além dele, *A Vanguarda*, inicialmente dirigida pelo deputado e jornalista João Camargo, depois foi incorporada aos “Diários Associados”, grupo do empresário Assis Chateaubriand, quando ficou sob a responsabilidade de Alfredo Sade. Além destes, havia também *O Estado do Pará*, pertencente a família Chermont que estava, neste momento, sob a direção de Santana Marques.

Na década de 1940, não existiam cursos de graduação para a formação de profissionais especializados no jornalismo. Portanto, o aprendizado dava-se por meio da prática. Muitos dos que participavam do meio midiático eram estudantes, intelectuais ou figuras conhecidas na sociedade paraense. Armando Dias Mendes, cita alguns personagens que fizeram parte dos grupos jornalísticos daquele momento:

Passaram pelo “Estado”, entre outros: Ângelo Nascimento, Antero Soeiro, Arthur Cezar Ferreira Reis (o historiador), Celso de Matos Leão, pe. Cupertino Contente, De Campos Ribeiro, Eneida de Moraes, Ernestino Sousa Filho, Inocêncio Machado Coelho, Júlio de Alencar, Leonam Cruz, Nilo Franco, Raimundo de Moraes, Raimundo Noleto. Pela “Folha”: Almir Pereira, Armando Mendes, Egydio Sales, Georgenor Franco, Haroldo Maranhão, João Malato, José Santos, Ossian Brito, Oswaldo Mendes, Pery Augusto, Raimundo Pantoja, Rogério Cabral<sup>141</sup>.

<sup>139</sup> *A Vanguarda*, 12 de Junho de 1942, p.1.

<sup>140</sup> CORDEIRO, Philonila Maria Nogueira. Guerra de Palavras: a construção do inimigo “Quinta Coluna” pela imprensa pernambucana durante a segunda guerra mundial. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 6. Ano VI. Nº 1. 2009. Para ver mais sobre imprensa e a segunda guerra:: GOMES, Raimundo Ney da Cruz. **Guerra e Memória: o cotidiano de Belém durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945)**, 2002; SANTOS, Luiz dos. **Inimigos íntimos: italianos, japoneses e alemães no Estado do Pará durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942 – 1945)** 2003; SILVA, Cícero Alves da. **Notícias do front: a Segunda Guerra Mundial na Imprensa do Pará(1939 – 1945)**, 2005.

<sup>141</sup> MENDES, Op. Cit. p. 64

Devido à ausência de fontes no caso Bern, a saída para seguir uma trilha de informações sobre o acusado foi através das notícias propaladas nos jornais. É possível perceber que o empresário possui uma boa relação com o jornal *Folha do Norte* e foi, principalmente, através dele que percorri uma rota de informações. William Bern conforme passava o ano de 1942 foi deixando colunas no jornal identificando suas ações e buscando demonstrar que nunca esteve associado a qualquer tipo de fascismo e que acreditava na democracia brasileira. Assim, o periódico se tornou minha principal fonte de informação para acompanhar seus paços.

No dia 13 de Junho, é lançado na *Folha do Norte*, uma carta assinada por William Bern atestando sua inocência e legitimando sua neutralidade. Em suas palavras, a acusação feita por “O Estado do Pará” estava relacionada a alguém que teria tirado fotografias das evoluções de aviões da FAB durante o período de blecaute para a realização da simulação da Defesa Passiva Anti-Aérea. Tais imagens haviam sido retiradas do último andar do seu edifício. Para tanto, afirma que a notícia era falsa, apresentando ainda como defesa a testemunha de um bombeiro, destacado pela Comissão de Defesa Passiva. Somado a ele, todos os que se encontravam em seu prédio também poderiam confirmar tal informação. Pontua categoricamente que desde que pisou em terras brasileiras, tem como único objetivo ganhar na vida sem prejudicar a qualquer outro. Para ele, as acusações que surgem são fruto da inveja de sua prosperidade. Ela que nada mais é do que o fruto do seu trabalho honesto e eficiente. Pondera em linhas finais que o fato de “levar notícias falsas e capciosas à reportagem dos jornais, procurando destruir o conceito lisonjeiro que desfruto, é ato de pura MALDADE que o tempo revelará”<sup>142</sup>.

Através de uma análise daquilo que foi divulgado, conjectura-se as ideias que fariam parte dos interesses dos periódicos que contribuem para atizar a curiosidade e o imaginário da época. Segundo Robert Darnton, pensando o processo da construção das notícias publicadas, “converter os fatos em matérias e publicar as matérias é uma questão do que pode caber em termos culturais – convenções narrativas e tradições jornalísticas que funcionam como uma maneira de dar uma forma ao amontoado confuso e ruidoso dos fatos do dia”<sup>143</sup>. Para compreendê-las, faz-se necessário uma análise cuidadosa acerca das publicações que saíam diariamente na capital paraense.

---

<sup>142</sup> *Folha do Norte*, 13 de Junho de 1942, p.1.

<sup>143</sup> DARNTON, Robert. Op. Cit.. p.14.

Ao mesmo tempo em que as publicações em seus estilos, formas e maneiras de publicações devem ser pensadas em um contexto amplo à luz da sociedade paraense, em princípios do ano de 1942, também devemos atentar para o interesse político de quem produz o discurso. Darnton explica que “os repórteres naturalmente escrevem para agradar aos editores”. Isso implica dizer que os primeiros canalizam ou distorcem uma notícia de forma tal que ela se torne publicável aos olhos do editor. Da mesma forma que o repórter sofre influencia de seu editor, ele também sofre do diretor. Portanto, ao propor uma análise das discussões entre periódicos distintos não se pode esquecer que da complexidade interna que os permeia e que, não deve se perder de vista, nas palavras finais das reportagens estarão presentes seus interesses, suas alianças políticas, sua linha editorial<sup>144</sup>.

A notícia e a forma como é propalada nas páginas em preto e branco segue uma cartilha estabelecida pelo próprio jornal, seus diretores e editores. Os textos propalados são pensados e ordenados seguindo uma hierarquia, de modo tal que, o resultado final é destinado a um público para o qual foi pensado, e sua leitura apresentará nítida ou veladamente os interesses daqueles que o escrevem.

Por que tantas denúncias do jornal *A Vanguarda*? Ao que tudo indica o referido periódico seguiria a mesma linha editorial do *O Estado do Pará*, já que é ele quem primeiro faz a denuncia e a acusação. Já a *Folha do Norte*, por conta de laços políticos, econômicos e, provavelmente, afetivos, dispôs suas páginas para publicar uma carta do réu William Bern expondo o seu ponto de vista. Além disso, um vespertino que funciona como seu apêndice, a *Folha Vespertina* havia feito propaganda anteriormente divulgando a disponibilidade de salas que funcionavam com propósitos comerciais no edifício Bern, ou seja, escritórios, depósitos ou lojas<sup>145</sup>. Tal referência permite compreender as relações estabelecidas pelo empresário e conjecturar que devido os laços com a família Maranhão, proprietária do jornal *Folha do Norte*, conseguiu um espaço na mídia para defender-se das acusações de espionagem.

O que era lançado na mídia, evidentemente lançava luz à população acerca do que acontecia no mundo. Todos os dias, as manchetes ressaltavam algum aspecto da guerra que se desenrolava na Europa, ou pior, os perigos que poderiam estar vivendo os paraenses. Assim, o nome de suspeitos envolvidos em casos de espionagem no Pará, outros estados brasileiros ou no exterior eram noticiados rotineiramente. Ecoava pelas ruas, bares, quiosques, mercadinhos, lares de Belém um mesmo assunto, a guerra e as implicações dela no Brasil e na capital.

---

<sup>144</sup> Ibidem. pp. 81 - 85

<sup>145</sup> *Folha Vespertina*, 30 de Março de 1942, p.4



Os acontecimentos de outros estados e regiões eram publicados no Pará, tal como, as notícias paraenses seriam impressas ou contadas em mídias de outras regiões. Dessa forma, o caso ganhou maior repercussão, sendo inclusive noticiado por um matutino de fora da capital. Segundo a *Folha do Norte*, o jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro teria divulgado o caso Heilborn e apontado que a “5ª coluna continua de freio nos dentes entre nós”, isso porque estavam intensificando sua atuação em território amazônico. A comprovação do trabalho dos espões do Eixo seriam as informações recebidas pelo Estado de Hitler que teria como corolário o afundamento de navios brasileiros ao longo das rotas Continentais<sup>146</sup>.

No dia quinze de Junho em editorial, *A Vanguarda*, do Diretor chefe João Camargo, fez acusação direcionada ao empreendedor, dono de algumas casas comerciais de Belém, Ernany Teixeira. Este havia defendido Bern contra denúncias que colocariam em suspeita o seu caráter. O comerciante teria afirmado que “o sr. Bern tem cumprido com os seus compromissos comerciais”, o que irritou os representantes do jornal pois, segundo escreve, a preocupação não incidiria no campo econômico/comercial, mas sim, político, do alemão. Com a defesa de Bern, a acusação torna o campo da desconfiança, anteriormente restrito, agora, mais amplo com o possível nome de um brasileiro conivente com a espionagem. As atenções voltavam-se assim, também, para o Sr. Teixeira como quem ameaça sem anunciar claramente quando cogita a possibilidade de estar “ele também empenhado no assunto para aparecer assim tão ‘espontâneo’, fugindo do caso para despistar”<sup>147</sup>.

Seguindo as linhas do editorial, percebe-se uma notória e clara posição de ataque direto aos descendentes alemães que lograram sucesso em suas empreitadas em terras amazônicas. Segundo o jornal, os teutas teriam obtido conquistas reais no Pará por conta do derramamento de fundos oriundos dos nazistas. Estes teriam pagado pelo trabalho de espionagem que os mesmos exerciam em Belém. O trecho a seguir corresponde à parte do que foi pronunciado na primeira página do jornal:

Esse milagre não aconteceu somente com o sr. Bern. Outros alemães viveram aqui por muito tempo, modestamente, ganhando o suficiente para viver. Após o derrame de dinheiro para a espionagem, enricaram e compraram prédios de trezentos contos e mais. Isso é o que a Polícia esta apurando, para confiscar esses bens, ganhos com o trabalho para o desaparecimento da nossa marinha mercante e derramamento de sangue e perdas de via de nossos patrícios<sup>148</sup>.

<sup>146</sup> *Folha do Norte*, 14 de Junho de 1942. P. 1

<sup>147</sup> *A Vanguarda*, 15 de Junho de 1942. p.1

<sup>148</sup> *Idem*.

Tal colocação daria luz a mais uma suspeita do Estado brasileiro sobre descendentes da Alemanha que aportaram em terras paraenses. Passavam a pensar, quais deles poderiam ter uma ligação com sua terra natal? E em ligações com seus conterrâneos, o que tornaria o alicerce econômico dessas figuras que os levariam a ter um poder pecuniário a ponto de investi-lo na construção de um edifício? Indagações como essas somadas as preocupações existentes em função da guerra que se desenrolava não facilitava a vida dos súditos do Eixo em terras tropicais.

Sem demora, William Bern intenciona mostrar que não se ausentou da cidade e estava disposto a mostrar seu zelo e identificação com a nação brasileira. Em outubro do ano de 1942, lança nota no jornal *Folha do Norte* afirmando a quem possa interessar que ele estava encerrando suas atividades comerciais e industriais através do comércio de couro de jacaré e já havia quitado todas suas dívidas. Por fim, quem estivesse sentindo-se lesado ou estivesse em dívida poderia procura-lo nos próximos três dias a fim de sanar qualquer pendência<sup>149</sup>.

É importante pensar que, para além da sua intenção com a carta, havia uma preocupação com as implicações de suas decisões. Com as afirmações no jornal, o empresário intencionava não somente quitar toda e qualquer dívida existente com credores, mas também, mostrar ao próprio Estado sua preocupação em não ser confundido como um inimigo do Brasil. Para isso, tentava apresentar a imagem de um homem cordial e honesto com a população brasileira, o público que atendia.

Seguindo a linha do tempo, na construção da defesa pessoal de William Bern, a última notícia encontrada, foi mais uma vez na *Folha do Norte*. Tal jornal se tornou o seu canal de comunicação com a sociedade. Apesar de, assim como os outros matutinos da capital, fazer uma veemente luta de palavras contra o quintacolonismo, ele se mostra solidário a figura de Bern abrindo espaço para que possa defender-se contra os ataques sofridos, principalmente pelos canais de comunicação que seguiam a linha de pensamento do Estado. Mais uma vez, uma carta é publicada nos seguintes dizeres:

“Ex° Sr. Dr. Interventor Federal neste Estado, Saudações.

Tendo encerrado minhas atividades industriais nesta cidade que consistiam em cortume de couros de jacaré, artigo considerado de luxo e incompatível com os tempos de guerra que vivemos, venho pela presente, como cidadão brasileiro por naturalização e reservista de terceira categoria do glorioso Exército brasileiro, oferecer os meus serviços a v. Excia. Em qualquer setor que me seja destinado<sup>150</sup>

<sup>149</sup> *Folha do Norte*, 01 de Outubro de 1942, p.1.

<sup>150</sup> *Folha do Norte* 16 de Outubro de 1942, p.1.

Alguns aspectos aqui devem ser considerados. Em primeiro lugar, os termos utilizados como vocativo, a reverência feita ao então interventor do Estado, José Malcher. É sempre importante não perder de vista que a demonstração de respeito, neste caso, pela autoridade política local. Outros dois pontos ainda precisam ser analisados neste trecho. Um, o fato de ter cedido à pressão feita pelas acusações contra o seu enriquecimento na capital. Assim, fecha as portas de seus investimentos e sua casa comercial de venda de couro de jacaré buscando limpar seu nome e sua imagem perante a sociedade paraense.

Chama a atenção, também, neste pequeno trecho extraído da carta, o fato de um alemão ter-se naturalizado e mais do que isso, tornado reservista do Exército brasileiro. Nesse momento, é muito comum aos estrangeiros que intencionavam criar moradia no Brasil a naturalização e também a carteira de sua inscrição no exército. Exemplo disso, foi o italiano Galliano Cei que atuou como intérprete na Força Expedicionária Brasileira. Ele com sua dupla nacionalidade, italiana e brasileira, serviu como elemento de ligação com os *partigiani* e espião em incursões através de linhas inimigas<sup>151</sup>.

Para tentar abrir um leque de possibilidades acerca dos ofícios que seria capaz de cumprir, ele enumera no documento suas qualificações enquanto mecânico titulado, com três anos de experiência na Europa, e químico licenciado pelo Ministério do Trabalho do Brasil e quinze anos de prática com couros de jacaré. O empresário ao tentar mostrar satisfação em trabalhar no país se coloca “a disposição do Governo Brasileiro (...), de modo a poder servi-lo espontânea e sinceramente, ajudando-o a ganhar esta guerra (...) à qual não fugiu em defesa de sua honra e sua soberania”. Encerrando sua carta com palavras lisonjeiras intencionava dar uma conotação patriótica ao discurso proferido. E assina, “Apresento a V. Excia. minhas respeitadas saudações(a) William Bern”.<sup>152</sup>

Após sofrer com graves acusações, ele vende todos os seus bens. Em 12 de Dezembro de 1944, o Instituto de Previdência e Assistente dos Servidores do Estado (IPASE), compra o edifício Bern. A escritura de transferência foi assinada no cartório do 20º Ofício localizado no Rio de Janeiro, naquele momento, capital federal<sup>153</sup>.

---

<sup>151</sup> SILVA, Hilton P., et al. **Por terra, céu & mar: Histórias e memórias da segunda guerra mundial na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2013.p. 34; Em pesquisa recente, Ana Paula Iervolino pontua acerca dos alemães e seus descendentes que fizeram parte da força armada brasileira, no momento de guerra. Ela foca sua pesquisa acerca dos homens que viviam em regiões de comunidades alemãs. Isso implica dizer que, por mais que chame a atenção, Bern não parece ter sido o único estrangeiro a servir as Forças Armadas no Brasil. IERVOLINO, Ana Paula. **A Participação dos teuto-brasileiros na FEB (1944 - 1945): memória e identidade**. Dissertação. USP: São Paulo, 2011. p.37.

<sup>152</sup> *Folha do Norte*, 16 de Outubro de 1942, p.1.

<sup>153</sup> PINTO, Lúcio Flávio. **Album da Memória**. Belém: edição do autor. 2014, p. 11.

Assim, o caso Bern/ Heilborn ganha linhas finais. As suspeitas e acusações feitas anteriormente parecem abrir espaço a uma resignação do suspeito que reverencia o governo paraense e põe sua mão-de-obra à disposição. Não parecendo ser o bastante, ele vende todos os seus bens e passa a viver no Rio de Janeiro. Posteriormente, seu filho, Marius Lauritzen Bern viria a se tornar um eminente cartunista e Design Gráfico, inclusive, produzindo capas de inúmeros livros da editora Civilização Brasileira durante as décadas de 1950 a 1970.

## 2.2– Em resposta à Quinta-Coluna

Com a tomada de decisão do governo brasileiro, o rompimento das relações com os países que formavam o Eixo Roma-Berlim-Tóquio, levou os jornais da capital paraense a exhibir manchetes apresentando a nova posição do governo brasileiro. No dia 28 de Janeiro de 1942, o periódico *A Vanguarda* noticiava que “O Brasil rompeu com o eixo!”. Segundo o jornal, os brasileiros estavam “jubilosos pela sua posição de franca decisão tomada pelos seus representantes”, e ainda, “o rompimento das relações do Brasil com o Eixo foi apenas o complemento duma atitude que só a Quinta Coluna poderia pôr em dúvida”<sup>154</sup>. Tal discurso permite compreender que os quintacolonistas, enquanto representantes do Eixo, e interessados num malogro brasileiro, põe em dúvida o que seria necessário para a entrada do Brasil na guerra e a defesa da sua soberania.

Infere-se, portanto, que Estado e imprensa passaram a buscar um perfil formado por diversos discursos. Através destes, depreende-se a estratégia formulada por seus produtores, afinal, segundo Chartier, os discursos não são neutros, “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros”, entretanto, essa autoridade precisa ser aceita, consentida, por mais que as personagens envolvidas pelo discurso sejam “menosprezadas”. Dessa feita, busca-se então “legitimar um projeto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as escolhas e condutas”<sup>155</sup>. Apesar do objetivo ao criar a imagem do inimigo, a representação se refere tanto a quem produz o discurso como ao receptor e, não implica dizer que toda a população se apropriaria do imaginário construído da mesma forma.

O convencimento e a criação do imaginário da Quinta-Coluna foram reforçados por uma política deliberada de disseminação de construções culturais através de diferentes meios. Dentre eles, o cinema, as poesias de cordel, os palcos do teatro ou o rádio. Havia assim, a

<sup>154</sup> *A Vanguarda*, 28 de Janeiro de 1942, p.1.

<sup>155</sup> CHARTIER. Roger. 1990. Op. Cit., p.17.

necessidade permanente da construção do inimigo para desenvolver, ao mesmo passo, um espírito patriótico e de aversão a personagens que representariam um perigo iminente.

No ano de 1940, Belém era uma cidade nos trópicos que possuía uma população de 206 mil pessoas. A vida, apesar de não ser a mesma de antes do conflito, ainda assim, era levada nos dia-dia conforme as circunstâncias lhe possibilitavam. Um local que vivia em clima de tensão constante provocado por fatores diversos, seja os torpedeamentos de navios, a política coercitiva criada sobre alemães, italianos e japoneses, os treinamentos da chamada Defesa Passiva Anti-Aérea, os programas nas rádios, as notícias dos jornais, enfim, a guerra foi algo presente num contexto exterior, mas, também sentida na capital paraense.

Nas rádios, meio dos mais populares naquele momento, as ondas que chegavam à casa dos ouvintes daqueles que o possuíam seriam da rádio PRC-5. Diariamente a população ligava o som e passava a ouvir os programas. Os famosos folhetins publicados nos jornais passaram a ser lidos em seus programas. Nos jornais, a propaganda era feita costumeiramente. Como um veículo de comunicação que alcançaria inúmeras pessoas, era fundamental tornar colocar os belenenses a par guerra. Seu atual cenário suas implicações e de que forma, o atual contexto alcançaria as terras amazônicas da capital. Não à toa a Radio Club do Pará reforçava a imagem do espião quinta-coluna reservando momentos em sua grade de programação, a exemplo de “este é o nosso inimigo!”<sup>156</sup>.

---

<sup>156</sup>*Folha Vespertina*, 03 de Setembro de 1943, p.3.



Imagem 3. *Folha Vespertina*, 03 de Setembro de 1943.p.3

Enquanto isso, o cinema também atuava como um veículo importante para a disseminação e construção do inimigo. Na época, Belém do Pará possuía onze cinemas em toda a capital. Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, o cinema de Hollywood, ganhará uma preponderância internacional perante uma Europa em crise e devastada por conta do conflito. Com a Segunda Guerra em curso e a aliança do Brasil aos países aliados, o cinema estadunidense passou a dominar as salas da capital paraense.

Sendo clara a associação do interesse político com outros âmbitos sociais, o cinema não pode ser visto como algo isolado no meio cultural, mas sim, um reproduzidor daquilo que favorecesse as vontades políticas de seus produtores. Logo, é possível ver a propaganda anti-nazista e o que fosse de interesse dos países aliados. Exemplo disso, é o receio em relação à espionagem que levou a produção de películas para retratar a quinta-coluna, tal como pode ser evidenciado em *Confissões de um espião nazista*, que chegou ao as telas paraenses em Outubro de 1942<sup>157</sup>.

Os jornais inspiravam os escritores de cordel a poetizar as circunstâncias criadas com a guerra. Lindolfo Mesquita, o Zé Vicente, foi um dos grandes produtores de Cordel em Belém

<sup>157</sup> SILVA, Allan Pinheiro da. *Cotidiano e Guerra nos cinemas de Belém (1939 – 1945)*. São Paulo. 2007.

do Pará nesse momento. Não a toa ele produziu diversas poesias para caracterizar os momentos e personagens da Segunda Guerra Mundial. Como Exemplo, *O Brasil rompeu com eles*<sup>158</sup>. Irão retratar de maneira peculiar em seus versos a visão do paraense sobre os acontecimentos e conjunturas que se definiam ao longo do conflito mundial.

Através dos veículos midiáticos eram construídos discursos para inflamarem o espírito patriótico da população. Criava-se então, o inimigo que geraria diversas sensações na população que era convocada a responder a altura. Mas, afinal, como responder aos ataques e infortúnios provocados pelo mal totalitário nessa cidade nos trópicos?

Insulto, revolta, fraqueza e temor: sentimentos provocados pela representação da Quinta-Coluna em território nacional. Especulava-se diariamente nos jornais da capital as atrocidades, principalmente de japoneses e alemães. Fazia-se premente a necessidade de descobrir quem eram os espiões do eixo e expulsa-los, prendê-los, alertando a população para manifestar-se contra o perigo iminente da ação inimiga.

As acusações construíam a imagem de uma figura que se fazia onipresente e atenta a toda e qualquer ação dos cidadãos brasileiros. Pelo Brasil inteiro, de Norte a Sul, rotineiramente apareciam novas acusações acerca de ações perpetradas por inimigos e que, supostamente, insistiam em tramar novos planos para enfraquecer a democracia brasileira.

Em resposta à representação dos quinta-colunistas e dos defensores dos fascismos, campos de Concentração vão ser criados no país – exemplo é o já referenciado campo em Tomé-Açu, quando inúmeras pessoas foram levadas a morar em colônias agrícolas isolando-as do resto da população da capital.

Os campos de concentração foram criados no início século XX, durante a Guerra dos Bôeres. Foram também utilizados na África do Sul e na Índia para isolar os “elementos indesejáveis”. Nesses lugares, foi utilizado o termo “custódia protetora” que posteriormente fora adotado pelo Terceiro Reich. Esses campos foram usados no início dos regimes totalitários para “suspeitos” cujas ofensas não se podiam provar e que não havia como serem condenados pelo processo legal comum<sup>159</sup>.

Na Alemanha Nazista, os campos de concentração serviram como verdadeiros laboratórios para o teste de um regime de domínio total que se queria expandir. Segundo Alcir Lenharo, nestes campos “as pessoas eram despojadas de todas as formas usuais de convívio,

<sup>158</sup> VICENTE, Zé. *O Brasil rompeu com eles*. Belém: Guajarina, 1943.

<sup>159</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 584 – 5.

perdiam todo o contato com o mundo exterior, eram violentadas e, por fim, eliminadas moral e fisicamente”. Ele caracteriza essas pessoas como sujeitos desprotegidos, esquecidos e que percebendo que tinham muita opção se limitavam a sobreviver à espera de um milagre<sup>160</sup>.

Longe de chegar ao ponto da “Solução Final” dos alemães, no Brasil, o processo de formação desses lugares foi bem menos aterrorizador do que os campos de extermínio no nazismo. Com a entrada efetiva na guerra, vai se iniciar o processo dos internamentos no país. Serão criados campos em diversas regiões ao longo do território nacional como o Campo de Concentração Chã de Estevão, em Paulista (PE); a Colônia Penal Candido Mendes, em Ilha Grande (RJ); o Presídio de Ilha das Flores, no Rio de Janeiro (RJ); o Campo Militar para Prisioneiros de Guerra, em Pouso Alegre (MG), a Estação Experimental de Produção Animal, em Pindamonhangaba(SP); a Escola Prática de Agricultura, em Guaratinguetá (SP), Presídio Oscar Scheineder, em Joinville (SC)<sup>161</sup>.

O Estado intencionava promover o isolamento daqueles que foram tratados um elemento nocivo e que poderiam contaminar os demais habitantes das cidades paraenses. As colônias japonesas no interior do Pará, que anteriormente abrigava trabalhadores japoneses, passaram a circunscrever uma área de reclusão dos suspeitos de fazerem parte da Quinta-Coluna. Foram enviados para esses locais não somente os japoneses, mas também, italianos e alemães. A colônia de Tomé-Açú, segundo o jornal *O Estado do Pará*, era destinada aos “eixistas nocivos à segurança nacional (...) sob direção fecunda do capitão João Evangelista Filho”<sup>162</sup>.

A notícia de que novos suspeitos eram endereçados aos campos de concentração saía nos jornais. Era uma forma de manter a população informada e, ao mesmo tempo, apresentar à sociedade a forma que o Estado criou para ter o controle da população. Levando estrangeiros oriundos dos países do eixo, supostamente defensores da causa de seus governos, estariam também protegendo os brasileiros de possíveis atos ofensivos que poderiam ser cometidos por esses sujeitos. Exemplo disso é o que ocorreu no dia 18 de Outubro de 1942 quando são enviados para Tomé-Açu vinte e nove estrangeiros dessas nações. Foram enviados quatro japoneses, um italiano e vinte e quatro alemães. Segundo a reportagem de *Folha do*

<sup>160</sup> LENHARO, Alcir. **Nazismo: o triunfo da vontade**. São Paulo: editora ática, 1998, p.78.

<sup>161</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiro da Guerra: os “súditos do eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942 – 1945)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2009, p.101.

<sup>162</sup> *O Estado do Pará*, 03 de Janeiro de 1943. p.6. *Apud* SANTOS, Luiz dos. **Inimigos íntimos: italianos, japoneses alemães no Estado do Pará durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. UFPA. Belém, 2003.



*Norte*, foram levados em um barco puxado por uma lancha e a motivação que os levou a serem enviado para o interior foi que “viviam em atividade suspeita”<sup>163</sup>.

Segundo Perazzo, ao chegar e descer das embarcações, os estrangeiros eram lançados à própria sorte. Quando eram levados novos internos para o campo, contavam com a hospitalidade dos japoneses, remanescentes da colônia agrícola que havia entrado em falência no ano de 1929. Interessante notar que as famílias japonesas que deixaram Tomé-Açu, por não conseguir bons frutos com a agricultura, voltaram no ano de 1942 de maneira compulsória, como prisioneiros<sup>164</sup>.

Apesar da caracterização de um campo de concentração levar a imaginar uma situação pesada para aqueles que foram levados a esses lugares, Miguel Lessa, mostra que na memória daqueles que viveram a realidade no interior do Pará, há um contraste no sentimento que ficou do lugar. Nas lembranças de Tooru Ikeda, agricultor, a cidade foi transformada totalmente num campo de concentração e aglomeravam famílias as abrigo em “coisas” pois não havia casa para todos. Dessa forma, a vida nos campos tornava-se difícil devido as condições que eram impostas. Em sentido inverso, Satoshi Sawada vê com bons olhos o que acontecia nos campos do interior do Pará. Ele rejeita a ideia de que o espaço funcionaria como um campo de prisioneiros, para ele, representava apenas um confinamento”<sup>165</sup>.

Os campos de concentração foram então uma política do Estado brasileiro para punir aqueles que supostamente representavam um perigo à população brasileira. Mas, o pensamento de alguns era que as formas de punição não deviam parar por aí. O povo foi incitado a boicotar as casas comerciais de proprietários estrangeiros eixistas, manifestações na cidade foram feitas com milhares de pessoas tomando as ruas em luta pela causa democrática, ações cerceadoras por parte do Estado e até mesmo cogitar sentença de morte.

Parte da população esperava que o governo tivesse atitudes mais enérgicas para com os inimigos, exemplo disso, serão as passeatas que encheram as ruas de estudantes, políticos, jornalistas, enfim. As pessoas saíam de suas casas e faziam parar a cidade para protestar contra o totalitarismo e apoiar o que entendiam como um governo democrático. Fator decisivo para a população tomar as ruas foram os torpedamentos dos navios mercantes brasileiros. Tais casos se sucederam logo após a quebra dos laços diplomáticos com os países do Eixo. Somente no ano de 1942 houve pelo menos quatro passeatas que apareceram nas páginas dos

---

<sup>163</sup> *Folha do Norte*, 18 de Outubro de 1942, p.3.

<sup>164</sup> PERAZZO, Priscilla Ferreira. Op. Cit. p.111.

<sup>165</sup> LESSA, Miguel Geraldo Cavalcante. **A Segunda Guerra e o perigo do “inimigo” – 1939/1945**. Monografia. UFPA, 2001. p.35

jornais, em 23 de Fevereiro (a primeira), 4 de Julho, 14 de Julho outra em 18 de Agosto e a última em 24 de Agosto.

As passeatas foram articuladas cada uma por diferentes grupos. A primeira fora organizada pelos estudantes paraenses. Esta, segundo o jornal *O Estado do Pará*, ocorreu por iniciativa de um grupo de estudantes do curso de direito, medicina comerciantes e funcionários públicos<sup>166</sup>.

A segunda, no dia 04 de Julho foi organizada pelo jornal *O Estado do Pará*. O jornal *A Vanguarda* o noticiou como um “empolgante acontecimento cívico”. Revelou que a manifestação contou com brasileiros e até mesmo estrangeiros que demonstravam ser contrários ao nazismo. Advogados, médicos, jornalistas, estudantes, comerciantes e de maneira geral, apoio amplo da sociedade civil<sup>167</sup>.

A terceira, novamente os estudantes tomavam a frente de mobilização contra os agentes do Eixo e em prol da democracia. Provavelmente, este manifesto foi aquele que possuiu a maior repercussão. Contou com o incentivo do governo do estado que declarou feriado escolar e ponto facultativo no expediente para os discentes. Além disso, o comércio fechou às três horas da tarde. A manifestação que foi propagandeada como “passeata monstro” teve uma concentração inicial na Praça da Bandeira às três horas da tarde. Rufavam tambores, bandeiras eram hasteadas junto com cartazes enquanto, ao fundo, marchas militares pela banda do corpo de bombeiros. Na fotografia abaixo é possível ver o momento em que o prefeito Abelardo Condurú se pronunciava para a população. A passeata contou com alunos de diversos instituições educacionais como o Colégio Paes de Carvalho, Instituto Nazaré ou Colégio Progresso Paraense. Com o sucesso da manifestação, no jornal do dia seguinte, o interventor federal do Pará dava seu recado aos estudantes: “O vosso protesto é o exemplo vivo da Democracia: da Democracia contra a tirania e contra a escravidão. Mocidade gloriosa, ao Brasil a nossa vida!”<sup>168</sup>.

Ainda houve mais uma manifestação no ano de 1942 que foi patrocinada pelo Centro Pan-Americano de Cultura, presidido por Mario Chermont, sendo seu discurso baseado em valores nacionalistas de defesa da honra da pátria brasileira, em resposta ao recente afundamento dos navios brasileiros pelos nazistas<sup>169</sup>.

<sup>166</sup> MENEZES NETO, Geraldo Magela. A “ressurreição da alma cabana”: as passeatas de protesto contra o Eixo na Belém da Segunda Guerra. *Em Tempo de Histórias*. Nº. 23, Brasília, ago. – dez. 2013.pp.25-6.

<sup>167</sup> *A Vanguarda*, dia 06 de Julho de 1942, p.1.

<sup>168</sup> *A Folha do Norte*, dia 15 de Julho de 1942, pp. 1 – 2.

<sup>169</sup> MENEZES NETO, 2013, Op. Cit..pp.25-6.

Os espaços tomados pelas pessoas eram utilizados para as mais diversas manifestações contra as nações totalitárias, aos integralistas e todos aqueles que representavam algum



**Imagem 4.** Jornal *Folha do Norte*. 15 de Julho de 1942, p.1

resquíio do seu pensamento em terras paraenses. Pelos manifestos eram levadas bandeiras, caricaturas e também carregavam cartazes com dizeres favoráveis a causa nacional. Exemplo disso pode ser visto na imagem abaixo:

Inúmeros cartazes, placas, faixas são levantadas nas ruas onde os manifestantes demonstravam a insatisfação e discordância em relação ao ideal autoritário das nações do eixo. A fotografia faz referência ao que em 14 de Julho de 1942 foi propagandeado como o “Grande Cortejo de Protesto: A Sanguinária Pirataria Eixista e as abomináveis maquinações da Quinta Coluna, mesclada, infelizmente, de brasileiros indignos da Pátria em que Nasceram”<sup>170</sup>. Evidenciava-se a crítica contra a suposta atuação de uma Quinta-Coluna no Pará e a insatisfação com parte da população que concordava com o sistema totalitário nazista. Diversos foram os grupos que integraram as manifestações. Com apoio sindicatos e associações, estabelecimentos divulgavam através dos jornais o seu apoio e sua participação<sup>171</sup>.

<sup>170</sup> *Folha do Norte*, 14 de Julho de 1942. pp.1-4

<sup>171</sup> *Idem*. p.26

Na imagem acima, observa-se ao fundo um extenso cartaz que evidencia os lados opostos em que se encontram a paz, a liberdade e Hitler - cujos ideais mostram-se bem distantes destes. As acusações incidiam contra a promoção do Regime Totalitário em que se instituiu uma sociedade de deveres para com o Estado, promovendo o solapar das liberdades individuais e, tal como escreveu Eric Hobsbawm: “a pergunta sobre quem ou o que causou a segunda guerra mundial pode ser resumida em duas palavras: Adolf Hitler”<sup>172</sup>.

Mais ao fundo é possível ver as caricaturas de cada um dos líderes dos países de pensamento autoritário. À Esquerda, Benito Mussolini, da Itália, ao centro Adolf Hitler representando a Alemanha e à direita Hirohito, do Japão. Estes líderes foram caracterizados pela população paraense que via nessa atitude uma forma de ridicularizar e diminuir o poderio que representavam essas figuras em meio ao maior conflito bélico da história.

Ainda na fotografia, à frente, um cartaz em que se observa a inscrição evidenciada 5ª Coluna. Escrevia-se na *Folha Vespertina* pouco antes dos manifestantes tomarem conta das ruas de Belém: “os moços se preocupam com uma consolidação inexpugnável da retaguarda (...). Essa tarefa tem que se iniciar contra a Quinta-Coluna, o inimigo interno e famigerado que está pronto para colaborar com os inimigos”<sup>173</sup>.

Em meio a uma manifestação importante na época, a lembrança de um possível inimigo íntimo não poderia ser esquecida. É importante salientar que a presença de integralistas identificados era mal vista e denunciada pelos populares, tal como, também hostilizados os filhos dos países com os quais o Brasil havia entrado em estado de beligerância. Caso não participassem, os nacionais eram visto como maus patriotas, traidores da pátria.

Apesar das dificuldades de comunicação impostas ao estado devido os acontecimentos da guerra, a população paraense não estava desorientada tampouco desinformada, a sensação de guerra já havia chegado efetivamente por terras paraenses. Mesmo com o relativo isolamento geográfico devido às poucas rotas que o ligavam estado ao centro-sul do país, em terras amazônicas, as notícias chegavam de outras capitais e seriam propaladas principalmente através dos jornais e rádios. Para tanto, nesse contexto é que incluo esse item do capítulo. Viso investigar as ações promovidas em função da representação do outro, a busca por reprimir aquele que representava um elemento nocivo.

A Legislação apontava para o caminho do cerceamento total das ações contra possíveis suspeitos, qualquer um que tivesse, por ventura, aportado em terras paraenses e aí ter

<sup>172</sup> HOBBSAWM, Eric. Op. Cit. p.43.

<sup>173</sup> *Folha Vespertina*, dia 08 de Julho de 1942.p. 4

resolvido traçar seu plano de vida. Podemos perceber a atuação do Estado desde os primeiros instantes pós quebra de laços diplomáticos.

Em 28 de Janeiro ocorria o fim das relações entre Brasil e Alemanha, Itália e Japão. As manhãs seguintes trariam novos fatos, notícias eram ensejadas. Esperava-se mais do Estado brasileiro. Não demorou muito e dois dias findo ocorrido, no *Folha do Norte* era noticiada a possível “Consequência do rompimento de relações diplomáticas do Brasil com as potências do Eixo”<sup>174</sup>. O Jornal enumera uma série de medidas de austeridade tomadas pelo governo brasileiro a fim de cercear o campo de atuação dos estrangeiros oriundos desses países. Desta feita, noticia que “Os consulados da Alemanha, Itália e Japão, desde ontem, estão guardados, severamente, pela polícia, não sendo permitida a entrada e saída de pessoa alguma, com exceção dos funcionários”<sup>175</sup>.

A partir de então, há uma entrada efetiva do Brasil na guerra, e como corolário, do Pará. Tem início um processo de punição contra alemães, japoneses ou italianos. Exemplo disso é o Decreto-Lei nº 4.166 de março de 1942, que constitui a obrigatoriedade de responder aos cidadãos brasileiros residentes no país pelos prejuízos causados aos bens e direitos do Estado que “resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália,”<sup>176</sup> ou melhor, praticamente um imposto adicional aos “súditos do eixo” que possuem moradia no Brasil.

Como pode ser percebido através do que fora escrito neste capítulo, por mais que não seja uma missão das mais fáceis comprovar a real existência dos espões do Eixo em Belém, o quintacolonismo se mostrou presente e atuante nos discursos e imaginário da época. Pode-se percebê-lo seja na voz das autoridades locais ou população. Os olhos do Estado brasileiro deveriam, então, estar abertos e atentos a cada passo dados pelos membros da quinta-coluna. Para isso, criou uma série de maneiras para enfatizar e apresentar o inimigo à população. Serão utilizadas as mais diversas mídias tal como o cinema, o rádio ou os jornais.

---

<sup>174</sup> *Folha do Norte*, 30 de Janeiro de 1942, p.3.

<sup>175</sup> Idem

<sup>176</sup> BRASIL, Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de Março de 1942.

## Capítulo 3

### Coisas da Quinta-Coluna

Desde a chegada de Vargas ao poder, buscou-se atenuar as liberdades propostas pelo federalismo e intencionou ampliar o poder de uma centralização administrativa. Como já fora visto, no plano administrativo, flertava com ideais fascistas que valorizavam um estado forte e controlador das ações da sociedade. Seu interesse estava em ter a Federação como o epicentro do controle nacional brasileiro. Fosse o aspecto econômico, político, educacional ou cultural seriam de interesse do governo.

No ano de 1937, Vargas em conjunto com seus partidários dão um golpe de Estado instaurando o que ficou conhecido como o período do Estado Novo. O Brasil passou a viver uma verdadeira Ditadura no país. Diversos órgãos foram criados, inimigos reprimidos e a censura amplamente utilizada. O momento em que a guerra irá estourar se circunscreve ainda no período estadonovista, por isso, muitas das suas características podem ser percebidas durante a Segunda Guerra Mundial.

No plano da política cultural, visava criar no Brasil os contornos de uma cultura nacional. Seu interesse estava em construir um país que conhecesse a si mesmo, que conhecesse sua história. Sua ênfase em elaborar uma política cultural financiada e administrada pelo próprio Estado. Em alguns casos, como o do cinema, por exemplo, o Estado não os administrou, mas, pôde controla-los com mecanismos estatais. Para compreender tais ações, concordo com Lia Calabre quando analisa que política cultural deve ser pensada como “um conjunto de ações elaboradas e implementadas de maneira articulada pelos poderes públicos, pelas instituições civis, pelas entidades privadas, pelos grupos comunitários (...), visando satisfazer as necessidades culturais do conjunto da população”<sup>177</sup>.

Dessa forma, a cultura deixa de ser única e exclusivamente papel do Estado e abre espaço, inevitavelmente, a expressões autônomas através de iniciativas próprias. É bem verdade que, neste momento, o Estado se fará presente na regulação, fiscalização e até mesmo financiamento de diversos setores da mídia e artísticos. Olhando para dentro, intenciono, neste capítulo, enfatizar, principalmente, duas formas de expressões artísticas que tiveram grande relevância no período da guerra como a literatura de cordel e a peça de teatro “Coisas da

---

<sup>177</sup> CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 12.

Quinta-Coluna”. Sem perder de vista a importância do rádio e do cinema no contexto nacional e local daquele momento.

Meu interesse neste capítulo é demonstrar como os meios midiáticos e das artes foram propositalmente (ou não) utilizados para reproduzir a representação da chamada Quinta-Coluna, durante a Segunda Guerra Mundial, no estado do Pará. Sem perder de vista a realidade vivenciada de uma guerra com proporções mundiais, o afloramento do sentimento patriótico, e uma política cultural autoritária do governo estadonovista com sua representação no Estado do Pará por meio da Interventoria Federal.

Os jornais paraenses, mais uma vez, foram fundamentais para a construção do capítulo. Eles fornecem informações preciosas da propaganda, dos horários e a programação dos rádios e das películas nos cinemas. Além disso, através da sua linha editorial expõe sua posição contribuindo para a formação de opiniões dos seus leitores. Por meio de um cruzamento de fontes, fiz uso da chamada literatura de Cordel, do poeta paraense Lindolfo Mesquita, conhecido como Zé Vicente. Somado a isso, a peça teatral *Coisas da Quinta-Coluna* que terá uma interessante repercussão e diversas apresentações na capital paraense, iniciando em um pequeno teatro como o Odeon até fazer referenciadas apresentações no Teatro da Paz, o maior da cidade.

Durante o Estado Novo, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda. Este órgão centralizou ações e a administração de controle dos meios culturais do país. “Do oral ao escrito; do visual ao sonoro; das grandes cerimônias públicas às restritas às hostes do interior do poder (...), o intuito desse aparato de poder seria o de nada deixar escapar à coordenação e ao controle do Estado”, aponta a historiadora Eliana Dutra<sup>178</sup>. A fim de que seus braços tivessem longo alcance o organizou em 5 divisões: Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa.

Para que o controle fosse feito de maneira mais eficiente cada estado possuía um departamento local. No Pará, a filial somente seria criada em 1941. Para o cargo fora nomeado Arnaldo Valente Lobo, que se retirou do cargo após ser nomeado desembargador do estado, assumindo o poeta e jornalista Lindolfo Mesquita. Atrélado Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado o Serviço de Publicidade Propaganda da prefeitura de Belém (SPP). Este órgão tinha a incumbência divulgar o que serviria de incentivo à opinião

---

<sup>178</sup> DUTRA, Eliana. Cultura. IN: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **História do Brasil Nação: 1808 – 2010. Vol. 4.** Olhando para dentro 1930 – 1964. Objetiva: Rio de Janeiro, 2013, p.256.

pública, explicar a rememorar fatos históricos nacionais e, além disso, aconselhar a população moldando-a dentro de um estilo de vida ideal<sup>179</sup>.

Apesar de o DIP ter sido instituído somente em 1941, antes mesmo, já existiam medidas governamentais que miravam o cerceamento da população. Por exemplo, em 18 de Outubro de 1939 uma portaria lançada pelo governo passou a proibir a realização de reuniões em lugares fechados. Para que ocorressem sem represálias ou proibição, era necessária uma licença prévia da Chefia de Polícia que ficava responsável por avaliar a conveniência ou não de sua ocorrência. Na época era hábito publicar em jornais o convite para festejos, reuniões, homenagens etc. Contudo, somente era permitido lançar na imprensa após a liberação da polícia<sup>180</sup>.

O momento da Segunda Guerra Mundial, circunscrito na vigência do Estado Novo, foi facilitador para a construção do ideal ditatorial Vargasista. Através de uma política do medo, ao mesmo tempo em que construía a imagem de herói nacional, a imprensa foi de fundamental importância para reproduzir quem eram os inimigos do Brasil. Através do apelo emocional, provocou um “aquecimento de sensibilidades”. Para Maria Helena Capelato, os meios de comunicação tem papel fundamental nisto, mas os sinais emotivos podem também ser captados e intensificados através da literatura, teatro, pintura, arquitetura, ritos, festas, comemorações, manifestações cívicas e esportivas. Todos os elementos citados podem ser combinados de diversas maneiras provocando diferentes apropriações que, por sua vez, gerará resultados diversos<sup>181</sup>.

E são esses outros instrumentos aos quais me apoio neste capítulo para dissertar acerca do uso das mídias e das artes para contribuir na construção do inimigo brasileiro, o Quintacoluna. O Rádio, por exemplo, foi fartamente utilizado para criar uma imagem do inimigo a ser batido ou personagens que representariam um perigo a sociedade brasileira. “Este é o nosso inimigo!” foi um programa transmitido pela Rádio Clube do Pará no ano de 1943. Iniciava às vinte horas e trinta minutos. Conforme dizia, eram “30 minutos de verdades cruéis”. Em seguida, o convite: “Ouça este empolgante programa para conhecer melhor o inimigo que estamos combatendo”<sup>182</sup>. A propaganda no jornal tentava atrair os leitores a se

---

<sup>179</sup> COSTA, João Eduardo Bonatto. **Censura, repressão e propaganda: O Estado Novo no Pará**. Monografia. UFPA. Belém, 2009, p. 15.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>181</sup> CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. IN: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Ed. FGV, 1999, p.168.

<sup>182</sup> *Folha Vespertina*, 03 de Setembro de 1943.p.3



tomarem ouvintes da Rádio para conhecerem um pouco mais acerca dos perigos que corriam naquele momento.

A Rádio Clube do Pará, a PRC-5, se constituiu como a única rádio paraense existente no período da guerra. Foi criada em 22 de Abril de 1928, no entanto, sua primeira transmissão só ocorreu no ano seguinte, em sete de Setembro de 1929, por meio do primeiro poste transmissor de *broadcasting* com ondas sonoras de 310 metros. Os líderes que integravam o grupo de fundação eram o advogado Roberto Camelier, o telegrafista Pio dos Santos e o Jornalista e colunista social, Edgar Proença. A tecnologia existente na capital paraense dificultava as inovações oriundas do rádio, por isso, a fundação da PRC – 5 somente foi possível em função do contato dos paraenses com informações e técnicas de outras regiões do país e também de fora das fronteiras nacionais, como a tecnologia norte-americana e europeia<sup>183</sup>.

Desde o seu início houve muita dificuldade para manter e pôr em funcionamento os transmissores. Segundo Érito Vânio de Oliveira, “Era comum na primeira década do rádio paraense, a emissora passar, em diversas ocasiões, semanas e mesmo meses, sem funcionar”.<sup>184</sup> Desde o baixo orçamento até o fato de Belém estar distante dos grandes centros e, portanto, possuindo grandes dificuldades em dispor de peças, equipamentos e técnicos para a radiodifusão. Mesmo com todos os problemas, Roberto Camelier e os demais diretores possuíam o interesse em expandir as ondas da rádio para regiões mais distantes. Nesse sentido, o interventor federal do Pará, Magalhães Barata, aproxima-se a emissora com o intuito de produzir uma propaganda política “moderna” para os moradores da capital paraense<sup>185</sup>.

A política baratista foi de fundamental importância para o desenvolvimento do Rádio no Pará. Aliado ao interesse de popularizar cada vez mais sua imagem, em seu projeto continha a ideia de integrar o interior à capital. Tal preocupação será materializada através da abertura e construção de estradas, presença e fiscalização pessoalmente das obras públicas e visitas rotineiras como interventor aos municípios do interior paraense.

No ano de 1933, o então presidente da emissora, Victor Engalhard, apresentou ao interventor um projeto que representava a extensão da rádio para outras regiões do estado. O projeto seria uma parceria entre a emissora e a interventoria. Nele, o estado ficava

<sup>183</sup> OLIVEIRA, Érito Vânio de. **Modernidade e integração na Amazônia *intelligentsia* e *broadcasting* no entre guerra, 1923 – 1937**. Dissertação. Ufpa. Belém, 2011, pp. 20 - 23.

<sup>184</sup> OLIVEIRA, Érito Vânio de. **Vozes e Ritmos da planície: produção e reprodução cultural na radiodifusão da Amazônia (1928 – 1945)**. Monografia. Ufpa. Belém, 2008, p. 7

<sup>185</sup> OLIVEIRA, 2011. Op. Cit. pp.131 – 132.

encarregado de subsidiar a aquisição de peças e equipamentos assumindo a responsabilidade de garantir a licença para que a Radio Clube utilizasse a radiodifusão do estado como serviço público. Como contrapartida, a emissora se responsabilizava pela execução através do comando da direção, manutenção financeira e responsabilidade pelo funcionamento das estações<sup>186</sup>.

Ao longo da década de 1930, os equipamentos foram chegando a cidades cada vez mais distantes e longínquas da capital. Foram sendo disseminados aparelhos transmissores além dos receptores alto-falantes que reproduziam a programação. Tal processo contribuiu para a popularização do rádio, assim como da própria PRC-5.

Na década seguinte, durante a Segunda Guerra, surgem programas no rádio que irão contribuir para o conhecimento e o acompanhamento da população sobre o grande conflito beligerante mundial. Os jornais noticiavam a programação. O horário das 21 horas e 30 minutos eram reservados às notícias de guerra.

A regra era que em todos os dias da semana, de Segunda à Sexta-Feira, as pessoas poderiam ouvir as notícias referentes aos últimos acontecimentos da guerra. A Rádio Clube possuía o programa “A Marcha da Guerra”. A propaganda prometia dar informações de todos os fronts de batalha, fosse ele aéreo, marítimo, terrestre político ou econômico. Para tornar-se ainda mais atrativo, e dar credibilidade ao discurso do programa, contava com “os comentários de técnicos militares brasileiros e autoridades em política e economia”<sup>187</sup>.

Se no ano de 1943, quando ainda havia indefinições quanto ao resultado da guerra, o programa chamava-se “A Marcha da guerra”, no ano seguinte quando a vitória dos países Aliados já começava a se desenhar, o programa ganha a alcunha de “A Marcha para a Vitória”. Nos dizeres do jornal, “é o registro diário dessa caminhada heroica dos libertadores!”. A apresentação ficaria a cargo de Danton Jobin e contava ainda com os “convidados ilustres”<sup>188</sup>.

A rádio paraense não foi a única a fazer isso. No Rio de Janeiro, a Rádio Nacional, através da reprodução das chamadas radionovelas, visavam retratar de maneira fictícia o cotidiano da população durante a guerra buscando através da trama criar uma proximidade com a vida das pessoas, causar assim uma identificação da população com os programas. Nestes, a guerra, enquanto parte do real e vivido naquele momento, pode ser percebida no contexto das tramas. As novelas *A Conquista do Sertão*, de Rui do Amaral em determinados

---

<sup>186</sup> Ibidem, p.134

<sup>187</sup> *O Estado do Pará*, 23 de Junho de 1943, p.3.

<sup>188</sup> *O Estado do Pará*, 21 de Novembro de 1944. p.3.

momentos retratava a luta da humanidade pela democracia. Em *Um fantasma de mulher*, Pedro Anísio buscava traçar linhas onde Nazismo e Fascismo eram desenhados como inimigos que deveriam ser perseguidos. Já Em *Uma canção e três destinos*, de Raymundo Lopes, a guerra fazia-se presente e o ouvinte tinha contato com o que estava ocorrendo<sup>189</sup>.

Programa que surgiu no estado do Pará foi “O Misterioso!”. Já que o inimigo do Brasil era alardeado das mais diversas maneiras pelos mais variados meios, era necessário fazer surgir o defensor da Nação. Afinal, “Quem é ‘O Misterioso’? Ninguém sabe... Mas o certo é que ‘O Misterioso’ está em toda parte, dando combate aos inimigos das Américas”<sup>190</sup>. Se no Brasil, a rádio criava o herói misterioso, nos Estados Unidos, os estúdios de animação estavam funcionando a todo vapor criando estereótipos para os inimigos e, claro, elucidar o papel norte-americano no contexto global. Surge a figura do defensor da pátria estadunidense, o Capitão América. Caracterizado com a roupa azul e detalhes em branco e vermelho, seu uniforme se assemelhava a bandeira norte-americana. Se o herói era um americano, o contraventor, um nazista, o Caveira Vermelha. Caracterizado de maneira horrenda e usando um uniforme com o símbolo da suástica no centro, representava tudo aquilo que deveria ser extinto.

O Cinema, aliás, foi meio muito utilizado para criar fantasias e contribuir para a reprodução da imagem dos inimigos brasileiros. Muitos filmes reproduzidos no Pará apresentavam uma verdadeira ofensiva contra as forças nazistas. Ao mesmo tempo em que a cultura e ideias norte-americanas invadiam o território brasileiro, era interesse de o governo se beneficiar com a produção fílmica dos Estados Unidos e preconizar a diferença e o repúdio ao totalitarismo. A produção fílmica atuará de maneira importante no combate, principalmente, ao nazismo alemão.

O cinema no Pará surgiu em fins do século XIX, apesar de até hoje ainda ser difícil datar das primeiras produções fílmicas, ou ainda, qual a primeira película que foi reproduzida no estado. Mas, o que se especula e segundo o cinéfilo, Pedro Veriano, é quase certo, que fôra o italiano Nicola Parente, no ano de 1897, o pioneiro na reprodução de filmes em Belém quando utilizou o cinematographo dos irmãos Luitmer<sup>191</sup>.

Com o tempo, o cinema foi ganhando espaço na capital paraense. Para se ter uma ideia, no ano de 1912, foi inaugurado aquele que representou o maior cinema do estado até

<sup>189</sup> AZEVEDO, Lia Calabre de. **Na sintonia do tempo**: uma leitura do cotidiano através da produção ficcional radiofônica (1940 – 1946). Dissertação. UFF. Niterói. 1996.

<sup>190</sup> *Folha Vespertina*, 06 de Dezembro de 1943, p.3

<sup>191</sup> VERIANO, Pedro. **Cinema no Tucupí**. Belém: Secult, 1999, p.11.

aquele momento, o Cinema Olympia. Caracterizado como espaço de grande suntuosidade e construído visando o conforto de seus clientes, o ambiente era composto de 400 poltronas, boa iluminação, bons ventiladores já que a época não existia ainda o ar condicionado, uma sala de espera e uma orquestra. Nesse momento, junto com o Olympia, existiam outras onze salas na capital, somando-se um total de doze salas que reproduziam a produção fílmica<sup>192</sup>.

Durante a década de 1920, apesar da crise provocada pelo fim do ímpeto produtivo da economia gomífera, o cinema irá continuar se expandindo na capital do Pará. Houve um acentuado crescimento em relação a década anterior. A historiadora Eva Dayna Carneiro relata que na Belém de fins da década de 1920 e entrando pela década de 1930, somente nos bairros centrais é possível contar pelo menos a existência de vinte e quatro cinemas. Contudo, ela admite a possibilidade deste número tornar-se mais elevado se levar em consideração áreas mais periféricas, Contudo, não teve acesso a essas áreas devido dificuldades no momento da pesquisa<sup>193</sup>.

Já na década de 1930 é possível perceber a institucionalização da política cultural voltada para a cinematografia. Esta, durante o governo de Vargas, teve uma atenção especial. O serviço da censura cinematográfica que anteriormente era promovido pelos governos locais, foi nacionalizado por meio do Decreto nº 21.240 de 04 de Abril de 1932 e, junto com ele, criada uma taxa voltada para a educação popular. O cinema assim aparecia agora com uma função educativa. O governo oferecia incentivos aos empresários da indústria e do comércio do cinema – como favores fiscais e facilitação para importar matéria-prima -, contudo, existia a contrapartida relacionada ao campo educacional. Neste caso, os filmes deveriam trazer instruções gerais, especialmente para aqueles que fossem analfabetos. Exemplo dessa associação entre o cinema e o caráter pedagógico aparece quando as salas somente poderiam exibir os filmes com certificado do Ministério da Educação<sup>194</sup>.

As políticas do governo Vargas para o cinema podem ser divididas em três grupos: cinema educativo; regulamentação – que acabou estimulando a produção na iniciativa privada; doutrinação político – por meio dos chamados cinejornais oficiais do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e do Departamento de Imprensa e Propaganda<sup>195</sup>. A produção cinematográfica Varguista possuiu um grande interesse em seu

<sup>192</sup>PETIT, Pere. Filmes, Cinemas e Documentários no fim da *Belle Époque* no Pará (1911 – 1914). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH. São Paulo. 2011, p. 5.

<sup>193</sup> CARNEIRO, Eva Dayna. **Belém entre filmes e fitas**: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais no anos de 1920. Dissertação. UFPA. Belém, 2011, pp. 38 – 43.

<sup>194</sup> CALABRE, Lia. 2009. Op. Cit. pp. 26 -7

<sup>195</sup> SIMIS *Apud* CALABRE, Lia. 2009. Op. Cit. p. 30

atrelamento ao campo educacional. Na visão do governante, o cinema contribuiria para a instrução da população. Apesar disso aos poucos e, principalmente, após a formação do Departamento de Imprensa e Propaganda a preocupação com o caráter pedagógico da sétima arte cedeu lugar a propaganda política. Segundo conta Anita Simis: “com o DIP (...), a política cinematográfica separou-se da esfera educativa e canalizou as reivindicações corporativas para o Conselho Nacional de Cinematografia”<sup>196</sup>.

Na primeira metade da década de 1940, o cinema brasileiro vive dois momentos. Um antes do fim dos laços diplomáticos brasileiros com os países do eixo e outro quando há, de fato, o rompimento da aliança com os países totalitários. Quando o Brasil vivia os anos de “neutralidade”, isso implica dizer, no período inicial da guerra, o Departamento de Imprensa e Propaganda censurou a cinematografia hollywoodiana que viesse a propagandear uma política anti-nazista. Dessa forma, foram permitidos apenas a filmes de teor militar nacionalista e os cinejornais sobre atualidades a serem veiculados nos cinemas<sup>197</sup>.

No Pará, durante os anos da guerra, a *Cinematographica Paraense AS* (antiga Teixeira & Martins) – dona dos cinemas Olímpia, Iracema, Guarani, Íris, São João, Popular e o poeira – e a Cardoso & Lopes – dona dos cinemas Moderno, Independência, Universal e Rex – eram as empresas que dominavam o circuito da cinematografia paraense. No final da década de 1930, percebe-se uma queda no número das salas utilizadas para a reprodução das películas, para uma população de aproximadamente 206 mil habitantes existiam onze salas espalhadas por alguns bairros da capital<sup>198</sup>.

Após a neutralidade, a escolha de um lado na guerra definiu uma nova posição do Brasil na conjuntura cinematográfica nacional. A partir de então, intensificava o processo da política da boa vizinhança com os Estados Unidos. Os norte-americanos ampliaram de maneira significativa sua influencia. Maria Celina D’Araújo nos revela que não havia tanto interesse de se alinhar aos norte-americanos e os acordos feitos entre as duas nações não implicavam necessariamente numa vontade brasileira, mas sim, numa coerção dos Estados Unidos<sup>199</sup>. Apesar disso, na prática, o que se percebe é uma forte atuação dos ianques. Bases militares foram criadas em Belém, Natal e em Recife, lugares estratégicos para a proteção do território americano. O apertar das mãos definiu ainda os chamados Acordos de

<sup>196</sup> SIMIS, Anita. Cinema e Cineastas em tempo de Getúlio Vargas. *Revista de Sociologia e Política*. Nº 9. 1997.

<sup>197</sup> SILVA, Allan Pinheiro da. **Cotidiano e Guerra nos cinemas de Belém (1939 – 1945)**. Dissertação. PUC. São Paulo, 2009, p.92.

<sup>198</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>199</sup> D’ARAÚJO, Op. Cit. p.48.

Washington<sup>200</sup> que permitiram aos Estados Unidos explorar borracha amazônica. Num plano cultural, houve uma verdadeira avalanche estadunidense, desde revistas e propagandas até os produtos para o consumo dos brasileiros<sup>201</sup>.

Personagem criado nesse momento para promover a aproximação entre as duas nações, Zé Carioca, dos estúdios Disney, visava homenagear e, ao mesmo passo, lançar luz sobre o Brasil, um país desconhecido aos olhos norte-americanos. Para apresentá-lo foi lançado o filme *Alô, Amigos*. Nele, José Carioca (Zé Carioca) é apresentado como o “mais novo amigo de Donald”. O pássaro brasileiro foi caracterizado como o “malandro simpático e cordial, a síntese do ‘espírito brasileiro’”. Esse desenho traçava as características atribuídas que faziam representar a imagem brasileira do país em terras estrangeiras. Segundo Sidney Leite, era um tipo que resumia “o olhar americano sobre seus vizinhos latinos, sem a intenção de observar diferenças culturais, mas comprometido em reduzir e classificar, estratégias para submeter o desconhecido à condição de inferior”<sup>202</sup>.

Apesar da crítica que pode ser feita a criação do carismático papagaio, sua criação parecia seguir a cartilha do Estado e do Departamento de Imprensa e Propaganda. No filme é evidenciado o tom nacionalista da cultura brasileira através do “molejo” da baiana ou quando ambientada a música de Ari Barroso, *Aquarela do Brasil*. Música essa que serviu para o propagandeamento do Estado Novo<sup>203</sup>. Em Belém, o filme será notícia antes mesmo de sua chegada ao cinema. O jornal *Folha Vespertina* apresentava o personagem criado pelos estúdios Disney para homenagear o Brasil: “Este é Zé Carioca: o papagaio brasileiro! ... A figura principal do grande filme de Walt Disney”<sup>204</sup>. A imagem em preto e branco de um carismático pássaro servia como atrativo a fim de aguçar o interesse dos telespectadores

<sup>200</sup> Cf. BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco – antes e além – depois**. Manaus: Umberto Campos, 1977.

<sup>201</sup> Cf. MESQUITA, Silvana de Queiroz Nery. **A Política cultural norte-americana no Brasil: o caso do OCIAA e o papel das *Seleções Reader's Digest* 1940 - 1946**. Dissertação. UERJ: Rio de Janeiro, 2002; ver também: MONTEIRO, Érica Gomes Daniel. *A Guerra como slogan: visualizando o Adversiting Project na propaganda Comercial da revista Seleções do Reader's Digest (1942 – 1945)*. *Tempos Históricos*: Volume 14, 2010, pp. 154 – 173.

<sup>202</sup> LEITE, Sidney Ferreira. Um Pouco de Malandragem: A visita de Walt Disney ao Brasil com o intuito de expandir e consolidar a política de boa vizinhança americana daria origem ao Zé Carioca e a um amplo leque de influências culturais e políticas. *Revista História Viva*. Ed. Abril. 2006; Ver também: artigo em que Seth Garfield faz referência à pesquisa ocorrida no final dos anos 1940 produzida pelo *Office of Public Opinion*. Nela, os entrevistados deveriam escolher entre dezenove adjetivos aqueles que melhor descreveriam *todos* os habitantes das Américas Central e do Sul. Segundo conta o autor, entre 40 e 50% dos entrevistados, os termos mais escolhidos foram: “destemperados”, “emocionais”, “supersticiosos”, “atrasados”, “preguiçosos”, “ignorantes” e “suspeitos”, enquanto isso, apenas 5% escolheram “eficientes”. IN: GARFIELD, Seth. *A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 29 nº 57, 2009. p.34

<sup>203</sup> ZAGNI, Rodrigo Medina. “Imagens Projetadas do Império”: O cinema Hollywoodiano e a Construção de uma Identidade Americana para a Política da Boa Vizinhança. *Cadernos PROLAM/USP*. 2008. p. 80.

<sup>204</sup> *Folha Vespertina*, 12 de Setembro de 1943, p.4.

paraenses. E para torna-lo ainda mais interessante e despertar a curiosidade do público, o aviso de que o filme era “colorido” anunciava o diferencial em tempos em que predominava o cinema em preto e branco na capital paraense.

Tão importante quanto mostrar os aliados, era apresentar ao público o inimigo e a forma como agiam. Por isso, enquanto *Alô, amigos!* Servia para enfatizar as relações diplomáticas de amizade e cordialidade na aproximação do Brasil com os Estados Unidos, outros filmes foram utilizados para a ênfase na construção da imagem do inimigo. Neste contexto se enquadra “O primeiro filme anti-nazista nas telas do Brasil”, *Tempestade D’alma*. O jornal *Folha do Norte* apresenta a película como “um filme estupendo que mostra as misérias incríveis do regime de Hitler”. Dentro das pretensões daqueles que trouxeram o filme para os cinemas brasileiros se enquadra a necessidade de uma propaganda intensa contra “o regime de escravidão total” a fim de “mostrar aqueles que, na sombra, lhe batem palmas, a verdade que encerra, com todo o seu cortejo de misérias, de aniquilamento e de morte”<sup>205</sup>.

Mas, esse não foi o único filme a ser levado aos cinemas locais que reforçavam o que representava o mal totalitário. Uma película de grande repercussão mundial, *O Grande Ditador*, chegou às telas paraenses no ano de 1943. “Hoje! no Olimpia e Iracema: Somente os 5ª Colunas não gostarão!”<sup>206</sup>. O filme estreava no maior cinema da capital. Esperava-se um grande público, até mesmo por se tratar do já consagrado ator e produtor de Hollywood, Charles Chaplin. Mais importante ainda, para este autor, é perceber que os elementos taxados como inimigos brasileiros, os quintacolonistas não foram esquecidos. Sempre que possível, era importante lembrar a existência desses personagens que, por mais que se pudesse colocar em dúvida a sua presença no Pará, possuíam uma representação por várias vezes ratificada e de diferentes maneiras.

---

<sup>205</sup> *Folha do Norte*, 28 de Junho de 1942, p.2.

<sup>206</sup> *Folha Vespertina*, 26 de Março de 1943, p.2

**HOJE! NO OLÍMPIA E IRACEMA**

Só os 5ª colonas é que não gostarão!

Os bilhetes, para a estréia d'"O Grande Ditador", estarão à venda, hoje, até às 5 hs, na "Casa Concórdia" ..

Carlitos, o comico favorito das multidões, contra Hitler, o maior inimigo da humanidade.

A maior sátira que já se fez às forças ditatoriais do "pazi-fascismo"



**CHARLES CHAPLIN**  
—EM—  
**O GRANDE DITADOR**  
"THE GREAT DITATOR"

Imagem 5. Folha Vespertina, 26 de Março de 1943, p.2



Segundo Allan Pinheiro, diversos filmes antinazistas permaneceram por um bom tempo nos cinemas. Contudo, não foram os únicos. Mesmo aqueles filmes de menor repercussão midiática com autores menos reconhecidos também tiveram um papel importante na divulgação dos ideais democráticos e propagandeando o inimigo nazi-fascista<sup>207</sup>.

Por fim, os filmes Hollywoodianos não divulgaram somente os alemães. Italianos e japoneses, como também representavam o inimigo da democracia e das liberdades civis, não foram esquecidos na produção fílmica ianque. Apesar da produção fílmica anti-italiana e anti-japonesa não ter sido tão intensa, ainda sim, foi possível perceber uma imagem dos dois sendo construída através dos filmes. O italiano foi retratado como o elo mais fraco entre os países do Eixo. Quando apareceu em películas de *Hollywood*, foi caracterizado de forma caricata através da comédia – A exemplo disso, o personagem Benzino Napoloni (referência a Benito Mussolini), em *O Grande Ditador*. Ao mesmo tempo em que o *Serviço de Informação de Guerra* norte-americano definia um manual para os filmes produzidos nos Estados Unidos caracterizarem os japoneses como “baixinhos, dentuços e traiçoeiros”<sup>208</sup>. *Wake Island* ou como chegou às telas brasileiras, inclusive a Belém<sup>209</sup>, com o sugestivo nome *Nossos mortos serão vingados*, é um filme que conta a história de *Pearl Harbor* pelo olhar americano. Nele é possível notar o estereotipado caráter de infame criado sobre os nipônicos<sup>210</sup>.

Mas o cinema e o rádio não foram os únicos meios utilizados para reproduzir a representação da Quinta-Coluna e os inimigos do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Outras formas de produção cultural no Estado foram utilizadas para representar os quintacolonistas. A literatura de cordel, tal como, o teatro também tiveram um papel fundamental - principalmente no ano de 1942, pouco após o fim dos laços diplomáticos com as nações do Eixo - para a construção de uma imagem acerca daqueles que representavam um perigo iminente aos brasileiros.

### 3.1 - Alemães, Japoneses e Italianos: a construção do inimigo em versos

Mas, afinal, o que a literatura de Cordel tem a ver com a Segunda Guerra Mundial? A Resposta é simples. Os folhetos se relacionam de maneira direta com os acontecimentos do conflito contando-os e entoando em seus versos as vicissitudes da guerra. A literatura quando

<sup>207</sup> PINHEIRO, Alan. Op. Cit. p. 97

<sup>208</sup> PEREIRA, Wagner Pinheiro. **O Poder das Imagens: cinema e política nos governos de Adolf Hitler e de Franklin D. Roosevelt (1933 – 1945)**. São Paulo: Alameda, 2012, pp.522 – 543.

<sup>209</sup> PINHEIRO, Alan. Op. Cit. p. 107

<sup>210</sup> PEREIRA, Wagner. Op. Cit. 542 - 3

tomada como fonte histórica não representa a realidade em si, contudo, por muitas vezes, contribui para a construção de uma visão da realidade. Não é a toa que para ilustrar esse momento a editora Guajarina, a principal editora da poesia de cordel naquele período, cria uma coleção em doze títulos para contar a história da Segunda Guerra Mundial através dos folhetos de Cordel.

Tais folhetos devem, assim, ser encarados como uma construção feita a partir de determinado contexto histórico e, por meio deste, constroem representações de uma dada realidade. No presente capítulo, utilizarei uma poesia de Lindolfo Mesquita, o Zé Vicente, para mostrar como partindo dos versos entoados pelo poeta é possível compreender a imagem criada sobre alemães, italianos e japoneses, ou seja, aqueles que ficaram conhecidos como os súditos do Eixo e foram acusados de quintacolonismo.

Após reunião de chanceleres no Rio de Janeiro, é definido o fim das relações diplomáticas entre Brasil e outras nações americanas com os países que formavam o Bloco do Eixo. Esse rompimento foi fortemente influenciado pelo ataque japonês a Base Naval de *Pearl Harbor*, nos Estados Unidos, ocorrido em dezembro do ano anterior. O Estado norte-americano que já havia declarado guerra aos países do eixo pressiona as nações americanas para que façam o mesmo. É nesse contexto que é produzido o cordel *O Brasil Rompeu com eles*, tomado como pontapé inicial da análise proposta aqui.

Neste capítulo, as fontes utilizadas são o cordel *O Brasil Rompeu com eles*, de Zé Vicente, os jornais da época (O Estado do Pará, Folha Vespertina, Folha do Norte e A Vanguarda), um artigo da Revista *A Semana* e documentos oficiais. Busco compreender como é possível perceber através da literatura a imagem criada acerca de alemães, japoneses e italianos. Estes foram muitas vezes foram taxados de espiões a serviço dos países do eixo e que figuraram enquanto quintacolonistas, ou ainda, inimigos da pátria.

### **3.1.2 - A Literatura de Cordel**

A Literatura de cordel é uma forma de expressão popular que fez relativo sucesso no Brasil durante a primeira metade do século XX. Apesar do seu apogeu ter sido vivido neste momento, ainda hoje é possível adquirir essa literatura que continua sendo produzida no país. Tal cultura se desenvolveu principalmente no Nordeste, mesmo assim, se disseminou pelo resto do país, inclusive, chegando a terras paraenses.

A introdução e divulgação dos folhetos de cordel no Pará ocorrerá pela migração nordestina. Dois momentos serão significativos para esses migrantes: a segunda metade do século XIX e o período da Segunda Guerra Mundial. Nestes dois momentos ocorrerá a valorização da economia da borracha e muitos serão aqueles que irão em direção a Amazônia em busca de melhores condições de vida . Muitos serão aqueles que irão para os seringais e outros se adaptando ao meio citadino belemense e, assim, permanecendo morando na capital<sup>211</sup>.

Os folhetos, em todos os lugares, possuem, ainda hoje, um certo padrão em sua estrutura. Esta é fundamental para pensar a sua importância dentro do contexto. Uma das características dos livretos seria o seu baixo custo de produção. Visando atingir um público menos abonado, intencionando baratear o produto final, algumas medidas eram propositalmente tomadas. O papel utilizado, por exemplo, era tipo jornal. As capas costumavam ser feitas com um papel melhor do tipo que é usado em embrulho comum. O seu tamanho, geralmente, segue as medidas de 11cm por 16cm. Seria como pegar uma folha de papel A4 e dividi-la em quatro pedaços. É por isso, portanto, que o número de folhas na poesia geralmente são múltiplos de oito<sup>212</sup>.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os folhetos ganham notoriedade por sua estrutura com rimas, a poesia falada, musicada que chamava a atenção. Muitos daqueles que seriam de camadas menos abonadas da sociedade e que, muitas vezes, correspondiam a analfabetos, acabavam dando mais atenção ao cordel do que propriamente pelos jornais para entender os fatos da Segunda Guerra. Devido à ausência de capacidade leitora, os iletrados possuíam como recurso a memorização, dessa forma, ao escutar os cordéis em seus repentes conseguem, ao mesmo tempo, conhecer um pouco da história da Segunda Guerra, seus personagens, ideais, e objetivos em disputa. Contudo, é preciso lembrar que o grande meio para se obter informações da guerra ou dos confrontos que se davam no outro lado do atlântico seria por meio dos periódicos que circulavam na capital<sup>213</sup>. Dessa forma, os poetas cordelistas obtinham a informação nas páginas dos jornais, se apropriavam do conhecimento de fatos e repercussões acerca do tema e depois escreviam seus versos das formas que lhes convinha.

---

<sup>211</sup> MENEZES NETO, Geraldo Magella de. **A Segunda Guerra Mundial nos folhetos de cordel do Pará**. Monografia. Ufpa, Belém, 2008. p.3.

<sup>212</sup> LUYTEN, Joseph. **O que é literatura de cordel**. São Paulo: Brasiliense, 2005. p.45

<sup>213</sup> LACERDA, Franciane Gama. *Imprensa e Poesia de Cordel no Pará nas primeiras décadas do século XX. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP, 2008. p.3

Devido seu valor, essas poesias poderiam ser compradas por grupos dos mais variados poder aquisitivo. Segundo Geraldo Menezes Neto, os grupos populares possuíam preferência por essa literatura devido ser barata e, portanto, mais acessível. Afinal, os cordéis com sua produção menos onerosa eram vendidos a preços mais módicos do que jornais e revistas. Havia também a possibilidade da compra por analfabetos<sup>214</sup>. Mesmo sem ter a instrução necessária para fazer a leitura da poesia, deve-se levar em conta que a poesia teria certo ritmo e seria lida em voz alta, quando não, cantada. Com versos sendo entoados, a população iletrada poderia ter contato com o conteúdo carregado no livro. Além disso, é bom lembrar que o livreto, ou melhor, o folheto deve ser visto como um símbolo de conhecimento e cultura. Ter um livro, não significava necessariamente que o seu dono o tenha lido, mas, representava a valorização de determinada cultura material.

Elucidar o papel da oralidade é importante à medida que a leitura dos cordéis é feita em voz alta dentro de uma estrutura poética conhecida como repentes. Estes, devido suas rimas e jogo de palavras favorecem a memorização de quem os ouve. Essa característica é fundamental para pensarmos a importância do cordel neste contexto. O folheto é produzido essencialmente para grupos menos abonados da sociedade – não que isso implique dizer que tenha produzido exclusivamente para eles – onde predomina a população analfabeta. Como faltam os recursos para a leitura, ouvir o livreto contribuía para o conhecimento e discussões acerca da guerra e do que ela provocava<sup>215</sup>.

Como o Cordel pode ter atingido parte da população paraense nesse momento? Ora grande parte da população era composta por pessoas que não possuíam a competência da leitura. No ano de 1940 existiam cerca de 206 mil habitantes somente no município de Belém. Destes, cerca de 59% dos homens e 46,55% das mulheres, no Pará, não sabiam ler nem mesmo escrever, podemos inferir que esse número na capital também seria elevado<sup>216</sup>. Uma das hipóteses que podem ser criadas para justificar a aceitação em relação ao cordel é a sua forma de expor o tema. A linguagem de mais fácil compreensão, a forma fragmentária como

<sup>214</sup> MENEZES NETO, Geraldo Magela. Os japoneses nos folhetos de cordel do Pará no período da Segunda Guerra Mundial. *IV simpósio nacional estado e poder: intelectuais*. São Luís, 2007.p.4

<sup>215</sup> No século XIX, artesãos, charuteiros e alfaiates revezavam-se, quando não, contratavam alguém para ler jornais ou livros enquanto os companheiros trabalhavam. A leitura coletiva em alto e bom som, assim, acabava funcionando também como um entretenimento dos trabalhadores. Nesse momento, aqueles que exerciam o ofício de sapateiros eram envolvidos com o mundo da leitura, eram figuras intelectualizadas e politizados. Tal processo também pode ser compreendido para os leitores do ou ouvintes do Cordel. Cf. Darnton, Robert. **O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução** São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, p. 183. Ver também: HOBBSAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebolião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.47

<sup>216</sup> MENEZES NETO, Geraldo Magella. **Por uma história do livro e da leitura no Pará: o caso da Guajarina, editora de folhetos de cordel (1922 – 1949)**. Dissertação. Belém. Ufpa, 2012. p. 85.

expunham as notícias tornavam o cordel mais atrativo que os próprios jornais da época que traziam um linguajar mais rebuscado, sem falar, que as poesias possuíam um custo menor que os periódicos sendo mais um fator de atração<sup>217</sup>.

Neste contexto, é possível perceber alguns fatores que levaram a literatura de cordel possuir um relativo sucesso na capital paraense. Os folhetos eram vendidos na capital geralmente em caixotes onde o consumidor poderia escolher o que lhe fosse mais interessante. Para pensar este item foi escolhido o livreto de Zé Vicente *O Brasil Rompeu com eles* que fez parte de uma coleção de uma série de folhetos dedicada a Segunda Guerra Mundial. Antes de adentrarmos a poesia em si, é necessário pensar o que está por trás da poesia, seu contexto, seu autor.

### 3.1.3 - Lindolfo Mesquita, o Zé Vicente

Nos idos anos da década de 1920 e 1930 havia uma intensa produção artística no Pará. Seja através do mundo das artes plásticas, da literatura erudita ou popular existiam grupos intelectualizados que fomentavam o plano cultural da cidade. Nesse toada encontra-se o artista popular Lindolfo Mesquita.

Lindolfo Mesquita, o Zé Vicente, como ficou conhecido, nasceu em Belém em 11 de Janeiro de 1898. Possuía origem modesta, filho de migrantes cearenses e “profundo conhecedor do cotidiano popular nas feiras da cidade, junto aos caixeiros portugueses, os comerciantes libaneses, os ribeirinhos da região das ilhas próximas a Belém e principalmente dos cordelistas e cantadores nordestinos que fizeram fama no Pará”<sup>218</sup>. Fez carreira no jornalismo. Ainda jovem, na década de 1920, foi repórter do matutino *Folha do Norte*, escrevia crônicas humorísticas em coluna intitulada “Na Polícia e nas Ruas”, naquele momento já assinava com o pseudônimo que o consagraria como poeta popular<sup>219</sup>.

Ainda na década de 1920, entre 1925 e 1926, surge do grupo de *Belém Nova* o jornal *Jazz Brando* que acompanhava a revista. Era uma espécie “faceta lúdica e divertida dos começos da revista”<sup>220</sup>. Seu diretor era Lindolfo Mesquita que já mostrava seu envolvimento com a cultura e também o elemento satírico que irá permear ao longo de sua vasta obra.

<sup>217</sup> MENEZES NETO, 2008. Op. Cit. p.24

<sup>218</sup> FIGUEIREDO, Aldrin. **Os Vandalos do Apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20.** Belém: IAP, 2012, p.79

<sup>219</sup> SALLES, Vicente. **Repente e cordel, literatura popular em versos na Amazônia.** Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1985. p.188

<sup>220</sup> FIGUEIREDO, Op. Cit. p.77

Na década de 1930, perde emprego no jornal por ser funcionário público e identificar-se com o regime que havia sido deposto pelo movimento de 30. Contudo, anos depois volta ao Pará defendendo os ideais do grupo do governador Joaquim Magalhães Barata. Além de poeta, Lindolfo Mesquita também atuou como homem público em cargos do governo como, por exemplo, foi diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), em 1943; diretor da Biblioteca e Arquivo Público, de 1944 a 1947; deputado estadual de 1947 a 1950; juiz do Tribunal de Contas do Estado do Pará (1951) e seu presidente por dois mandatos (1957/1958 e 1967), ocupando ainda, no período 1965 a 1966, o cargo de vice-presidente. Aposentou-se no dia 8 de fevereiro de 1968<sup>221</sup>.

Para além da mera poesia é necessário perceber que existe um sujeito que a escreve e, evidentemente, esse artista possuía uma trajetória social, uma história e bagagem que, querendo ou não, influenciam diretamente na maneira como produz. O momento em que estoura a Segunda Guerra Mundial e é publicado o folheto *O Brasil rompeu com eles*, Zé Vicente fazia parte do governo do então Interventor Magalhães Barata e tem claramente sinais do Estado que defendia, as bandeiras nacionalistas são hasteadas e é clara uma defesa acerca do elemento nacional em sua poesia.

Uma característica da Literatura do Cordel no Pará é sua relação com os jornais da época. Lindolfo Mesquita, que era oriundo do meio, lia as notícias da Guerra propaladas cotidianamente na capital. É possível perceber como o cordel conseguia captar o que estava ocorrendo naquele momento e fazer uma espécie de tradução para um público diferenciado, expondo seu conteúdo com linguajar menos rebuscado. Franciane Lacerda, afirma que a literatura de Cordel possui uma escrita mais simples, uma linguagem que seja mais acessível de histórias destacadas na imprensa ou construídas pela tradição oral<sup>222</sup>. Esse linguajar justifica-se quando se percebe que grande parte da população paraense/ brasileira (na década de 1940) era analfabeta e, além disso, a poesia seria falada, cantada, portanto, deveria levar em conta os seus leitores/ouvintes.

Exemplo disso pode ser percebido quando, em terras amazônicas, as notícias chegavam de outras capitais e eram propaladas nas páginas dos jornais. Com a tomada de decisão do governo brasileiro de romper relações com os países que formavam o Eixo Roma-Berlim-Tóquio, os jornais em Belém exibiram manchetes como a de 28 de Janeiro de 1942 quando em *A Vanguarda* que “O Brasil rompeu com o eixo!”<sup>223</sup>

<sup>221</sup> GASPAR, Lúcia. *Zé Vicente*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Online.

<sup>222</sup> LACERDA, Op. Cit. p.3

<sup>223</sup> *A Vanguarda*, 28 de Janeiro de 1942, p.1

Com o fim das relações diplomáticas, o governo lança uma série de medidas de austeridade que passaram a cercear a vida e o cotidiano de alemães, japoneses e italianos no país. Em Belém, essa realidade não será diferente. Os estrangeiros provenientes dos países do eixo terão clubes fechados, escolas extintas, sujeitos enviados para campos de concentração no interior. Enfim, após a mudança de perspectiva do governo em relação a esses países, haverá também uma mudança na imprensa, e inclusive, em outros meios como no cinema, na literatura e até mesmo peça de teatro será encenada para criar uma imagem dos inimigos do Brasil na guerra.

A essas informações, Zé Vicente, mostrou-se atento e, no cordel, já demonstra seu tom crítico revelando seus interesses. O autor enfatiza o rompimento das relações do país com os países eixistas que podem ser evidenciadas nos versos:

“Rompemos as relações  
Com japonês e alemão  
Italiano também  
Vem de carrinho de mão  
Amisade só existe  
Com paiz que for irmão”.<sup>224</sup>

É bom lembrar que, por trás da poesia, há sempre um contexto em que está circunscrita. Neste caso, essa foi escrita em Junho de 1943. Durante esse período fora criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão governamental que controlava os meios midiáticos de todo o país. Lindolfo Mesquita havia sido recentemente nomeado para a função de Diretor Estadual do referido órgão e, ele como responsável pelo controle de publicações, como exemplo dos interesses do governo, legitima seu discurso através da literatura do cordel. Havia uma posição clara do Estado em criar um clima hostil contra os estrangeiros ascendentes dos países do eixo, a literatura popular foi meio encontrado para alcançar ou reforçar ideia para grupos letrados e iletrados ou que possuíam contato com o Cordel.

Com o inimigo sendo descoberto e desvelado, a poesia vai progressivamente construindo e reproduzindo uma imagem daqueles que representariam um elemento perigoso a nação.

---

<sup>224</sup> Zé Vicente, **O Brasil rompeu com eles**. Guajarina: 1943, p.4

### 3.1.4 - Repentes e o inimigo: a representação dos Quintacolonistas

A Guerra colocou em lados opostos duas formas distintas de ideologia e governo. No ano de 1942, contrastavam o autoritarismo alemão - de Hitler -, italiano – de Mussolini – e japonês – de Hirohito - com as liberais democracias encabeçadas pelos EUA – de Franklin Delano Roosevelt -, que se tornou principal parceiro do Brasil. Os versos do cordel atestam as posições e alianças no conflito.

O Brasil furou na venta  
E não quer mais lero-lero  
Japonês ou alemão  
Para nós não diz quero-quero  
Não vem soprar deste lado  
Com sua boca de mero <sup>225</sup>

No trecho retirado é possível fazer uma referência ao fim dos laços diplomáticos entre o Brasil e os países do Eixo. O primeiro verso da estrofe faz referência a uma possível irritação do Estado brasileiro com as ações dos países inimigos, principalmente, com Alemanha e Japão. Quando o país “não quer mais lero-lero”, não possui mais interesse em conversar com as nações do eixo, o que se comprova com a declaração de guerra feita em Agosto de 1942, após diversas embarcações brasileiras terem sido torpedeadas pelos alemães.

Desde os fins dos laços diplomáticos começa a ser noticiada de maneira ostensiva, por meio dos veículos de mídia, a figura do inimigo brasileiro, o “Quinta-Coluna” ou “Quintacolonista”. Na essência, Quinta-Coluna foi o termo utilizado para identificar espões que estariam atuando no Brasil. Depois, o termo acaba ganhando outras apropriações e sendo utilizado como ofensa, representando a noção de falso, traidor ou pessoa de caráter duvidoso. Com a conjuntura formada, Zé Vicente, delineia em seus versos:

Ninguém quer mais ter negocio  
Com quem e totalitário  
É ser quinta-colunista  
Quem pretender o contrario  
Quem infringir esta norma  
E cabra muito ordinário <sup>226</sup>

Suas críticas não cessam, continua apontando quem seriam os defensores da pátria e que figuras se apresentavam como defensoras do eixo. Num momento importante como o de uma guerra mundial, em que navios brasileiros eram torpedeados, era necessário inflamar na

<sup>225</sup> Zé Vicente. Op. Cit. p. 5

<sup>226</sup> Zé Vicente. Op. Cit. p.7



população o seu espírito patriótico para velar pela saúde da nação e reprimir ações nocivas de forças inimigas. Portanto, é necessário identificar o adversário e quem se identifica com ele. O poeta versa que

Quem torcer por alemão  
Só pode ser traidor,  
Se torcer por japonês  
Por nós nega o seu amor,  
Se pela Itália torcer  
Rebenta como um tumor

A partir deste momento, irei me deter mais especificamente a versos e estrofes que denunciam as práticas adversárias e a maneira utilizada pelo poeta para representar os inimigos do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Primeiramente, os alemães, que são direta e exaustivamente associados ao nazismo:

Não queremos essa coisa,  
Essa doutrina nazista.  
Isso foi coisa inventada  
Por gente malabarista  
Para tapear meia dúzia,  
Igual a fogo vista.  
(...)  
O Nazismo aqui não fórma,  
Aqui não tem cotação.  
O Brasil é democrata,  
De sangue, de coração  
Não vai nesse contrario  
Que canta o povo alemão<sup>227</sup>

Nas sextilhas destacadas, o autor faz uma clara relação entre a forma autoritária de governo nazista em contraposição ao discurso democrático existente no Brasil. Uma digressão faz-se necessária. Neste momento, no Brasil, estava em vigência o Estado Novo que de maneira autoritária e ditatorial fez permanecer no poder Getúlio Vargas. Somado a isso, alguns ministros tal como Filinto Müller, Lourival Fontes, Francisco Campos entre outros sofriam acusações de possuir tendências totalitárias. Apesar do aparente paradoxo, nos jornais, e na palavra oficial do governo, o regime vigente era o democrático. É preciso compreender que neste momento, Lindolfo Mesquita assumia posto no Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) do Pará. Essa condição, sem dúvida, influencia na forma como descreve os seus adversários e as referências que faz ao próprio país.

---

<sup>227</sup> Zé Vicente. Op. Cit. p.5

Para Zé Vicente, enquanto o Brasil defendia a liberdade da população, seu direito de ir e vir, de pensar e agir, o Estado Totalitário nazista seria um cerceador das vontades e direitos do povo alemão. E ele não era o único a pensar assim. No jornal *Folha Vespertina*, em coluna do anti-totalitário Padre Dubois, ele destaca que o nazismo seria um mal, um “inimigo dos valores sociais”. Segundo ele, no totalitarismo, a população age de acordo com os interesses do Estado que é sufocado pelos desejos de Hitler, assim, “engolidos o Estado, são devorados os valores entregues ao mesmo: personalidade, lar, pensamento e crença”. O padre, famoso na capital paraense, criticava a autoridade do *führer*, pois, para ele, tirava do sujeito sua autonomia e liberdade de pensamento e expressão. Dentro dessa lógica ele explica que seria inútil abolir os absolutismos europeus, onde o rei governava através do ideal do Direito Divino para se criar no lugar um Estado em que “a gente, antes de pensar que dois e dois são quatro, tem de tomar a benção de Hitler”<sup>228</sup>. As opiniões entre o padre e o poeta acabam convergindo execrando o nazismo enquanto ideologia e os seus seguidores, intencionando deixar claro que, no Brasil, esse pensamento “não tem cotação”.

Mas não é somente a imagem dos Alemães que se pode ver desenhada nos versos de Zé Vicente. Os japoneses também foram alvos de críticas por parte do poeta. Os nipônicos são caracterizados principalmente depois do que ocorreu em Pearl Harbor. No ano de 1941, os aviões japoneses bombardearam a Base Naval localizada no Hawaii. Tal fato foi o estopim para a entrada norte-americana na guerra, e a partir de então, pressionaram as outras nações americanas para lhe acompanharem. Dizia o cordel:

Japonês andou fingindo  
 Que era um anjo de candura,  
 Mas de repente mostrou  
 Quanto tem a cara dura,  
 Agredindo de emboscada  
 Pensando que era bravura <sup>229</sup>

O Japonês aqui é tratado como uma figura repugnante e traiçoeira que arditosamente feriu em uma emboscada a nação americana. Os versos mostram que o cinismo nipônico surpreendeu aos Estados Unidos no caso do ataque a base naval. Contudo, são taxados como sujeitos de “cara dura”, ou seja, cínicos que pensando estar agindo com “bravura”, na verdade foram covardes.

Não foi a única vez que foram caracterizados de maneira depreciativa. Na revista *A Semana*, o artigo de I. Greco, o Jornalista acusa os nipônicos de aportarem no Pará e instalar

<sup>228</sup> *Folha Vespertina*, 10 de Fevereiro de 1942, p.3

<sup>229</sup> Zé Vicente. Op. Cit. p.6

comunidades japonesas, sem se integrar ao Estado brasileiro. Tal situação foi alvo de ironia quando escreve que “os amarelos são avessos ao cruzamento com a nossa gente. Isso deve ser para nós motivo de regozijo, porque não podem provir de bons tipos da colaboração dessa raça pequena, feia e fanática”<sup>230</sup>.

A imigração dos nipônicos foi algo que desde o início não representava um consenso dentre as autoridades brasileiras, tampouco, paraenses. Ainda antes da declaração do rompimento do Brasil com as potências do Eixo, o jornal *A Vanguarda*, que assumia postura governista, já tratava japoneses com certa hostilidade quando lança como manchete que “os abomináveis japoneses trucidam a 400 missionarios norteamericanos”<sup>231</sup>.

Diferentemente dos japoneses ou de alemães, as referências aos italianos são mais sucintas, quando não, pouco aparecem nos jornais. Provavelmente, a nação de Mussolini representasse militar e politicamente um grupo menos perigoso a nação brasileira do que os alemães ou japoneses.

Com o decorrer da guerra e as sucessivas derrotas dos italianos, as notícias nos jornais ofereciam recursos para a construção de críticas e brincadeiras de Lindolfo Mesquita. As palavras do poeta faziam referência a fraqueza militar dos italianos e uma suposta covardia. Provavelmente, esses versos deveriam fazer referência às sucessivas derrotas empreendidas pelos países Aliados aos italianos no início do ano de 1943. O início da dominação começou pela ocupação da Sicília e só terminaria no ano seguinte com a chegada das tropas Aliadas à capital, Roma, em quatro de Junho.

Ainda no ano de 1943, Mussolini perdia autoridade na Itália imperial e caía. Seu poder e força se esfacelaram em meio ao insucesso. Sua derrota era comemorada, nos periódicos publicavam-se notícias, artigos, charges que valorizam o vigor e força da democracia e da derrota de um político que militarmente teve pouca expressão no conflito. Com todo o processo que sofria a Itália, Zé Vicente versava:

Italiano também  
 Não faz ninguém se inquietar  
 Basta uma boa investida  
 Para o rapaz disparar  
 E nunca mais neste mundo  
 Nem um trem o encontrar<sup>232</sup>

<sup>230</sup> *A Semana*, v.23, nº162. 1942

<sup>231</sup> *A Vanguarda*, 18 de Fevereiro de 1942, p.2

<sup>232</sup> Zé Vicente. Op. Cit. p.15

A estrofe dividida em seus repentes, característicos do Cordel, fazem referência – de maneira jocosa – a figura do italiano enquanto incapaz de encarar o combate. O que se percebe é que apesar do governo autoritário, de uma tentativa de impor respeito através do medo, a exposição das derrotas militares italiana escancarou a fraqueza de seu exército e governo. Dessa maneira, sua postura séria e conservadora não faria mais ninguém buscar enfrenta-lo, afinal, “Não faz ninguém se inquietar”. Mas a sátira, que faz parte dessa literatura, dá as caras quando o cordelista relata acerca da evacuação das tropas perante os avanços Aliados. O humor se faz presente quando da brincadeira com o exército italiano e seus soldados para quem o poeta indica que “Basta uma boa investida / Para o rapaz disparar”<sup>233</sup>. Para se ter uma ideia, cerca de 100 mil homens retrocederam e conseguiram retornar a áreas ocupadas por eixistas<sup>234</sup>.

Ainda que fosse dado relativo descrédito ao poder nocivo dos italianos em Belém, foram perpetradas ações nada amistosas sobre eles quando do fim dos laços diplomáticos. Exemplo disso foi a escola *Dante Alighieri*, criada para educar exclusivamente os filhos de italianos. A instituição era financiada pela *Società Italiana di Beneficenza* e Partido Fascista do Pará. No ano de 1942, as atividades na instituição tiveram de ser encerradas devido às perseguições processadas em decorrência da postura brasileira<sup>235</sup>.

Dessa forma, são delineadas as linhas que vão dando forma ao inimigo e as características marcantes em cada um dos adversários dos brasileiros. Alemães, Italianos e Japoneses são descritos a partir dos acontecimentos da própria guerra. Quando não, é possível relacionar os versos com as visões que, mesmo antes do momento de beligerância, já eram repercutidas na sociedade da época. Zé Vicente, através de seu bom humor e acidez, destila sua oposição aos países do eixo e constrói em *O Brasil rompeu com eles* a imagem daqueles que se tornaram os inimigos na guerra. Para dar versos finais ao livreto o poeta adverte:

Quem não gosta deste livro  
 Não nos merece atenção  
 É torcedor de nazista  
 É simpatia ao Japão.  
 E quem torce pro Eixo  
 Não pode ser bom Cristão<sup>236</sup>

---

<sup>233</sup> Idem

<sup>234</sup> HERNANDEZ, Jesús. **Breve história da Segunda Guerra Mundial**: Normandia, Pearl Harbor, el Alamein, Stalingrado... São Paulo: Madras, 2010. p.171.

<sup>235</sup> EMMI, 2008. Op. Cit. p.234

<sup>236</sup> Zé Vicente, Op. Cit. p.16

Zé Vicente não foi o único poeta que utilizou a guerra como inspiração para produzir sobre o processo beligerante e seus personagens. No ano de 1942, em Belém do Pará um outro poeta cordelista fazia sucesso, um outro zé, o Zé Gamela. Naquele momento ainda atendia pelo nome Divaldo Ribeiro e ao invés de trazer o talento para escrever cordéis, trouxe uma peça de teatro de sua autoria. Com o talento na ponta da caneta, Divaldo escreveu, produziu, dirigiu e atuou na peça *Coisas da Quinta-Coluna*. Com diversas apresentações, foi um verdadeiro sucesso na capital paraense. E é justamente o seu sucesso que torna tão relevante sua análise.

### 3.2 – O Teatro e representação do inimigo

Durante a Era Vargas a produção cultural brasileira seguiu múltiplos caminhos. O Teatro não deixou de ser um palco explorado pelos artistas que construíram através de suas experiências os sentidos de sua realidade vivenciada naquele instante. Neste sub-item, meu interesse é utilizar a peça teatral *Coisas da Quinta-Coluna*, do polivalente artista popular, Divaldo Ribeiro, que ficou conhecido também como Zé Gamela, para compreender de que maneira o teatro pode ser fonte da construção de uma dada realidade. Mais do que isso, compreender de que forma uma peça teatral contribui para reforçar e reproduzir a representação daqueles que ficaram conhecidos como Quinta-Colunistas.

Aconteceu, no teatro Odeon. Era a demonstração de como agiam os inimigos. Utilizava-se da sátira para tratar de maneira jocosa assunto triste como este aspecto da guerra. As luzes da Ribalta foram acendidas e a peça *Coisas da Quinta-Coluna* encenada. A *Folha do Norte* anunciava: “Primeira peça anti-nazista a ser encenada hoje, às 20 horas”. A primeira apresentação na capital fazia homenagem ao brigadeiro do ar, Fernando Savaget. Os ingressos variavam de preço, aqueles que hoje corresponderiam a entradas “inteiras” custavam 5\$000, enquanto isso, estudantes e militares pagavam o que hoje corresponde a “meia-entrada”, 2\$500<sup>237</sup>.

No Brasil, o teatro se fortaleceu com a chegada de Vargas ao poder. Com ele há a institucionalização da Cultura. Ela passa a ser pensada como uma responsabilidade do Estado. Ao mesmo tempo em que ele fomenta a produção artística e contribui para a valorização dos grupos artísticos, ele também, passa a interferir nas etapas de produção, nas construções intelectuais e artísticas no intuito de criar uma espécie de cultura homogênea que representaria

---

<sup>237</sup> *Folha do Norte*, 16 de Julho de 1942, p.3.

os valores nacionais<sup>238</sup>. Isso implica dizer que Vargas intentava criar uma cultura nacional pelos mais diferentes vieses, o importante era o fortalecimento do nacional.

Mesmo antes de Vargas tornar-se o presidente, seu nome já possuía reconhecimento no meio da classe artística. Em 1924 foi lançado o Decreto nº 4.790, que define os direitos autorais dos artistas no Brasil. Mas, o que se popularizou mesmo e fez ecoar o nome de Vargas nos meios artísticos foi o decreto nº 5.492 de 16 de Julho de 1928, denominada "Lei Getúlio Vargas". Ela ampliou os efeitos às composições musicais e peças de teatro, executados, representados ou transmitidos pela radiotelefonía<sup>239</sup>. A referida lei promove o “regulamento dos Serviços Teatrais, com normas específicas tratando as empresas, dos contratos, dos artistas e dos auxiliares teatrais, das horas de trabalho e da fiscalização do direito de autor”<sup>240</sup>.

Apesar das leis criadas na década de 1920, o princípio dos investimentos públicos no teatro do Brasil datam 14 de Setembro de 1936. A partir desta data, ocorre a definição que cria a Comissão de Teatro Nacional. Esta possuía como função a edificação e decoração dos teatros, a preparação de atores, a história da literatura dramática brasileira e portuguesa, tradução de peças estrangeiras, o teatro lírico e coreográfico, o teatro infantil<sup>241</sup>. O órgão conjugou artistas e intelectuais de diversas áreas. Dessa forma, acabou se materializando um grupo diversificado formado por figuras como o teatrólogo e jornalista Benjamin Lima; o artista plástico Celso Kelly; o músico Francisco Mignone; escritor e jornalista, Múcio Leão; o teatrólogo Oduvaldo Vianna; além deles, também figuraram neste heterogêneo grupo Olavo de Barros, ator, diretor teatral e membro da Casa dos Artistas e o intelectual, professor acadêmico Sérgio Buarque de Hollanda<sup>242</sup>.

No ano seguinte, a lei nº378 de 13 de Janeiro de 1937, no artigo 49, fixava a Comissão de Teatro Nacional como um órgão permanente ao qual competiria estudar, em todos os aspectos, o problema do teatro nacional, e propor ao governo as medidas que deviam ser tomadas para a sua conveniente solução<sup>243</sup>. Além de Companhias de Comédia e de grupos amadores, a Comissão Nacional foi importante para o subsidio a grandes apresentações

<sup>238</sup>CAMARGO, Angélica Ricci. O amparo ao teatro durante o governo Vargas: uma discussão sobre a concessão de subvenções (1930-1945). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011. p. 2

<sup>239</sup> CAVALCANTE, Vanessa Matheus. **O teatro de Viriato Corrêa: uma escrita da História para o povo brasileiro**. Dissertação. FGV: Rio de Janeiro, 2012, p.101

<sup>240</sup> CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 34.

<sup>241</sup> CAMARGO, Angélica. Op. Cit. p.3

<sup>242</sup> CAVALCANTE, Vanessa. Op. Cit. p.105

<sup>243</sup> CALABRE, Lia. 2009. Op. Cit. p.35

(espetáculos) que não foram abertos à concorrência. Como exemplo, *O Guarani*, de Carlos Gomes<sup>244</sup>. Ainda no ano de 1937, a Comissão da lugar ao Serviço Nacional de Teatro.

As peças passaram a fazer grande sucesso no Brasil. Grandes nomes começam a tornar-se cada dia mais conhecidos como o de Procópio Ferreira. O Estado passa então a subvencionar excursões com peças para o interior do país, sem deixar de oferecer auxílio em grupos amadores. Fazia-se necessário o estímulo estatal pois o cinema naquele momento despontava como uma mídia muito popular. Sendo assim, havia um receio por parte da classe artística de uma perda de espaço para a sétima arte.

Ao longo de seu governo, Vargas foi criando uma política pública focada em intervenções culturais. O presidente intencionava criar valores “genuinamente” brasileiros que caracterizassem os valores da nação. Por isso, as peças produzidas no país por muitas vezes eram produzidas enfocando processos históricos ou personagens históricos. Peças com essas características apresentavam caráter educativo, Angela Cavalcante ao retratar a experiência e vivência de Viriato Correa, afirma que peça como *Tiradentes*, por exemplo, possuía grande apelo pedagógico, por isso, eram estimuladas pelo Serviço Nacional de Teatro e que ia ao encontro do interesse Varguista com as obras teatrais<sup>245</sup>.

Quando estoura a Segunda Guerra Mundial e o Brasil se posiciona favorável aos países Aliados, torna-se latente e cada vez mais necessária para o Estado, a valorização do patriotismo e dos interesses nacionais. O meio cultural foi instrumento de grande importância para a reprodução da representação que ganharam alemães, italianos e japoneses no Brasil, os inimigos do país. Os súditos do Eixo, como ficaram conhecidos, foram por muitas vezes julgados como Quinta-Coluna, ou seja, defensores dos ideais dos países autoritários.

É nesse momento que se circunscreve o objeto estudado neste sub-item. Percebendo o Teatro como meio importante para a reprodução de imagens, estereótipos, da representação da Quinta-Coluna, atento para a peça que ganhou rapidamente espaço no circuito teatral paraense e conseguiu com sucesso diversas apresentações da peça as diversas apresentações da peça *Coisa da Quinta-Coluna*, produzida no ano de 1942, de autoria de Divaldo Ribeiro.

---

<sup>244</sup> CAMARGO, Angélica. Op. Cit. p. 5

<sup>245</sup> CAVALCANTE Vanessa. Op. Cit. p.109.

### 3.2.1 - Divaldo Ribeiro, o artista popular

Divaldo Ribeiro, o Zé Gamela, como ficou conhecido, nasceu em Vila Wagner situada na cidade de Lençóis, no estado da Bahia. Seu pai era um cangaceiro comprador de pedras preciosas. Desde pequeno conviveu com a labuta diária. Aos treze anos já trabalhava no garimpo. Depois acabou atuando também no cangaço e se tornando líder popular, ganhando inclusive em memórias o papel de um herói<sup>246</sup>.

Foi ator, artista circense, diretor de teatro, mas, ganhou notoriedade mesmo com a sua produção na literatura de cordel. Do gabinete do vereador de Niterói, Jayme Suzuki veio a Moção de Aplauso (In Memoriam) ao artista brasileiro. Em palavras concisas, mas não por isso menos importantes, a história de Zé Gamela é perlustrada identificando seus trabalhos, suas lutas e interesses. Nas palavras do político:

“Zé Gamela tem no seu currículo uma série de atividades: garimpeiro, cangaceiro, aprendiz de marinheiro, sargento, gerente de hotel, diretor de jornal, palhaço, ator, diretor de teatro, cordelista. Com Dety Ribeiro, sua esposa, mambembou pelo Brasil com vários circos, peças e paródias. Construiu mais de oito circos, escreveu centenas de cordéis, textos teatrais e paródias<sup>247</sup>”

No ano de 2003, após sua morte, em memória ao falecido poeta, o contista, ensaísta e poeta Gonçalo Ferreira da Silva utilizou de uma das especialidades do homenageado, a literatura de cordel, para reunir em uma série de pequenos cordéis uma homenagem contando acerca da vida e obra do Zé Gamela<sup>248</sup>. Carvalho Branco, deixa alguns traços que devem ser lembrados:

Seus cordéis são verdadeiros  
Ensinamentos perfeitos  
Trabalhou com marinheiros;  
ao labor, homens, afeitos  
Teatro Experimental  
é cultura natural.  
Da vida tirou proveitos!<sup>249</sup>

Ao longo da vida, Divaldo Ribeiro ainda foi fundador, na década de 1950 do Teatro do Trabalhador, no Rio de Janeiro. Um defensor da cultura popular advogou ao longo da vida

<sup>246</sup> Depoimento de Mario de Sousa. Online. IN: <http://www.teatroniteroi.com.br/atoresZeGamela.php>. Acesso: 23 de Dezembro de 2014.

<sup>247</sup> NITERÓI. Câmara Municipal de Niterói.

<sup>248</sup> SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Homenagem póstuma a Zé Gamela** ; Até breve amigo. Academia Brasileira de Literatura de Cordel: Rio de Janeiro, 2003.

<sup>249</sup> BRANCO, Carvalho. **FORÇA MOTRIZ: Um cordel à Zé Gamela**. Silva, Gonçalo Ferreira da Homenagem póstuma a Zé Gamela ; Até breve amigo. Academia Brasileira de Literatura de Cordel; Rio de Janeiro, 2003. p. 3



para que todos tivessem acesso aos meios culturais como, por exemplo, o teatro. Ainda chegou a ser preso 13 vezes. Um caso emblemático ocorreu em Niterói quando foi preso na Avenida Amaral Peixoto vestido de Cristo e sua esposa, Dety, de Nossa Senhora<sup>250</sup>. Faleceu no dia 12 de Dezembro de 2002 aos 88 anos de idade em Niterói, no Rio de Janeiro.

Em sua história fica marcada a excursão por Belém com a peça *Coisas de Quinta-Coluna* onde fez sucesso e conquistou espaço no teatro paraense.

### 3.2.2 – O Inimigo representado na Ribalta: “Coisas da Quinta-Coluna”

O jovem artista Divaldo Ribeiro não obteve o reconhecimento artístico que outros de sua época. Seu nome deve ser lembrado em sua polivalência artística e multifacetada produção. Essencialmente, esteve em sua maturidade ligado a cultura popular, seja através do teatro ou literatura de cordel. Minha preocupação aqui está em explorar sua produção teatral e perceber como naquele momento de guerra a peça nos permite compreender a representação criada e reproduzida acerca da Quinta-Coluna que supostamente estaria atuando no Pará.

A primeira encenação ocorreu no dia 16 de Julho de 1942. Pelas circunstâncias e o momento vivenciado no país – fim da diplomacia com países autoritários, hostilidades aos chamados súditos do eixo, torpedeamento de navios brasileiros e acirramento de ânimos – a peça possuía um caráter apelativo que chamava a atenção da população que lia as notícias nos jornais convidando-os a participar nas cadeiras dos teatros. É evidente que fossem analfabetos ou letrados a notícia de uma peça que representava a atuação dos quintacolonistas começava a circular pela capital paraense e, possivelmente cometendo o pecado da generalização, mas, de maneira geral, as pessoas tiveram o conhecimento de sua encenação.

Apesar de a peça ser descrita nas páginas dos periódicos como de interesse geral, as fontes pesquisadas demonstram que em *A Vanguarda*, notícias da peça foram dadas inúmeras vezes, o que não ocorreu na *Folha do Norte* ou *Folha Vespertina*. Ao que tudo indica, *A Vanguarda*, enquanto jornal defensor dos interesses do Estado, ou que pelo menos em sua linha editorial propalava um discurso alinhado ao governista, noticiava de maneira corriqueira o sucesso da peça, de sua evolução, da aceitação do público, daqueles que seriam homenageados – geralmente membro das forças armadas ou civis com participação no governo. É bem verdade que a hipótese da imposição e/ou interferência do Departamento de Imprensa e Propaganda, deve ser levada em consideração. Contudo, por mais que ela tenha

---

<sup>250</sup> NITEROI. Op. Cit. Online.

existido, ainda assim, nas páginas da *Folha do Norte*, a quantidade de notícias foi em número bem reduzido se comparada as encontradas em *A Vanguarda*.

O Jornal noticia que o artista em sua peça “mostra claramente as misérias, as traições da Quinta Coluna”. Logo, era importante “ajudar este jovem patricio que vive enfrentando as dificuldades da vida teatral e que além de bom ator é um idealista inteligente que ama (...) o Brasil e os sagrados princípios da Democracia”<sup>251</sup>. A encenação vai aos poucos ganhando força e uma representação cada vez mais significativa. Não a toa é classificada como uma “positiva demonstração de repulsa aos princípios nazistas”. Além de ser um mecanismo de entretenimento da população a peça também tinha a função de representar os sentimentos patrióticos que deveria emanar da população belenense. Por tanto, ela surgia num momento oportuno de necessário incentivo aos valores nacionais. Por isso, esperava-se que o Teatro Odeon estivesse “repleto do que há[via] de mais puro, de mais seletivo em nosso meio: - Brasileiros, verdadeiramente Brasileiros”<sup>252</sup>. Dessa forma, com a encenação esperava-se além de enaltecer os valores patrióticos do público, alcançar a população lhe apresentando o inimigo e mostrando como agiria, ou seja, de maneira satírica tomariam conhecimento da representação que se queria da Quinta-Coluna.

O espetáculo que foi elaborado pelo casal Divaldo e Dete Ribeiro, apresentava na ribalta personagens bem caricatos e estereotipados que buscavam deixar claro quem eram os quintacolonistas. A peça contava com um casal de espiões nazistas, um integralista, um japonês, um inglês e filha e dois brasileiros que possuíam um discurso patriótico de defesa da democracia e honra do país, como personagens participantes da trama<sup>253</sup>. Perceba, os elementos os quais queria fazer-se notar como inimigos e aliados foram bem distribuídos entre os personagens. Do lado adversário estava o casal de nazistas representando a imagem repercutida dos alemães; o japonês – cuja idoneidade moral e caráter sempre foi alvo de desconfiança por parte de alguns – e os que faziam representar a Quinta-Coluna entre os nacionais brasileiros, os integralistas. Era necessário representar os aliados a partir da antítese dos seus inimigos. Neste caso, o inglês – representante da liberal democracia e forte opositor ao totalitarismo e, além deste, brasileiros que enfaticamente defenderiam a honra do país e a pátria.

Em jornal da capital é propalado o convite para a peça que significaria para a cidade “um grande acontecimento artístico na vida paraense” e, além disso, segundo o mesmo, o

---

<sup>251</sup> *A Vanguarda*, 09 de Julho de 1942, p.2.

<sup>252</sup> *A Vanguarda*, 13 de Julho de 1942, p. 4.

<sup>253</sup> *Idem*

espetáculo inevitavelmente agradaria ao público, pois, após os dois atos da trama, haveria mais um “ato variado” que, segundo avaliação do periódico, “muito bem organizado”<sup>254</sup>.

No dia seguinte a primeira apresentação na capital, foram publicadas congratulações aos artistas pelo que foi classificado como “extraordinário espetáculo”. Em avaliação noticiada, a aceitação teria sido tão positiva que, em todas as cenas, pôde-ver e ouvir o apelo do público para que fossem repetidas. Inclusive, o prometido e noticiado “ato variado” teria sido um verdadeiro sucesso. Como forma de reconhecimento, a imagem dos dois artistas criadores do espetáculo foi estampada na manchete:

**“Coisas Da Quinta-Coluna”**

O casal Ribeiro, magnífico “duo” de artistas que nos visita, encenou ontem, com o curso de diversos artistas do meio, a esplêndida pela “Coisas da Quinta-Coluna”. O espetáculo alcançou extraordinário sucesso, mostrando as artistas excepcionais dotes, agradando em toda a linha, pois as cenas foram bisadas continuamente. O ato variado agradou completamente, constituindo verdadeiro sucesso.

**DIVALDO RIBEIRO**

**DETE RIBEIRO**

O casal Ribeiro vai levar em segunda exibição, no Odeon, a peça “Coisas da Quinta-Coluna”, depois de amanhã.

**Imagem 6.** Jornal *Folha Vespertina*, dia 17 de Julho de 1942,p.3.

Em Belém na década de 1940 não era difícil tornar-se conhecido. Com uma população de número restrito (em torno de 207 mil habitantes, na capital), não era tarefa das mais árduas

<sup>254</sup> *A Vanguarda*, dia 13 de Julho de 1942, p.4

conseguir que seu nome fosse ventilado pela cidade. Segundo Murilo Menezes, morador e da Belém nesse momento, o indivíduo “pode ser desconhecido para muita gente, mas se ele for honesto e de ação produtiva, o seu nome constará no cadastro da sociedade”. Ele faz uma comparação com as grandes capitais, como, por exemplo, o Rio de Janeiro. Conta que numa capital como a carioca, “o cidadão é um grão de areia num deserto, um humilde anônimo que se perde no formigueiro anônimo”.<sup>255</sup> Assim, ostentar uma imagem de grande popularidade seria mais fácil na capital paraense do que em outros centros brasileiros, onde a população é maior tal como o número de personalidades que buscam tornarem-se notórias.

Nessa perspectiva enquadra-se Divaldo Ribeiro. Sem tanto reconhecimento no Centro-Sul do país como outros artistas, em Belém, precisou apenas de uma apresentação pra ser reconhecido e a peça ganhar maiores proporções. Sem dúvida, seu nome começou a ser ventilado de forma cada vez mais intensa nas casas, nas ruas, nos estabelecimentos comerciais, enfim. Para uma pequena cidade nos trópicos como a capital paraense, a peça contribuiu de maneira significativa para disseminar a imagem do inimigo como também favorecer a imagem dos artistas. Pensar numa cidade, de certa maneira, isolada no país onde as informações chegavam com dificuldades, assim como, o alimento e qualquer produto importado, contribuía de maneira significativa para a construção do imaginário da população e a reprodução da representação da Quinta-Coluna como um perigo iminente à cidade.

Com o sucesso e a repercussão, o espetáculo criou a necessidade de um palco maior e mais espaços na plateia para que mais pessoas pudessem acompanhar a trama. Não demorou muito e a peça mudou de ares. Anteriormente encenada no Odeon, teatro de menor porte, localizado na Praça Justo Chermont, passou a ser apresentado no suntuoso teatro da cidade, O Teatro da Paz. Filho do período de grande prosperidade econômica da região, o local é até os dias atuais a principal referência em apresentações de grande porte na cidade de Belém.

Para este, não faltaram referências nos jornais. No dia 28 de Julho, era publicado que Divaldo Ribeiro intencionava apresentar a peça para a população mostrando a forma misteriosa e traiçoeira como atuava a Quinta-Coluna no Brasil. A apresentação ia acontecer no dia 01 de Agosto e, segundo a reportagem, teria ele dito que procuraria Ernesto Pinto, que naquele momento ocupava o posto de delegado do trabalho, a fim de encenar a peça para operários sindicalizados no mesmo teatro<sup>256</sup>. Desde o dia 30 daquele mês já era possível ver no noticiário da capital os valores das entradas para o espetáculo. Os lugares mais baratos eram o

---

<sup>255</sup> MENEZES, Murilo. Op. Cit., p. 17.

<sup>256</sup> A *Vanguarda*, 28 de Julho de 1942, p. 3.

Paraíso no valor de 2\$; as galerias 3\$ e as cadeiras 5\$. Em compensação, quando os valores de camarotes representavam mais que o dobro dos outros. Camarotes 2<sup>a</sup> 20\$; Os camarotes 1<sup>a</sup> 30\$ e as Frisas 35\$<sup>257</sup>. Divaldo Ribeiro, acreditava que a arte pertencia ao povo e deveria ser encenada para ele. Buscava assim levar arte a todos, sem distinções sociais. Em 1956, criou no Rio de Janeiro o Teatro do Trabalhador, que com dificuldades sobreviveu até sofrer com perseguições políticas e finalmente fechar as portas<sup>258</sup>.

De fato, é possível perceber a preocupação do autor em agregar diferentes grupos da sociedade em seus espetáculos. Exemplo nítido é a apresentação que ocorreu em 06 de Agosto. Promoveu-se uma apresentação para referências políticas do estado, contudo, também foram oferecidos ingressos para os colégios. Além de perceber nos discursos da época jovens como importantes para a defesa do território nacional, também deve-se levar em conta que nas escolas, pessoas de diferentes rendas e poder econômico participavam e teriam condições de assistir a apresentação<sup>259</sup>.

A peça representava uma homenagem feita ao comandante da 8<sup>a</sup> região militar, sediada em Belém, General Zenóbio da Costa e ao Almirante Gustavo Goulart. Para o dia da apresentação eram esperadas autoridades políticas como o então Interventor do Estado, José da Gama Malcher, o diretor de Educação e Cultura, além do prefeito da capital Abelardo Condurú<sup>260</sup>. Considerada a primeira peça anti-nazista que foi encenada na capital paraense, mais uma vez, o jornal convidava o público anunciando que os ingressos já estavam se esgotando e ao mesmo tempo alertando aos leitores que para “uma representação que marcará mais um acontecimento na vida artística da capital paraense” e, portanto, enquanto patriotas, não poderiam perder o espetáculo<sup>261</sup>.

Fazendo referência aos atores que fizeram parte da encenação como grupo de apoio, estavam artistas que atuavam em Belém como Henrique Reis, Gene Bem, Eloyde Walthon, Januário Carneiro, J. Amaral e também Alba Oliveira. Figurariam como ponto Paula Castro; ensaiador Duarte Silva e a parte musical do espetáculo teria o auxílio da orquestra dirigida pelo maestro Pinto de Almeida, apelidado de Tatá<sup>262</sup>. Ao analisar as fontes, não fica clara a motivação do uso de artistas da própria região. Provavelmente, o fato estaria atrelado ao aspecto financeiro deixando a apresentação mais barata. Ainda assim, é possível conjeturar

<sup>257</sup> *A Vanguarda*, 30 de Julho de 1942, p.2.

<sup>258</sup> Depoimento de Mario de Sousa. Online. IN: <http://www.teatroniteroi.com.br/atoresZeGamela.php>. Acesso: 23 de Dezembro de 2014.

<sup>259</sup> *A Vanguarda*, 03 de Agosto de 1942, p.4; 05 de Agosto de 1942, p. 4; 06 de Agosto de 1942, p.3.

<sup>260</sup> *A Vanguarda*, 03 de Agosto de 1942, p. 4

<sup>261</sup> *A Vanguarda*, 05 de Agosto de 1942, p.2.

<sup>262</sup> *A Vanguarda*, 06 de Agosto de 1942, p. 3.

que tenha sido uma exigência das autoridades que financiaram o espetáculo e que homenageavam uma autoridade militar.

Três dias depois, mais uma vez a peça seria encenada. Dessa vez, ocorreria às 3 horas da tarde e a promessa era a venda a preços populares. Estes variavam entre o preço da Entrada de 2\$ e para Estudantes, Militares e Operários que pagavam 1\$<sup>263</sup>. Devido o sucesso das apresentações anteriores, esperava-se um grande público, casa cheia. Dessa vez, o diferencial era a possível participação de pessoas com um menor poder aquisitivo. Nesse caso, tanto o interesse de Divaldo Ribeiro, quanto de quem o financiou era o de levar ao conhecimento de todos, independentemente das condições materiais, a “simpática campanha contra o nazi-nipo-integralismo”<sup>264</sup>.

A Partir do que foi posto e do que as fontes pesquisadas nos permitem inferir, havia um claro interesse político com a autorização para encenação, além do esforço de divulgação para que a peça de fato fosse contracenada. Nessa perspectiva, Adalberto Paranhos defende que “O teatro, seja autodenominado político, engajado, revolucionário ou até apolítico, é sempre político, independentemente da consciência que seus autores e protagonistas tenham disso”<sup>265</sup>. Isso nos possibilita empregar o sentido de político em múltiplos aspectos. *Coisas da Quinta-Coluna* se apresenta enquanto um teatro político, pois: defende um ponto de vista e faz da ribalta um meio para externá-lo; e, além disso, também faz apologia e homenagens a autoridades políticas ou militares relacionados, de alguma forma, ao meio da vida política da capital. Fato é que o Estado é nesse momento o principal financiador dos grupos teatrais, inclusive, muitos pedidos de auxílio eram feitos autoridades políticas como ao Presidente ou ao Ministro Gustavo Capanema, por exemplo. Estes, por sua parte compareciam a festas, demonstrando-se interessados, mandavam cartas parabenizando os artistas e participando ativamente no processo de concessões. É importante perceber que alguns artistas possuíam certa proximidade ao presidente, o que facilitava o processo dos subsídios. Procópio Ferreira, Jayme Costa e Luiz Iglézias são alguns nomes que podem ser citados<sup>266</sup>.

O teatro, então, nesse momento, funcionava como um produto orientado pelos interesses governamentais do Estado Novo. As autoridades políticas acabavam, no fim, controlando a produção cultural através do Departamento de Imprensa e Propaganda do governo federal e suas filiações estaduais. Assim, os artistas que mantinham relações com

<sup>263</sup> *A Vanguarda*, 08 de Agosto de 1942, p.4

<sup>264</sup> *A Vanguarda*, 08 de Agosto de 1942, p.3

<sup>265</sup> PARANHOS, Adalberto. História, política e teatro em três atos. IN: PARANHOS, Kátia Rodrigues (org.). *História, teatro e política*. São Paulo, Boitempo, 2012. pp.35 – 58.

<sup>266</sup> CAMARGO, Angélica. Op. Cit. p.9.

parte do governo se beneficiavam da política vigente. No Pará, Divaldo Ribeiro utilizará da influência e relações com autoridades da política regional para manter-se em Cartaz nos teatros de Belém. Exemplo é a apresentação prestada ao general Zenóbio da Costa, outro ainda mais simbólico foi a apresentação programada para servir de homenagem a Amaral Peixoto.

Divaldo Ribeiro entrou em contato através de um telégrafo com o Interventor do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto. Em mensagem, avisou que iria encenar uma peça dedicando-a ao governante carioca. Como resposta, o secretário do governo do Rio de Janeiro, Heitor Gurgel, via radio informa que tem “o prazer de agradecer em nome do sr. Interventor federal a representação da comédia em homenagem à ação s. excia. contra a quinta coluna”<sup>267</sup>. A *Vanguarda* ratificaria a notícia confirmando que haverá uma nova apresentação da peça, contudo, ainda não confirmando a data. Acreditava-se apenas na possibilidade do governador e prefeito aceitarem novamente patrocinar a peça devido “os dotes cívicos e a posição definida no momento”<sup>268</sup>.

O jornal *Folha do Norte* em 13 de Agosto de 1942 noticiou o que, na época, poderia ser compreendido como uma afronta aos interesses nacionais e ao mesmo tempo, uma demonstração da real existência dos inimigos eixistas em território brasileiro. Reproduzindo artigo publicado pelo periódico carioca *A Noite*, o jornal noticia que Divaldo Ribeiro, autor da peça teria sofrido com “sabotagens dos quintacolonistas” que intencionavam boicotar a peça para que não fosse apresentada ao público paraense. Segundo o propalado, o autor deveria tomar cuidado pois o dono da pensão em que estava hospedado o teria avisado de que haviam sujeitos, defensores dos países do eixo, que intencionavam agredi-lo. Apesar da notícia apenas especular uma suposta intenção, sem ação concreta, foi o suficiente para intitular a manchete “o autor de ‘coisas da 5ª Coluna’ foi ameaçado de agressão”<sup>269</sup>.

Com a popularidade e interesse na peça bem delineados, cabia a imprensa fazer o seu papel e noticiar mais uma vez o espetáculo em Belém. No dia 03 de Setembro já é o início da chamada para que o público se prepare. Local e data já estavam definidos. A Apresentação ia ocorrer no Teatro da Paz no dia 14, com o apoio do interventor do estado e do prefeito<sup>270</sup>. Não ocorreu. Sem justificativas, a peça simplesmente passou a ser anunciada em outra data. Dessa

---

<sup>267</sup> A *Vanguarda*, dia 20 de Agosto de 1942, p. 3

<sup>268</sup> A *Vanguarda*, dia 22 de Agosto de 1942, p.3

<sup>269</sup> A *Folha do Norte*, dia 13 de Agosto de 1942, p.6.

<sup>270</sup> A *Vanguarda*, dia 03 de Setembro de 1942, p.3

vez, iria ser encenada no dia 18 de Setembro, ainda no mesmo teatro<sup>271</sup>. Acompanhando as pistas que as fontes ofereceram, o jornal continuou divulgando datas. A encenação passou a ser marcada para o dia 22 de Setembro e depois foi anunciado que “brevemente” ela seria apresentada ao público. Neste último anúncio, uma novidade. A data foi remarçada e o interventor Amaral Peixoto seria representado pelo prefeito de Belém<sup>272</sup>.

Infelizmente, devido à ausência de maiores informações nas fontes pesquisadas, não foi possível compreender com precisão o porquê do evento não ter acontecido. Contudo, é possível conjecturar que por problemas, desinteresse ou outros compromissos o interventor carioca não pode ou não quis estar presente nos dias marcados para a peça. Ao que parece, não fazendo sentido a encenação para Abelardo Condurú no lugar do outro, a apresentação acabou por não ocorrer.

No fim, a trajetória de Divaldo Ribeiro no circuito de Teatro paraense foi profícua. Rendeu-lhe fama, adjetivos lisonjeiros e tornou-se figura respeitada pelas autoridades públicas paraenses. É interessante perceber como, no momento da guerra, uma peça de teatro consegue mobilizar de forma significativa a sociedade. Com a caracterização dos personagens e o contexto em que se insere, é possível afirmar que *Coisas da Quinta-Coluna* foi uma peça que se encaixou perfeitamente com os interesses do governo, de suas intenções para a cultura nacional e, mais do que isso, reproduziu na ribalta a representação de quem eram os inimigos do Brasil.

---

<sup>271</sup> A *Vanguarda*, dia 14 de Setembro de 1942, p.4.

<sup>272</sup> A *Vanguarda*, dia 22 de Setembro de 1942, p.4.



## CONCLUSÃO

No final do ano de 2014, Vladimir Pútín, em coletiva de imprensa na Rússia, afirmou ser difícil definir uma fronteira exata entre aqueles que fazem oposição ao seu governo e a “quinta-coluna”. Para ele, esta representa um instrumento para que outros Estados alcancem os seus objetivos. Provavelmente, com seu estilo autoritário, fazia referencia aos sujeitos que se colocavam contra as medidas que considera mais importante para o país.

No Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, o termo Quinta-Coluna se referia essencialmente aos inimigos internos do país. Mas, quem seriam esses inimigos inter? A *Folha do Norte* publica o norte do pensamento que levava a alguém ser classificado dessa maneira:

O quintacolonismo que temos corajosamente combatido, não é somente essa gente ingrata e ruim, que, sendo nossos hóspedes, nos atinge em pleno coração: e, sendo filhos de nosso país, renega a Pátria para se alistar à cauda dos desservidores da democracia, da liberdade e da própria dignidade humana.

Também é quintacolonista o indivíduo, daqui ou de algures, que se vale de todos os meios para servir os seus próprios interesses, em detrimento da causa publica, ou se aproveita de determinadas posições embora aleatórias, para transmitir inverdades por via telegráfica ou aero-postal, a quem no Rio de Janeiro, não se está apercebendo da origem viciosa desses missivistas que mentem, que ocultam toda a verdade, tudo a serviço de seus interesses subalternos<sup>273</sup>.

O quintacolonista, assim, é visto como um inimigo interno que tem por intenção não somente contribuir com os países do eixo, mas não somente, seria também, toda e qualquer pessoa que colocasse os seus interesses individuais à frente do coletivo, ou ainda, que utilizasse de uma posição privilegiada para confundir o serviço de inteligência do Estado a fim de desorientar as ações estratégicas pensadas pelo governo.

Mas, como tratar o Quinta-Coluna? Como lidar com ele? Como responder às suas ações? No momento acalorado da guerra, as hipóteses surgiam de maneira especulativa. A manchete anunciava “Pena de Morte aos Quinta-Colunistas!”. Segundo conta a reportagem de *A Vanguarda*, em manifestação feita na Praça da Sé, em São Paulo, em meio aos discursos proferidos por acadêmicos de direito e suas avaliações acerca da atuação de nazistas no litoral brasileiro, as interrupções ocorriam com os gritos e pedidos de pena de morte aos quintacolonistas<sup>274</sup>. Mas, esse não foi um gesto isolado. Em editorial de *A Vanguarda*, escrito

<sup>273</sup> *Folha do Norte*, 15 de Julho de 1942, p.2

<sup>274</sup> *A Vanguarda*, 19 de Agosto de 1942, p.1

pouco tempo depois de torpedeamentos dos navios brasileiro, o pedido às autoridades públicas era para que a justiça fosse “implacável”. Sendo necessária uma “ação enérgica e sem piedade contra esses traidores”. Aos quinta-colunistas deveria ser destinada a punição e encaminhamento ao tribunal pelos crimes cometidos<sup>275</sup>.

É interessante lembrar a ideia do direito penal do inimigo proposta por Gunther Jakobs. Assevera que mesmo “o terrorista mais afastado da esfera cidadã é tratado, ao menos formalmente, como pessoa, ao lhe ser concedido no processo penal os direitos de um acusado cidadão”. Isso implica dizer, até mesmo um agente nazista que esteja atuando como espião no Brasil é tratado como cidadão. Como foi possível ver, o pedido da imprensa local paraense é a de levar os infratores a um julgamento. Neste, ele seria atendido pelo Direito penal do inimigo que implica levar o acusado a ter “um comportamento desenvolvido com base em regras, ao invés de uma conduta espontânea e impulsiva”<sup>276</sup>. Isto é, se levado para o contexto da guerra, o espião devia a seguir a cartilha do governo brasileiro e não se sujeitando ao interesse de outros Estados.

No Pará, como em outras regiões do Brasil, surgiram ao longo da guerra manifestações e passeatas pelas ruas da cidade como forma de protestar contra as nações do eixo. Além disso, os populares que iam às ruas, buscavam uma resposta às ações empreendidas seja pelos nazistas quando dos torpedeamentos dos navios mercantes na costa brasileiro ou contra os suspeitos e os acusados de espionagem no país. A iniciativa do governo foi então transformar antigas prisões e colônias agrícolas em campos de concentração, espalhados por todo país. Foi retirado dos estrangeiros, principalmente, dos países eixo o direito de ir e vir e de interagir com o restante da população.

A lógica do inimigo interno parece sempre voltar em tempos ditatoriais. Seja no Estado Novo varguista ou no período do regime-civil militar no país. Neste, a Doutrina de Segurança Nacional e a criação do Serviço Nacional de Informações, foram importantes medidas tomadas que visavam criar um aparato repressivo para organizar uma teia de informações a fim de promover a defesa contra um inimigo interno. Assim, as oposições – se pensadas como Putin, quintacolonistas – foram amplamente reprimidas pelo regime<sup>277</sup>.

---

<sup>275</sup> *A Vanguarda*, 15 de Outubro de 1942, p.1

<sup>276</sup> JAKOBS, Günther & MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal no inimigo: noções e críticas**. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed, 2007.

<sup>277</sup> RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. IN: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO & RIDENTI, Marcelo (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos depois do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Pp.30 – 47.

Apesar do fim dos governos autoritários, no Brasil, o Inimigo interno continua presente no discurso de alguns até os tempos mais recentes. No ano de 2014, uma contenda parlamentar levou a disputa por aprovação de uma medida dos deputados do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Chico Alencar (RJ), Jean Wyllys (RJ) e Ivan Valente (SP). Pelo projeto seria revogada portaria do Ministério da Defesa que trata da atuação das Forças Armadas em operações para a “garantia da lei e da ordem”. Segundo os deputados, no ano anterior já havia existido uma tentativa de criminalizar os movimentos sociais por meio da Portaria Normativa nº 3.461, que classificava “manifestações populares como forças oponentes”, contudo, devido a críticas e pressão da sociedade civil, a normativa foi revogada. Para eles, a portaria do ministério é apenas uma reedição do que ocorreu em 2013 e não comprometia “a lógica de guerra ao inimigo interno do documento anterior”<sup>278</sup>.

Em sua defesa, o relator do projeto, deputado Nelson Markezelli (PTB-SP), argumentou que o texto que intencionava ser revogado (Portaria Normativa 186/14) funciona apenas como manual de orientações para “o planejamento e o emprego das Forças Armadas nesse tipo operação” e pontuou que nada mais é algo que já está escrito no texto da constituição<sup>279</sup>.

No fim, a portaria foi mantida e o projeto dos deputados para revoga-la não foi aceito. Para este trabalho, mais importante do que a medida ou a portaria em si, é perceber que no discurso dos parlamentares ainda existe a suspeita e denuncia da lógica do “inimigo interno” dentro das Forças Armadas brasileiras. Apesar de viver em um estado democrático de direito, longe de uma ditadura, ainda assim, persiste no discurso atual o opositor enquanto um inimigo e, sendo este, parte integrante da mesma nação, um inimigo interno.

---

<sup>278</sup> Câmara dos Deputados. Notícias. 30 de Maio de 2014. Online: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/469331-COMISSAO-MANTEM-NORMAS-SOBRE-ATUACAO-DAS-FORCAS-ARMADAS-EM-MANIFESTACOES.html>

<sup>279</sup> Idem

## REFERÊNCIAS

### Fontes

#### **1. Museu da Universidade Federal do Pará**

Acervo: Vicente Salles

**- Folheto de Cordel**

VICENTE, Zé. O Brasil rompeu com eles. 2. ed. Belém: Guajarina, 1943.

#### **2. Biblioteca Pública Arthur Vianna**

##### **2.1. Seção: Obras raras**

**- Mensagem de governo**

PARÁ, Congresso Legislativo Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solene de abertura 13ª legislatura a 7 de Setembro de 1928, pelo Governador do Estado Dr. Dyonisio Ausier Bentes. Belém: Officina Graphica do Instituto Lauro Sodré, 1928.

**- Revista**

*A Semana*, v.2. nº 162, Belém, 10 de Janeiro de 1942.

##### **2.2. Seção: Obras do Pará - Jornais Impressos**

**- A Vanguarda – 1939 – 1945**

**- Folha Vespertina – 1939 – 1945**

**- O Estado do Pará**

- *O Estado do Pará*, 18 de Outubro de 1942,

- *O Estado do Pará*, 16 de Janeiro de 1942, p.3

- *O Estado do Pará*, 03 de Janeiro de 1943. p.6

- *O Estado do Pará*, 03 de Janeiro de 1943. p.6

##### **2.3. Seção: Microfilmagem**

**- Folha do Norte – 1939 – 1945**

### **3. Internet**

Decreto - lei nº 4.166 de 11 de Março de 1942–

**Online:** <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=103963>

**Acesso:** 13 de Outubro de 2012

**Decreto - lei nº 10.358 de 31 de Agosto de 1942**

**Online:** <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=36894>

**Acesso:** 13 de Outubro de 2012

**Decreto – lei nº 4.766 de 1 de Outubro de 1942**

**Online:**<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4766-1-outubro-1942-414873-publicacaooriginal-1-pe.html>

**Acesso:** 13 de Outubro de 2012

**Decreto – lei nº 4701 de 17 de Setembro de 1942**

**Online:**<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4701-17-setembro-1942-414790-publicacaooriginal-1-pe.html>

**Acesso:** 13 de Outubro de 2012

### **3.1 – Hemeroteca da Biblioteca Nacional**

- Jornal *A Noite* - 5 de Outubro de 1942. p.3

### **4. Obra Rara**

PY, Aurélio da Silva. *A Quinta Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Edição da Livraria do Globo: Porto Alegre, 1942.

### **5. Arquivo Público do Estado do Pará**

PARÁ. Interventor Federal, 1943 – 1945 (Joaquim de Magalhães Barata). **Relatório apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas em 1944**. Belém, 1944.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Tunai Rehm Costa de. Nazistas no Pará? Acusações contra alemães na capital durante a Segunda Guerra. *Anais/IX Semana de História Política/VI Seminário Nacional de História: Cultura & Sociedade*, Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2014. pp. 3239 – 3249
- ARAÚJO, Ricardo B. **Totalitarismo e Revolução**. O Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987
- ARENDRT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AZEVEDO, Lia Calabre de. **Na sintonia do tempo**: uma leitura do cotidiano através da produção ficcional radiofônica (1940 – 1946). Dissertação. UFF. Niterói. 1996.
- .AZEVEDO, Paola Z & Giuliano, Carla P. A Influência da *Pin-up* americana no estereótipo feminino da revista “O Cruzeiro”. *VIII Colóquio de Moda – 5º Congresso Internacional*. 2012.
- BATISTA, José Geraldo. O Papel etnográfico de um repórter cronista de guerra: Rubem Braga com a FEB na Itália. *Anuário de Literatura*, vol. 15, n.2, 2010.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco – antes e além – depois**. Manaus: Umberto Campos, 1977.
- BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 1997, vol.40, n.2, pp. 106-130. Online:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S003473291997000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S003473291997000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)
- \_\_\_\_\_. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Rev. bras. Hist.* [online]. 2001, vol.21, n.40, pp. 85-104. Online: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882001000100005>
- BRANCO, Carvalho. **FORÇA MOTRIZ: Um cordel à Zé Gamela**. Silva, Gonçalo Ferreira da Homenagem póstuma a Zé Gamela ; Até breve amigo. Academia Brasileira de Literatura de Cordel; Rio de Janeiro, 2003
- BURKE, Peter. Abertura a nova história, seu passado e seu futuro. IN: *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.
- CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 12

- CAMARGO, Angélica Ricci. O amparo ao teatro durante o governo Vargas: uma discussão sobre a concessão de subvenções (1930-1945). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011
- CAMPAGNANO, Anna Rosa. *In Difesa della Razza: Os Judeus Italianos Refugiados do Fascismo e o antissemitismo do Governo Vargas, 1938 – 1945*. São Paulo: Edusp, 2011.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. IN: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Ed. FGV, 1999
- CARNEIRO, Eva Dayna. **Belém entre filmes e fitas: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais no anos de 1920**. Dissertação. UFPA. Belém, 2011
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo e a ideologia de Segurança Nacional. IN: PANDOLFI, Dulce(org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- CARVALHO, Priscilla de Affonso & SOUZA, Maria Irene Pellegrino de Oliveira. *Pin-ups: fotografias que encantam e seduzem. discursos fotográficos*, Londrina, v.6, n.8, p.119-144, jan./jun. 2010. p.129
- CAVALCANTE, Vanessa Matheus. **O teatro de Viriato Corrêa: uma escrita da História para o povo brasileiro**. Dissertação. FGV: Rio de Janeiro, 2012.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2010.
- \_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estud. Avançados*. Abr 1991, vol.5, nº. 11, p.173-191.
- \_\_\_\_\_. **História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHAVES, Túlio Augusto. **Isto não é para nós!: um estudo sobre a verticalização e modernidade em Belém entre as décadas de 1940 e 1950**.Dissertação. Ufpa Belém. 2011.
- CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. IN: CHAUÍ, Marilena & CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec 1978
- CORDEIRO, Philonila. **Ascensão das ideias nazistas em Pernambuco**. Dissertação. UFPE. Recife, 2005.
- \_\_\_\_\_. Maria Nogueira. Guerra de Palavras: a construção do inimigo “Quinta Coluna” pela imprensa pernambucana durante a segunda guerra mundial. *Fênix-Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 6.Ano VI, n.1. 2009.
- Online:**[http://www.revistafenix.pro.br/PDF18/ARTIGO\\_10\\_SECAO\\_LIVRE\\_PHILONILA](http://www.revistafenix.pro.br/PDF18/ARTIGO_10_SECAO_LIVRE_PHILONILA)

[MARIA NOGUEIRA CORDEIRO FENIX JAN FEV MAR 2009.pdf](#) Acessado em: 10/09/2012.

COSTA, João Eduardo Bonatto. **Censura, repressão e propaganda: o Estado Novo no Pará.** Monografia. Ufpa. Belém, 2009.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na Oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: *Projeto História* nº 35. São Paulo: EDUC. 2007.p. 253 – 270.

CRUZ, Luiz Antonio Pinto. “**A Guerra já chegou entre nós!**”: o cotidiano da guerra submarina (1942 – 1945). Dissertação. Salvador, 2012.

CRUZ, Natalia dos Reis. **A Imigração Judaica e o anti-semitismo no discurso das elites.** *Política e Sociedade*. Vol. 8. Nº 15, 2009. p.232.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial.** Geração Editorial: Edusp: São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 393-423.2002.

CYTRYNOWICZ, Roney & MAIO, Marcos Chor. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938). IN: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

D’ARAÚJO, Maria Celina. **A Era Vargas.** São Paulo: Moderna, 2004.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução;** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil.** Tese. USP. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial, Fapesp, 2007

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. Cultura. IN: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **História do Brasil Nação: 1808 – 2010. Vol. 4.** Olhando para dentro 1930 – 1964. Objetiva: Rio de Janeiro, 2013.



EMMI, Marília Ferreira. **Italianos na Amazônia (1870 – 1950):** pioneirismo econômico e identidade. Belém: NAEA, 2008.

\_\_\_\_\_. Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos italianos. IN: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFGA, 2009.

FONTES, Edilza. **O Pão nosso de cada dia:** trabalhadores, indústria de panificação e a legislação trabalhista em Belém (1940 – 1954). Belém: Paka – Tatu, 2002.

FIGUEIREDO, Aldrin. **Os Vândalos do Apocalipse e outras histórias:** arte e literatura no Pará dos anos 20. Belém: IAP, 2012

FRAGA, André Barbosa. **Os heróis da pátria:** política cultural e história do Brasil no governo Vargas. Dissertação. UFF, 2012.

GATO, Marcilene Vieira. **IMIGRAÇÃO ITALIANA:** uma reflexão sobre a economia do Ita, usada como atividade econômica pelos imigrantes no município de Oriximiná no período de 1940 a 1960. Monografia, UFGA, 2010.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista brasileira de história*. São Paulo, v.29. n° 57, p.19-65. 2009. **Online:** <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a02v2957.pdf>. **Acesso:** 20 de Agosto de 2012.

GERALDO, Endrica. **O “perigo alienígena”:** política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930 – 1945). Dissertação. São Paulo. Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1 p. 171-187, 2009.

GASPAR, Lúcia. *Zé Vicente*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Online.

GOMES, Raimundo Ney da Cruz. **Guerra e Memória:** o cotidiano de Belém durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Monografia. UFGA, 2002.

HEMINGWAY, Ernest. **A quinta coluna**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

HERNANDEZ, Jesús. **Breve história da Segunda Guerra Mundial:** Normandia, Pearl Harbor, el Alamein, Stalingrado... São Paulo: Madras, 2010

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAKOBS, Günther & MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal no inimigo:** noções e críticas. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed, 2007

- KASHIMA, Tetsuden. Judgment without trial: japanese american imprisonment during World War II. Seattle. University of Washington Press. 2002;
- KOMATSU, P. E. K. K. **À Espreita de “súditos do Eixo”** – Para a História Social dos Imigrantes Japoneses e a situação do Português Paulista do Século XX. Dissertação. Universidade de São Paulo, 2010.
- KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LIMA, Simone Quaresma. **A expedição de Otto Schulz-Kampfhenkel ao Jari (1935 – 1937)**. Monografia. UFPA, 2011.
- KOIFMAN, Fabio. **Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada dos estrangeiros no Brasil (1941 – 1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2012.
- LACERDA, Franciane Gama. Imprensa e Poesia de Cordel no Pará nas primeiras décadas do século XX. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP, 2008.
- LENHARO, Alcir. **Nazismo: o triunfo da vontade**. São Paulo: editora ática, 1998,
- LEWIS, Susan. **Indesejáveis e Perigosos na arena política: Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1930 – 1945)**. Tese de Doutorado. UFPE. Recife, 2005
- LEITE, Sidney Ferreira. Um Pouco de Malandragem: A visita de Walt Disney ao brasil com o intuito de expandir e consolidar a política de boa vizinhança americana daria origem ao Zé Carioca e a um amplo leque de influências culturais e políticas. *Revista História Viva*. Ed. Abril. 2006
- LEÃO, Karl Schurster. V. **A guerra como metáfora: aspectos da propaganda do estado novo em Pernambuco (1942-1945)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2008.
- LESSA, Miguel Geraldo Cavalcante. **A Segunda Guerra e o perigo do “inimigo” – 1939/1945**. Monografia. UFPA, 2001.
- LIMA, Solange de. **O “Perigo alemão”**: a comunidade teuta e a DOPS. [monografia]. 2009. UFPR, Curitiba.
- LINS, Cristovão. **A Jari e a Amazonia**. DATAFORMA. Almeirim, 1997.
- LUYTEN, Joseph. **O que é literatura de cordel**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. **Fontes visuais, cultura visual, história visual**. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V.23, nº 45. 2003, p.15

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. **A Segunda Guerra Mundial nos folhetos de cordel do Pará**. Monografia. UFPA, 2008

\_\_\_\_\_. **A notícia em versos**: relações entre jornais e folhetos de cordel no Pará na primeira metade do século XX. *Fronteiras: Revista de História* [online], Florianópolis, pp.53-7.

2011. Online: [http://www.anpuhsc.org.br/rev%20front%2019%20vers%20fin/f19%20art\\_dossie3\\_noticia%20em%20versos\\_g%20m%20menezes%20neto.pdf](http://www.anpuhsc.org.br/rev%20front%2019%20vers%20fin/f19%20art_dossie3_noticia%20em%20versos_g%20m%20menezes%20neto.pdf)

\_\_\_\_\_, Geraldo Magela. A “ressurreição da alma cabana”: as passeatas de protesto contra o Eixo na Belém da Segunda Guerra. *Em Tempo de Histórias*. Nº. 23, Brasília, ago. – dez. 2013.

MIRANDA, Antonio Batista de. **Guerra: memórias-destino**. Belém: A.B.Miranda, 1998.

MIYAKE, Lika C. Forsaken and Forgotten: The U.S. Internment of Japanese Peruvians During World War II, *9 Asian Am. L.J.* 2002. Online: <http://scholarship.law.berkeley.edu/aalj/vol9/iss1/5/>

MONTEIRO, Érica Gomes Daniel. A Guerra como *slogan*: visualizando o *Advertising Project* na propaganda Comercial da Revista Seleções do Reader’s Digest (1942 – 1945). *Tempos Históricos*: volume 14. 2010. p153-173.

MENDES, Armando Dias. **A Cidade transitiva**: rascunho de recordância e recorte da saudade da Belém do meio do século. Belém, Imprensa Oficial do Estado, 1998.p. 40-1. Ver também:

MENEZES, Murilo. **A Capital do El Dorado**: Crônica sentimental de Belém, e comentários sobre alguns de seus problemas. Imprensa Oficial: Belém, 1954

OLIVEIRA, Érito Vânio de. **Modernidade e integração na Amazônia intelligentsia e broadcasting no entre guerra, 1923 – 1937**. Dissertação. Ufpa. Belém, 2011.

\_\_\_\_\_. **Vozes e Ritmos da planície: produção e reprodução cultural na radiodifusão da Amazônia (1928 – 1945)**. Monografia. Ufpa. Belém, 2008.

PANTOJA, Rafael de Amorim. **Na Guerra só resta rir**: o humor jornalístico e as representações do conflito mundial na imprensa de Belém do Pará (1942 – 1945). Monografia. Ufpa. Belém, 2015

PARANHOS, Adalberto. O “Estado Novo” em tempo de guerra: o começo do fim (1942 – 1943). IN: *O Roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2007.

- \_\_\_\_\_, Adalberto. História, política e teatro em três atos. IN: PARANHOS, Kátia Rodrigues (org.). *História, teatro e política*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiro da Guerra:** os “súditos do eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942 – 1945). São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2009,
- PEREIRA, Maria Elisa. **Você sabe de onde eu venho?** O Brasil dos cantos de Guerra (1942 – 1945). Dissertação. USP, 2009.
- PEREIRA, Wagner Pinheiro. **O Poder das Imagens:** cinema e política nos governos de Adolf Hitler e de Franklin D. Roosevelt (1933 – 1945). São Paulo: Alameda, 2012
- PETIT, Pere. Filmes, Cinemas e Documentários no fim da *Belle Époque* no Pará (1911 – 1914). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH. São Paulo. 2011
- PINTO, Cristina Rosalino Braule. **Uma análise do discurso de ‘O Estado de S. Paulo’ de 1942 a 1948**. Dissertação. USP, 2009.
- PINHEIRO, Letícia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. *Revista USP*, São Paulo (26): 108:109. Junho/ Agosto. 1995.
- POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.5.n.10,1992. Online: [http://reviravoltadesign.com/080929\\_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria\\_e\\_identidade\\_social.pdf](http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf) Acesso: 10 de Setembro de 2012.
- PINTO, Lúcio Flávio. **Album da Memória**. Belém: edição do autor. 2014.
- PRINS, Guyn. História Oral. IN: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: Novas Perspectivas*. São Paulo Editora: UNESP, 2002.
- REIS, Benedita da Silva. **A Mobilização contra a fome:** o problema do abastecimento de Belém durante a Segunda Guerra Mundial (1949 – 1945). Monografia. UFPA, 2005.
- RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. IN: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO & RIDENTI, Marcelo (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos depois do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata:** o homem, a lenda, o político. Belém. SECULT, 1999.
- SANTOS, Christiano Britto Monteiro dos. **Medal of Honor e a construção da memória da Segunda Guerra Mundial**. Dissertação. São Paulo – PUC-SP. 2009.
- SANTOS, Luiz dos. **“Inimigos íntimos”:** italianos, japoneses e alemães no estado do Pará durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Monografia. UFPA, 2003.

- SALLES, Vicente. **Repente & Cordel. Literatura popular em versos na Amazônia.** Rio de Janeiro. FUNARTE/ Instituto de Folclore, 1985.
- SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **Mundo Contemporâneo: da expansão imperialista a derrocada do Socialismo do Leste Europeu.** 2ª Ed. Belém, Paka-Tatu, 2002.
- SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*[online].1997,vol.3,n.1,pp.95-131. **Online:** [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010493131997000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010493131997000100004&script=sci_arttext). Acesso em: 10/09/2012.
- SIMIS, Anita. Cinema e Cineastas em tempo de Getúlio Vargas. *Revista de Sociologia e Política.* Nº 9. 1997
- SIMÕES, Adrialva. **De pé pela honra do Brasil:** o paraense na divulgação da Segunda Guerra Mundial (1942 – 1945). Monografia. UFPA, 1993.
- SILVA, Allan Pinheiro da. **Cotidiano e guerra nos cinemas de Belém (1939 – 1945).** Dissertação, PUC-SP. 2010.
- SILVA, Cícero Alves de. **Notícias do Front:** A Segunda Guerra Mundial na Imprensa do Pará – (1939-1945). Monografia. UFPA, 2010.
- SILVA, Giselda Brito. Uma proposta de análise interdisciplinar para os estudos do integralismo. *Revista de História Regional* 7(2). 2002
- SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Homenagem póstuma a Zé Gamela ; Até breve amigo.** Academia Brasileira de Literatura de Cordel: Rio de Janeiro, 2003.
- SILVA, Hilton P., et al. **Por terra, céu & mar:** Histórias e memórias da segunda guerra mundial na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2013
- SILVA, Marcelo Almeida. Os traços do *fuhrer* sob a ótica das charges cariocas durante a Segunda Guerra Mundial. *Anais do XVIII Encontro Regional da Anpuh –MG. Mariana, 2012.*
- SILVA NETO, Francisco R. **Os japoneses no Pará:** Um estudo sobre a formação de identidades. Dissertação. Ufpa, Belém, 2007.
- TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo em tempos de guerra. 1939 – 1945.** São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2002.
- TOTA, Pedro. Segunda Guerra Mundial. IN: MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras.** 5ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- VERIANO, Pedro. **Cinema no Tucupí.** Belém: Secult, 1999.
- VERIANO, Pedro. **Fazendo fitas:** memórias do cinema paraense. Belém: EDUFPA, 2006.

ZAGNI, Rodrigo Medina. “Imagens Projetadas do Império”: O cinema Hollywoodiano e a Construção de uma Identidade Americana para a Política da Boa Vizinhança. *Cadernos PROLAM/USP*. 2008.